convergência

DEZ ▪ 1996 ▪ ANO XXXI N° 298

SEGUIMENTO DE JESUS
REFLEXÃO A PARTIR DA EXORTAÇÃO
APOSTÓLICA PÓS-SINODAL
A VIDA CONSAGRADA

Ir. Vera Ivanise Bombanatto

convergência

SUMÁRIO

EDITORIAL	585
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI	
PALAVRA DO PAPA	588
INFORME CRB	592
SEGUIMENTO DE JESUS	594
Ir. Vera Ivanise Bombonato, FSP	
A ALTERIDADE CRÍSTICA	602
Maria Clara Lucchetti Bingemer	
VIDA RELIGIOSA E MEDICINA HOLÍSTICA	610
Frei Tito Figueirôa de Medeiros, O.Carm.	
VIDA CONSAGRADA E A SUA DIMENSÃO CELEBRATIVA	617
Frei Faustino Paludo OFMcap, Irmã Maria de Fátima Kapp, MSSPS, Frei José Arioaldo da Silva, OFM	
VATICANO II E OPÇÃO PELOS POBRES	628
Fr. Márcio A. Couto, OP	
ELEMENTOS PARA ANÁLISE DE CONJUNTURA A FINANCEIRIZAÇÃO DO MUNDO — ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL	635
Pe. Inácio Neutzling, SJ	
ÍNDICE ALFABÉTICO POR AUTOR CONVERGÊNCIA, ANO DE 1996	647

NOSSA CAPA

Detalhe-arremate do Painel sobre os 500 anos de Vida Religiosa no Brasil, de autoria dos artistas populares Anderson Sousa Pereira, MSC, e Elda Broilo, SC. Mostra a caminhada ou, melhor, a marcha confiante da Igreja de hoje. O segredo é a fé. O seu Deus-Libertador é Jesus de Nazaré. Os pobres sustentam a cruz da Evangelização. Solidária com eles, segundo e seguindo o Evangelho, a Igreja participa de suas lutas na cidade e no campo. A Mãe de Deus, a Virgem Maria, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, indica a direção do amanhã. Vai à frente. Religiosos, mulheres e homens, se misturam. Somos um povo que alegre vai. O caminho é a nossa casa. Sempre estamos indo. Peregrinos no campo, na cidade, na favela e muito mais. Nos olhos, muita luz. Lá, bem dentro, a esperança que conduz (**Pe. Marcos de Lima, SDB**).

ASSINATURA PARA 1996:

BRASIL: taxa única

Terrestre ou aérea R\$ 50,00

EXTERIOR: taxa única

Terrestre ou aérea R\$ 85,00

Número avulso (Brasil) R\$ 5,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

convergência

Revista Mensal da
Conferência dos Religiosos
do Brasil: CRB

DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. João Roque Rohr, SJ

REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho editorial:

Ir. Afonso Tadeu Murad, FMS

Pe. Francisco Taborda, SJ • Pe. Jaldemir Vitória, SJ

Frei Luiz Fernando Peixoto, OFM

Frei Prudente Nery, OFM Cap.

DIREÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 • 4º andar

Cinelândia • Tel.: (021) 240-7299

20038-900 • Rio de Janeiro • RJ

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

Edições Loyola

Rua 1822 n. 347 • Ipiranga

04216-000 • São Paulo • SP • Tel.: (011) 6914-1922

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do DPF sob o n. P.209/73

ELE VIRÁ E NOS SALVARÁ

CONVERGÊNCIA deste mês chega às mãos de seus leitores e leitoras em pleno coração do Advento, quando o ciclo litúrgico nos leva a celebrar a grande “vigília” da Salvação que irrompe na História. A força simbólico-espiritual destas semanas que antecedem o Natal é de extraordinária riqueza. A Boa Nova da libertação está iminente, o Reino de Deus aproxima-se em gratuidade. Deus assume carne humana e redime o que assume. A história da liturgia do Advento ensina que a Assembléia cristã, reunida neste tempo de graça, celebra a vinda de Jesus em Belém, a presença de Cristo na sua Igreja, e a vinda definitiva do Senhor da História no final dos tempos. Precisamente por isso, o Advento suscitou sempre e continua a suscitar nos seguidores e seguidoras de Jesus atitudes de particular densidade humana e cristã.

Advento é, antes de tudo, tempo de *vigília*, de olhar perscrutador e de consciência alerta. Coloca em evidência a figura bíblica da sentinela, situada no alto para descortinar o horizonte e adivinhar seus enigmas, como guardiã da vida do povo e discernidora dos sinais de Javé: “Tuas sentinelas levantam a voz, em unísono, dão grito de júbilo, porque com seus próprios olhos vêem o retorno de Javé a Sião” (Is 52,8). A primeira grande “lição” do Advento consiste, portanto, nessa vontade de permanecer vigilante, de projetar o olhar inquiridor mais além das aparências, de discernir com sabedoria a permanente vinda libertadora de Deus nos intrincados ca-

minhos do mundo atual, de se perguntar diuturna e humildemente: qual é a vontade de Deus para a nossa época?

Advento é, também, tempo de *conversão*, de endireitar os caminhos, de remover os entulhos, de corrigir os desvios, de acolher o Reino e suas exigências maiores, de comprometer-se com a causa de Jesus, o Deus dos pequenos e excluídos: “Uma voz clama no deserto: Preparai o caminho do Senhor, endireitai as suas veredas” (Mc 1,3). Mais que nunca, a celebração do Advento atinge hoje todo o seu alcance, precisamente, na perspectiva da conversão. Porque o projeto libertador de Deus, manifestado no Verbo feito carne humana, não coincide exatamente com o jogo de forças e interesses que comanda os rumos da sociedade neoliberal globalizada nesse final de milênio. Por isso, outra grande “lição” do Advento consiste na arriscada “aventura” de caminhar “com Jesus na contramão”, de fazer corpo com todos aqueles que buscam justiça, solidariedade, não-exclusão, vida para todos, ou seja, converter-se dos “ídolos” ao Deus do Reino, e entrar no universo paradoxal do Evangelho, em que “os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos” (Mt 20,16); em que aquele que quer ser o primeiro seja o servidor de todos (Mc 9,35); em que são bem-aventurados os pobres, os que têm sede de justiça, os que constroem a paz (cf. Mt 5,3-12).

Tempo de vigília e de conversão, o Advento é, ainda e sobretudo, tempo de

espera e de esperança. A grande expectativa messiânica do Israel antigo ganha densidade e contornos definitivos no umbral da Nova Aliança. “Emanuel”, o “Deus conosco” dos profetas, o “esperado das nações”, toma carne humana no seio de uma mulher, e se faz visibilidade histórica, presença tangível e reconhecível, no filho de Maria de Nazaré. Na gravidez da Virgem, é a própria história humana que está prenhe de sentido e aponta para um futuro novo, em que “justiça e paz se abraçarão”, em que a Palavra de Javé se cumprirá de forma cabal: “eis que faço algo novo, já está nascendo! Não o vês?” (Is 43,19).

Nessa perspectiva bíblica, a “lição” primordial do Advento — a esperança — converte-se para os cristãos e cristãs de hoje num ingente desafio. De fato, nossos tempos não são tempos de esperanças fáceis, de utopias que empolgam ou de promessas prestes a cumprir-se. Num mundo em que se generaliza a lógica da exclusão, e em que são quase maioria os que ficam de fora do banquete da vida, em que se nega ou se esvazia a plausibilidade de transformações históricas que mudem o rumo do *status quo*, em que se fecham as portas aos anseios de libertação e de transcendência, a esperança cristã — porta-voz das mais legítimas esperanças humanas — transforma-se num desafio paradoxal: “esperar contra toda esperança”, acreditar “como se se visse o invisível”, proclamar que o Reino está no nosso meio, que é uma espada penetrante e critério de julgamento definitivo da história.

Em tais circunstâncias, o Advento nos estimula a reapropriar-nos da esperança, na sua densidade bíblica e na sua constitutiva historicidade, a encontrar nessa atitude profundamente cristã a inspiração e a coragem necessárias para empreender viagem rumo ao imprevisível da história, somando forças com aqueles que esperam, tenaz e criativamente, um mundo mais digno e

mais humano, sinal do Reino definitivo, testemunho profético de uma Igreja “verdadeiramente solidária com o gênero humano e com sua história” (GS 1). É esta a mensagem que CONVERGÊNCIA quer fazer chegar às comunidades religiosas nesta vigília do Natal de Jesus.

O artigo de Ir. Vera Ivanise Bombonato — “Seguimento de Jesus. Reflexão a partir da exortação apostólica pós-sinodal *A Vida Consagrada*” — encaixa-se perfeitamente nesse clima de espera e conversão do Advento, enfatizando a dimensão cristológica da vida consagrada como vocação ao seguimento de Jesus. Pretende, assim, ajudar na vivência da radicalidade do seguimento, apontando para algumas das suas principais exigências no conturbado contexto latino-americano de hoje. Nessa mesma linha de reflexão cristológica situa-se o artigo “Alteridade crística. Desafios da mística cristã à vida religiosa em tempos de novos paradigmas”, de Maria Clara Lucchetti Bingemer. Enfatizando a dimensão encarnatória de toda experiência mística verdadeiramente cristã, a autora chama a atenção para os desafios que daí decorrem para o compromisso de seguimento de Jesus. Afirma com sabedoria que “a vida cristã e a vida religiosa são tanto mais místicas quanto mais crísticas... quanto mais prolongam para o meio do mundo conflitivo e atravessado pelo pecado a missão de Jesus Cristo”.

“Vida religiosa e medicina holística” é o sugestivo título do artigo de Fr. Tito Figueirôa de Medeiros. O autor situa o assunto no marco do compromisso de religiosos e religiosas com a missão de Jesus, em postos de vanguarda e situações de fronteira, entre os pobres e excluídos. Comenta os avanços que a medicina holística vem fazendo nesses meios, e sua importância na pastoral da saúde, enfatizando que se trata de “uma pastoral assumida nos referenciais bíblicos de uma

teologia do corpo e da saúde, no seguimento de Jesus, médico do ser humano inteiro: carne-mente-espírito”.

Um relatório detalhado sobre o projeto “A vida consagrada e a sua dimensão celebrativa”, levado a cabo conjuntamente pela CRB e pela CNBB, é oferecido hoje aos leitores e leitoras de CONVERGÊNCIA. O texto resume os elementos mais destacados na pesquisa feita, as principais lacunas e desafios atuais, e apresenta propostas concretas de ação e formação nessa dimensão da vida cristã.

O artigo de Fr. Márcio Couto apresenta em grandes linhas os fundamentos teo-

lógicos da opção pelos pobres no Concílio Vaticano II, opção que marcou fortemente a nossa Igreja latino-americana até os dias de hoje.

O texto do Pe. Inácio Neutzling — “A financeirização do mundo. Algumas considerações sobre a mundialização do capital” — oferece elementos extremamente interessantes para ajudar religiosos e religiosas a ser mais lúcidos diante da atual conjuntura mundial, marcada pela “culminância e pelo paroxismo do fetiche da mercadoria plena, e cujo movimento é o centro da globalização financeira que caracteriza a dinâmica estrutural do capitalismo no final deste século”.

PALAVRA DO PAPA

DETECTAR AS EXIGÊNCIAS PRIORITÁRIAS E ELABORAR RESPOSTAS MAIS CORRESPONDENTES AO RESPEITO DA DIGNIDADE DAS PESSOAS E AO DEVER DO ACOLHIMENTO

A FÉ ATUA POR MEIO DA CARIDADE

Caríssimos irmãos e irmãs

1. As vicissitudes dos migrantes e as dolorosas adversidades dos refugiados, que por vezes não são consideradas suficientemente pela opinião pública, não podem deixar de suscitar nos crentes profunda participação e interesse. Com esta Mensagem para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, além de manifestar a minha constante atenção pela situação, com frequência dramática, de quem deixa a própria Pátria, desejo convidar bispos, párocos, pessoas consagradas, grupos paroquiais, associações eclesiais e de voluntariado, a tomar cada vez mais profunda consciência deste fenómeno. O próximo Dia Mundial oferecerá a ocasião para refletir acerca das condições em que se encontram migrantes e refugiados, levando a detectar as suas exigências prioritárias e a elaborar respostas mais correspondentes ao respeito da sua dignidade de pessoas e ao dever do acolhimento.

O fenómeno migratório apresenta-se hoje como um *movimento de massa*, que engloba em grande parte pessoas pobres e necessitadas, afastadas do seu país por conflitos armados, condições económicas instáveis, combates políticos, étnicos e sociais e por catástrofes naturais. Mas também são muitos os que se afastam do país

de origem por outros motivos. O progresso dos meios de transporte, a rapidez da difusão das informações, o multiplicar-se das relações sociais, um bem-estar mais difundido, maior disponibilidade de tempo livre e o aumento de interesses culturais fazem com que os deslocamentos de pessoas adquiram dimensões macroscópicas e por vezes incontrolláveis, levando a quase todas as metrópoles uma multiplicidade de culturas e provocando novas ordens socioeconómicas.

Mas as migrações, pondo em confronto, no âmbito da convivência cotidiana, pessoas pertencentes a diversas religiões, fizeram desta pertença um dos elementos de diversificação social. Os países que, neste setor, experimentaram as mudanças mais sensíveis são sem dúvida os ocidentais, de maioria cristã. Em alguns deles a pluralidade das religiões encontra-se tanto difundida como radicada, porque o fluxo migratório está presente desde há muito tempo. Alguns governos já concederam aos grupos religiosos mais consistentes o estatuto de religião reconhecida, com os benefícios que isto comporta no que se refere a proteção, competências, liberdade de ação e apoio económico para iniciativas culturais e sociais.

A Igreja, ao reconhecer a *liberdade de culto* para todos os seres humanos, é favorável a tais legislações. Ao nutrir estima e respeito pelos adeptos das várias religiões,

deseja instaurar com eles relações de colaboração eficazes e, num clima de confiança e diálogo, deseja cooperar para a solução dos problemas emergentes na sociedade hodierna.

2. *A tarefa de anunciar a palavra de Deus, confiada por Jesus à Igreja, entrelaçou-se desde o início com a história da emigração dos cristãos.* Na encíclica *Redemptoris missio*, recordei como «nos primeiros séculos o cristianismo se espalhou sobretudo graças aos cristãos que, tendo de se estabelecer em outras regiões onde Cristo não fora anunciado, testemunhavam corajosamente a sua fé e aí fundavam as primeiras comunidades» (n. 82).

Isto também se verificou em tempos recentes. Em 1989 escrevi: «Com frequência, na origem de comunidades cristãs, hoje florescentes, encontramos pequenas colônias de migrantes, que sob a orientação de um sacerdote se congregavam em modestas igrejas, para escutar a Palavra de Deus e pedir-Lhe a coragem para enfrentar as provas e os sacrifícios da sua dura condição» (*Mensagem para o dia do migrante e do refugiado*, 2ª ed. port. de 1-X-1989, p. 1). Muitos povos conheceram Cristo por intermédio dos migrantes provenientes de terras de antiga evangelização.

Hoje a tendência do movimento migratório parece ter-se invertido. São *os não-cristãos que, cada vez mais numerosos, se dirigem para os países de tradição cristã*, em busca de trabalho e melhores condições de vida, e com frequência fazem-no *na condição de clandestinos e refugiados*. Isto apresenta problemas complexos e de difícil solução. A Igreja, por seu lado, como o bom samaritano, sente o dever de estar ao lado do clandestino e do refugiado, ícone contemporâneo do viajante assaltado, espancado e abandonado na margem da estrada de Jericó (cf. Lc 10,30). Aproxima-se dele, deitando «nas suas feridas o azeite da consolação e o vinho da esperança»

(Missal romano, *Prefácio comum VII*), sentindo-se chamada a ser sinal vivo de Cristo, vindo para que todos tenham vida em abundância (cf. Jo 10,10).

Deste modo, ela age no Espírito de Cristo e segue as suas pegadas, cuidando ao mesmo tempo do anúncio da Boa Nova e da solidariedade para com o próximo, elementos profundamente unidos na obra da Igreja.

3. Mas a urgência de socorrer os migrantes nas situações precárias em que com frequência se encontram não deve enfraquecer o anúncio das realidades últimas, sobre as quais se funda a esperança cristã. Evangelizar é dar a todos a razão da esperança que nos anima (cf. 1Pd 3,15).

O mundo contemporâneo, não raramente assinalado por injustiças e egoísmo, mostra contudo um surpreendente interesse pela defesa dos débeis e dos pobres. Nos últimos anos, registrou-se entre os cristãos um forte desejo de solidariedade, que estimula a um testemunho mais eficaz do Evangelho da caridade. Mas o amor e o serviço dos pobres não devem levar a subestimar a *necessidade de fé*, originando uma inatural separação no único mandamento do Senhor, que convida a amar contemporaneamente Deus e o próximo.

O empenho da Igreja pelos migrantes e refugiados não pode se limitar apenas a organizar as estruturas de acolhimento e solidariedade. Esta atitude mortificaria as riquezas da vocação eclesial, chamada em primeiro lugar a transmitir a fé, que «se fortalece, dando-a» (cf. *Redemptoris missio*, 2). No final da vida seremos julgados sobre o amor, sobre as obras de caridade feitas aos irmãos «mais pequeninos» (cf. Mt 25,31-45), e também sobre a coragem e a fidelidade com as quais tivermos sabido dar testemunho de Cristo. No Evangelho Ele disse: «Todo aquele que se declarar por Mim diante dos homens, também Me declararei por ele diante do Meu Pai

que está nos Céus. Mas aquele que Me negar diante dos homens, negá-lo-ei também diante do Meu Pai que está nos Céus» (Mt 10,32-33).

Para o cristão, qualquer atividade tem o seu início e o seu cumprimento em Cristo: o batizado age estimulado pelo amor por Ele, e sabe que da pertença a Ele brota a própria eficácia das suas ações: «Sem Mim nada podeis fazer» (Jo 15,5). À imitação de Jesus e dos apóstolos, que fazem com que a pregação do Reino seja acompanhada por sinais concretos da sua realização (cf. At 1,1; Mc 6,30), *o cristão evangeliza mediante a palavra e as obras*, ambas frutos da fé em Cristo. Com efeito, as obras são a sua «fé operante», enquanto a palavra é a sua «fé eloqüente». Assim como não há evangelização sem a conseqüente ação caritativa, também não existe caridade sem o espírito do Evangelho: são dois aspectos profundamente ligados entre si.

4. «Nem só de pão vive o homem, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus» (Mt 4,4). O verdadeiro pastor, mesmo quando é atormentado por enormes problemas práticos, nunca esquece que os migrantes *têm necessidade de Deus* e que muitos O procuram com coração sincero. Mas, como os discípulos de Emaús, muitas vezes os seus olhos não conseguem reconhecê-lo (cf. Lc 24,16). Portanto, também lhes deve ser oferecida uma presença que, acompanhando-os e escutando-os, ecoe a Palavra de Deus, faça com que o seu coração vibre de esperança e os guie ao encontro do Ressuscitado. Eis *o caminho missionário da Igreja*: ir ter com os homens de todas as raças, línguas e nações com simpatia e amor, partilhando as suas condições com espírito evangélico, a fim de repartir com eles o pão da Verdade e da Caridade.

Na narração da pregação de Filipe ao ministro de Candace, rainha da Etiópia (cf. At 8,27-40) e no episódio do sonho do

apóstolo Paulo (cf. *ibid.* 18,9-11), é o estilo apostólico que transparece na experiência missionária das primeiras comunidades cristãs. Paulo, que prega na cidade de Corinto, cuja população é composta em grande parte por imigrantes que trabalham no porto, é exortado pelo Senhor a não temer, a continuar «a pregar e a não calar» e a ter confiança no poder salvífico da sabedoria da Cruz (cf. 1Cor 1,26-27).

As vicissitudes do apóstolo Paulo, narradas pelos Atos, testemunham que ele, guiado pela firme convicção de que só em Cristo há salvação, se dedicava totalmente a aproveitar qualquer circunstância para anunciar o Messias. Vivia este empenho como um dever: «Porque, se anuncio o Evangelho, não tenho de que me gloriar por que me é imposta esta obrigação: Ai de mim se não evangelizar!» (1Cor 9,16). De fato, ele era consciente do *direito* que os destinatários tinham de receber o anúncio salvífico. A respeito disto, o meu venerado predecessor, o Servo de Deus Paulo VI, na exortação apostólica *Evangelii nuntiandi*, afirmava: «A complexidade dos problemas levantados não é para a Igreja um motivo a calar, diante dos não-cristãos, o anúncio de Jesus Cristo. Pelo contrário, ela pensa que essas multidões têm o direito de conhecer as riquezas do ministério de Cristo, nas quais nós acreditamos que toda a humanidade pode encontrar, numa plenitude inimaginável, tudo aquilo que ela procura às apalpadelas a respeito de Deus, do homem, do seu destino, da vida, da morte e da verdade» (cf. n. 53).

5. O Evangelho de João ressalta que Cristo devia morrer para «trazer à unidade os filhos de Deus que andavam dispersos» (Jo 11,52). O mesmo Evangelho narra que, durante a festa da Páscoa, alguns gregos foram ter com Filipe e lhe pediram para ver Jesus (cf. Jo 12,21). Filipe, aconselhando-se com André, falou com o Senhor, que respondeu: «Chegou a hora de ser glorificado o Filho do Homem... Se o grão de

trigo, caindo na terra, não morrer, fica ele só; mas, se morrer, dá muito fruto. Quem ama a sua vida perdê-la-á, e a quem neste mundo aborrece a sua vida conservá-la-á para a vida eterna. Se alguém quer servir-Me, que Me siga...» (Jo 12,23-26).

São gregos, isto é, pagãos, os que desejam encontrar o Salvador, e a resposta, à primeira vista, parece não estar relacionada com o pedido. Mas à luz do que acontecerá no Calvário compreendemos que é a elevação na cruz a condição para a glorificação de Cristo junto do Pai e dos homens e que só o *dinamismo do mistério pascal* satisfaz plenamente o desejo dos homens de vê-lo e se comunicar com Ele. A Igreja é chamada a estabelecer um intenso diálogo com os homens não só para lhes transmitir autênticos valores, mas sobretudo para *revelar o mistério de Cristo*, porque unicamente n'Ele a pessoa alcança a sua dimensão mais verdadeira. «E Eu, quando for levantado da terra, atrairei todos a Mim» (Jo 12,32). Esta «atração» insere-nos na comunhão da caridade e, tornando-nos capazes de perdoar e de nos amar reciprocamente, realiza a autêntica promoção humana.

Consciente de ser o lugar onde o povo deve poder «ver Jesus» e experimentar o seu amor, a Igreja cumpre a sua missão,

esforçando-se por oferecer, na lógica da Cruz, um testemunho cada vez mais convicto do amor gratuito e incondicional do Redentor, «até que cheguemos todos à unidade da fé e do conhecimento do Filho de Deus, ao estado de homem perfeito, à medida da estatura completa de Cristo» (Ef 4,13).

O ano de 1997 será o primeiro do triênio de preparação para o Grande Jubileu do Ano 2000, durante o qual os cristãos serão chamados a concentrar o seu olhar sobretudo na figura de Cristo. Renovo a cada um o convite a intensificar a comunhão com Jesus e a tornar operante a fé n'Ele por meio da caridade (cf. Gl 5,6), com particular abertura de espírito para com aqueles que se encontram em necessidade e dificuldade. Deste modo, será mais eloqüente o anúncio do Evangelho, mensagem sempre viva de esperança e amor pelos homens de todas as épocas.

Com estes votos concedo de coração uma especial Bênção Apostólica aos Migrantes e aos Refugiados, bem como a quantos se dedicam por amor à sua não fácil condição.

Castel Gandolfo, 21 de agosto de 1996.

Joannes Paulus II

c o n v e r t e n c i a

CNBB: "IGREJAS SOLIDÁRIAS NE 4 E NE 5 — LICHINGA — MOÇAMBIQUE"

No dia 13 de agosto de 1996, na sede do Secretariado Regional Nordeste 5, na cidade de São Luís (MA), realizou-se um encontro sobre o projeto "Igrejas Solidárias NE 4 e NE 5 (Piauí e Maranhão) — Lichinga — Moçambique". Estavam presentes do Regional NE 5: Dom Franco Massedote, bispo referencial da Dimensão Missionária, Pe. Ivo José Ritte, subsecretário regional, Geraldo Santos de Magela Neto, secretário do COMIRE, Pe. Antônio Jorge Silva Mendes, coordenador do COMIRE, Nelma, representante dos leigos (diocese de Balsas) e Ir. Maria Clara (diocese de Bacabal). Do Regional NE 4: Dom Cândido Lorenzo Gonzales, bispo referencial da Dimensão Missionária, Pe. Hermeto Mengarda, subsecretário regional, Walquíria, representante dos leigos, Ir. Neiva Sampaio, representando a Dimensão Missionária da CNBB.

Pe. Ivo José acolheu o grupo e convidou a todos a iniciar o encontro com a Oração Rumo ao Novo Milênio. Em seguida, Dom Franco historiou o projeto que nasceu do apelo da Diocese de Lichinga, que se encontra em situação difícil, num processo de reconstituição social e religiosa, pós-guerra. Depois de alguns contatos realizados com o bispo diocesano e algumas missionárias nordestinas que estão em Moçambique, nasceu a idéia de se concretizar um projeto missionário além-fronteira, para uma maior solidariedade com a Igreja de Lichinga. O Congresso Missionário Latino-Americano — COMLA 5 — incentivou e impulsionou os dois Regio-

nais a "dar de sua pobreza". Dom Franco colocou ainda brevemente a realidade sociopolítica e eclesial de Moçambique e o passo mais original que se está encaminhando: envio de missionários(as) a partir das Igrejas Locais e não apenas dos Institutos ou Congregações Religiosas. Nas Assembleias Regionais de Pastoral dos dois Regionais, o tema foi apresentado e aprovado pelos srs. bispos e coordenadores diocesanos de pastoral. Foi constituída uma equipe provisória para dar os primeiros passos. Esta equipe já realizou alguns encontros em que foram abordados os seguintes aspectos:

- Formação teológica e profissional dos candidatos.
- Acompanhamentos dos missionários(as).
- Segurança social e questões financeiras.

Passou-se a rever a proposta do projeto, seus objetivos e passos a serem encaminhados

1- Formação de uma equipe nos Regionais — a equipe presente passou a assumir o projeto, ficando definido que as pessoas referenciais para os contatos serão: Regional NE 4: Ir. Valéria Opremi; Regional NE 5: Geraldo Magela Neto.

2- Participação dos candidatos missionários em cursos de atualização missionária em São Paulo, Brasília e Teresina ou São Luís.

3- Levantamento de alguns critérios para os candidatos:

— Possuir espírito missionário.

— Ter capacidade de conviver e trabalhar em equipe.

— Possuir saúde e idade suficiente para enfrentar uma realidade nova.

— Experiência pastoral e inserção no meio de nosso povo pobre.

— Possuir maturidade psicológica e afetiva.

4 - Envio de uma carta assinada pelos bispos referenciais a Dom Luiz Gonzaga, de Lichinga.

5- Carta às comunidades do Regional divulgando e chamando a atenção do povo de Deus para essa dimensão da missão (em anexo).

A próxima reunião do grupo ficou agendada para 5 de dezembro, em Teresina. As equipes elaboraram ainda um pequeno projeto financeiro que será encaminhado ao COMINA para a despesa de articulação das equipes inter-religiosas. Com uma oração de agradecimento ao Pai implorando as luzes do Espírito Santo para a concretização desse projeto, foi encerrado o encontro.

SEGUIMENTO DE JESUS

REFLEXÃO A PARTIR DA EXORTAÇÃO

APOSTÓLICA PÓS-SINODAL

A VIDA CONSAGRADA

Ir. Vera Ivanise Bombonato, FSP *

O chamado de Jesus dirigido aos primeiros discípulos e a resposta do seguimento constituem modelo e fonte inspiradora de todas as formas de vida consagrada, em todos os tempos e lugares.

A proposta deste artigo é oferecer algumas pistas de reflexão sobre o tema do seguimento de Jesus, a partir da exortação apostólica pós-sinodal *A vida consagrada*, de João Paulo II.

Entre os vários caminhos possíveis para a abordagem deste tema, excluímos o da análise crítica da categoria cristológica do seguimento e de sua presença na exortação apostólica pós-sinodal *A vida consagrada* e optamos por apresentar uma reflexão a partir do texto, com o objetivo de ajudar na vivência da radicalidade do compromisso de seguimento de Jesus na vida consagrada. Temos consciência não só da atualidade, senão também da importância e da abrangência deste tema, e não temos a pretensão de esgotar o assunto.

Seguimos um método muito simples. A leitura atenta e reflexiva do texto, chamando a atenção para a presença da categoria cristológica de seguimento, aprofundando seu significado e apontando para algumas conseqüências para a vida consagrada em nosso contexto latino-americano, deixando aberta a perspectiva da reflexão e do compromisso neste momento histórico da emergência de novos paradigmas.

Desta forma, acolhemos a exortação do papa João Paulo II: "Faço votos que a reflexão prossiga em ordem ao aprofundamento do grande dom da vida consagrada" (nº 13e)¹.

1. CHAMADO DE JESUS E RESPOSTA DOS PRIMEIROS DISCÍPULOS: FONTE INSPIRADORA DA VIDA CONSAGRADA

Embora não constitua a estrutura ao redor da qual a exortação apostólica pós-sinodal *A vida consagrada* apresenta a vida religiosa, a categoria cristológica do seguimento de Jesus perpassa todo o texto², unificada ao redor dos conceitos-chaves

* A autora: Ir. Vera I. Bombonato, FSP, é religiosa da Congregação das Irmãs Paulinas, doutoranda em Teologia Dogmática, na Faculdade Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo, segunda secretária da SOTER (Sociedade de Teologia e Ciências da Religião), diretora-geral da revista *Família Cristã*.

ve da inspiração trinitária, da nova e especial consagração, da vida transfigurada (santidade) e da missão profética.

O chamado de Jesus dirigido aos primeiros discípulos e a resposta do seguimento constitui modelo e fonte inspiradora de todas as formas de vida consagrada, em todos os tempos e lugares. "O próprio Jesus, ao chamar algumas pessoas a deixarem tudo para o seguir, inaugurou este gênero de vida que, sob a ação do Espírito Santo, se desenvolverá gradualmente, ao longo dos séculos, nas várias formas de vida consagrada" (nº 29c).

A vida consagrada tem como fundamento evangélico "a relação especial que Jesus, durante a sua existência terrena, estabeleceu com alguns dos seus discípulos, convidando-os não só a acolher o reino de Deus na sua vida, mas também a colocar a própria existência a serviço desta causa, deixando tudo e imitando mais de perto a sua forma de vida" (nº 14a).

A palavra provocadora de Jesus, "vem e segue-me", constitutiva do seguimento, é portadora de uma força capaz de suscitar uma resposta de aceitação ou de recusa e de alterar os rumos da história. E na base de todas as tentativas de compreensão e de vivência do seguimento está a consciência do mistério inefável da pessoa de Jesus, o Deus feito carne, por meio do qual Deus entra na vida da pessoa de forma radical e incondicional, provocando uma ruptura com o passado e o misterioso começo de uma existência totalmente nova.

Desde que Jesus, percorrendo os caminhos da Palestina, chamou para segui-lo, primeiro os discípulos, depois as multidões, "nunca faltaram homens e mulheres que, dóceis ao chamamento do Pai e à moção do Espírito, escolheram este caminho de especial seguimento de Cristo" (nº 1b). À semelhança dos discípulos, "eles deixaram tudo para estar com Cristo e colocar-se, com ele, ao serviço de Deus e dos irmãos" (nº 1b).

No limiar do novo milênio, a palavra fecunda de Jesus que tem atraído muitos para segui-lo continua ecoando, com força, no coração de muitas pessoas dispostas a deixar tudo pela causa do Reino.

A dinâmica da vida consagrada e os constantes desafios apresentados pela pós-modernidade exigem que estejamos intimamente unidos a Cristo e que avaliemos constantemente a qualidade do nosso seguimento, a fim de não comprometer a nossa identidade carismática.

2. SEGUIMENTO DE JESUS NA VIDA CONSAGRADA: DOM E EXPRESSÃO DA COMUNHÃO TRINITÁRIA

No primeiro capítulo, a exortação apostólica pós-sinodal *A vida consagrada* reafirma a relação existente entre o chamado gratuito de Deus, feito por intermédio de Jesus e pela força transformadora do Espírito, e a resposta livre do seguimento, salientando, assim, a dimensão trinitária do seguimento de Jesus na vida consagrada. "Assim, este especial seguimento de Cristo, em cuja origem está sempre a iniciativa do Pai, assume uma conotação essencialmente cristológica e pneumatológica, exprimindo de forma muito viva o caráter *trinitário* da vida cristã" (nº 14b).

A vida consagrada que vem do Pai exprime-se na resposta a Cristo Senhor e Mestre, que convida ao seu seguimento; é confiada à constante ação do Espírito Santo, que favorece o acolhimento da chamada, a fidelidade à perfeita configuração com Cristo e à total entrega ao seu serviço na Igreja.

A iniciativa do chamado ao seguimento é de Deus Pai, "que requer daqueles que escolhe uma resposta de dedicação plena e exclusiva" (nº 17b). Esta experiência do amor gratuito de Deus toca profundamente o ser humano e "a pessoa sente que deve responder com dedicação incondicional da

B
I
O
E
C
O
L
L
E
C
T
A
N
O
V
A

sua vida, consagrando tudo, presente e futuro, nas suas mãos” (nº 17b).

Deus entra na vida da pessoa por intermédio de Jesus, “imagem do Deus invisível” (Cl 1,15), resplendor da glória do Pai (Hb 1,3). A pessoa que se sente seduzida abandona tudo para seguir Jesus. “Deixar tudo e seguir o Senhor (cf. Lc 18,28) constitui um programa válido para todas as pessoas chamadas e para todos os tempos” (nº 18b).

Ao dom do chamado corresponde a coragem da resposta radical. O Espírito age no coração dos chamados, “fazendo amadurecer a resposta positiva e sustentando, depois, a sua fiel realização; é ele que forma e plasma o Espírito dos chamados” (nº 19b).

Assim, o caminho de seguimento que leva à identificação com o mistério de Cristo “realiza aquela *confessio Trinitatis* que caracteriza a vida cristã” (nº 16d).

Percebe-se um deslocamento do eixo teológico da vida consagrada do ascetismo para o seguimento de Cristo e por Cristo à epifania da Trindade. “Deste modo, a vida consagrada torna-se um dos rastros concretos que a Trindade deixa na história, para que os homens possam sentir o encanto e a saudade da beleza divina” (nº 20b). A vida consagrada “se torna confissão e sinal da Trindade” (nº 21e), graças a seu caráter cristocêntrico³.

A insistência em relação à raiz trinitária do seguimento de Jesus na vida consagrada, que, de certa forma, pode ser considerada uma novidade, é um convite a uma séria reflexão sobre suas conseqüências para a nossa vida e missão numa realidade dominada por fortes apelos a inúmeros deuses e pela constante tentação da idolatria.

3. SEGUIR JESUS TRANSFIGURADO E DESFIGURADO

De vários modos, a exortação apostólica pós-sinodal *A vida consagrada* realça,

mais uma vez, a dimensão cristocêntrica do seguimento de Jesus na vida consagrada⁴. Radicada na vontade e no mistério do próprio Cristo, a vida consagrada representa, na Igreja, “a forma de vida que Jesus, supremo consagrado e missionário do Pai para o Reino, abraçou e propôs aos discípulos que o seguiam” (nº 22a).

O fio condutor da dimensão cristocêntrica da vida consagrada é a cena da Transfiguração de Jesus (Mt 17,1-9). No caminho de seguimento, o episódio da Transfiguração sintetiza as dimensões vertical-contemplativa, horizontal-apostólica, trinitária e eclesial e assinala um momento decisivo, que consolida a fé no coração dos discípulos, preparando-os para o drama da cruz e antecipando a glória da ressurreição (nº 15)⁵.

À luz das palavras vindas do alto: “Este é meu Filho amado, escutai-o”, o convite de Jesus, no início da vida pública, “vem e segue-me”, adquire uma profundidade singular. Reafirma o primado de Cristo na vida dos que são chamados. O compromisso com Jesus deve prevalecer sobre todas as coisas (família, profissão, bens deste mundo) e, uma vez tomada a decisão, não se pode voltar atrás (Lc 9,62).

Seguir Jesus implica uma dupla dinâmica: “subir ao monte” e desfrutar a intimidade com o Mestre, envolvidos pelo esplendor da vida trinitária e arrebatados ao limiar da eternidade; “descer do monte” e, na contrastante realidade cotidiana, partilhar a vida com Jesus, empreendendo corajosamente o caminho da cruz (nº 14).

O seguimento supõe uma experiência do encontro que propicia um conhecimento de Jesus que transforma e leva a deixar de lado tudo o que é accidental, para viver o essencial, o único que importa: Cristo. Como aconteceu com Paulo, leva a considerar todo o resto como “perda”, pela excelência do “conhecimento de Jesus Cristo” (cf. Fl 3,8).

Contemplar o rosto resplandecente de Cristo significa preparar-se para enfrentar

a cruz de todos os dias e ser capaz de reconhecê-lo no rosto desfigurado dos pobres e nos excluídos dos bens necessários para viver dignamente.

4. SEGUIMENTO DE JESUS: CRITÉRIO DE IDENTIDADE DA VIDA CONSAGRADA

O seguimento de Jesus é uma categoria fundamental sem a qual não é possível compreender a identidade e a natureza específica da vida religiosa. Já na introdução, a exortação apostólica pós-sinodal *A vida consagrada* afirma que “a vida consagrada, profundamente arraigada nos exemplos e ensinamentos de Cristo Senhor, é um dom de Deus Pai à sua Igreja, por meio do Espírito. Pela profissão dos conselhos evangélicos, os *traços característicos de Jesus* — virgem, pobre e obediente — *adquirem uma típica e permanente visibilidade no meio do mundo*” (nº 1).

O papa não hesita em afirmar que “verdadeiramente a vida consagrada constitui *memória viva da forma de existir e atuar de Jesus*, como Verbo em encarnado em face do Pai e dos irmãos” (nº 22c).

O seguimento de Jesus na vida religiosa tem suas raízes na consagração batismal e crismal e, ao mesmo tempo, é um dom especial do Espírito Santo. “A este chamado especial corresponde, de resto, um dom específico do Espírito, para que a pessoa consagrada possa responder à sua vocação e missão” (nº 30c).

Todos os fiéis são chamados à santidade, cada qual segundo a própria vocação e o dom recebido do Espírito (cf. Rm 12,3-8). “*As pessoas consagradas*, que abraçam os conselhos evangélicos, receberam uma nova e especial consagração que, apesar de não ser sacramental, as compromete a assumir — no celibato, na pobreza e na obediência — a forma de vida praticada pessoalmente por Jesus, e por ele proposta aos discípulos” (nº 31d).

O chamado de Jesus é pessoal, mas é também universal: ele chama a todos indistintamente e a cada um. Todos são chamados ao mesmo seguimento. A resposta a esse chamado é livre, porém implica certas condições irrenunciáveis. Nos evangelhos sinóticos, Jesus expõe a todos essas condições:

“Então, Jesus chamou a multidão e os discípulos. E disse: Se alguém quer me seguir, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e me siga” (Mc 8,34).

“Quem não toma a sua cruz e não me segue não é digno de mim” (Mt 10,38).

“Depois, Jesus disse a todos: Se alguém quer me seguir, renuncie a si mesmo, tome cada dia a sua cruz e me siga” (Lc 9,23).

Entretanto, se, de um lado, o chamado de Jesus é universal, de outro, existem maneiras distintas de realizar o mesmo seguimento e diversidade de missões que Jesus confia a seus discípulos.

O Concílio Vaticano II precisou que, na Igreja, todos são chamados à santidade⁶, à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade⁷. Para alcançar esta mesma santidade existem caminhos diferentes e complementares, que não são superiores nem inferiores uns aos outros, pois todos edificam o mesmo e único Corpo de Cristo, que tem muitos membros, e todos são necessários⁸. “Há diversidade de carismas, mas um mesmo Espírito, diversidade de ministérios, mas o mesmo Senhor, diversidade de operações, mas o mesmo Deus que opera tudo em todos” (1Cor 12,4-6)⁹.

O seguimento de Jesus é um imperativo para todos os cristãos, e só por isso e em consequência disso é também um imperativo para a vida consagrada. A prática do seguimento na vida consagrada está a serviço da realização e do testemunho do único seguimento de Cristo¹⁰. Um dos fatores que integram a missão cristã da vida religiosa é recordar de forma plástica a conexão entre o ser cristão e o seguimento e protestar contra a tentação de relativizar esse seguimento.

O Concílio Vaticano II afirma que a vida religiosa é sinal ou sacramento da vida cristã: “A profissão dos conselhos evangélicos aparece, na verdade, como sinal que pode e deve atrair eficazmente a todos os membros da Igreja a cumprir sem desfalecimento os deveres da vida cristã”¹¹. A vida religiosa é um sinal que convida a ser cristão e a responder plenamente ao chamado de Cristo. Os religiosos e religiosas são chamados a ser uma “parábola do Reino”¹².

Em nosso continente, em que tantas pessoas são colocadas à margem da sociedade, sem o necessário para viver dignamente, a vida consagrada é desafiada a ser “parábola do Reino”, testemunhando que o Cristo veio ao mundo para que “todos tenham vida, e a tenham em abundância” (Jo 10,10).

5. OS CONSELHOS EVANGÉLICOS: DOM DA TRINDADE E CAMINHO PARA O SEGUIMENTO RADICAL

Os conselhos evangélicos são “um dom da Santíssima Trindade”, e a tarefa fundamental da vida consagrada é “tornar visíveis as maravilhas que Deus opera na fragilidade humana das pessoas chamadas... com a linguagem eloqüente de uma existência transfigurada” (nº 20a).

No caminho do seguimento, os conselhos evangélicos “são expressão do amor que o Filho nutre pelo Pai na unidade do Espírito Santo. Praticando-os, a pessoa consagrada vive, com particular intensidade, o caráter trinitário e cristológico que caracteriza a vida cristã” (nº 21a).

A castidade é “um reflexo do amor infinito que une as três pessoas divinas”; a pobreza “confessa que Deus é a única riqueza”; a obediência “manifesta a graça libertadora de uma dependência filial” (nº 21).

Na fidelidade ao seguimento do Cristo casto, pobre e obediente, “a vida consagrada torna-se um dos rastos concretos que a Trindade deixa na história, para que os homens possam sentir o encanto e a saudade da beleza divina” (nº 20b).

A radicalidade do seguimento de Jesus na vida consagrada se expressa na resposta ao chamado de Cristo que “convida alguns a partilhar a sua experiência de pessoa virgem, pobre e obediente” (nº 18c). A profissão dos conselhos evangélicos, “antes e mais do que renúncia, é *um acolhimento específico do mistério de Cristo, vivido no seio da Igreja*” (nº 16a).

Os conselhos evangélicos são caminho para um seguimento radical, pois “pela profissão dos conselhos, o consagrado não só faz de Cristo o sentido da própria vida, mas preocupa-se por reproduzir em si mesmo, na medida do possível, aquela forma de vida que o Filho de Deus assumiu para si ao entrar no mundo” (nº 16c).

Além de chamar a atenção para o caráter trinitário dos conselhos evangélicos, o papa nos convida a contemplar a pessoa de Jesus que viveu casto, pobre e obediente e, no seu seguimento, rever não só as motivações fundamentais da nossa vida consagrada, mas também nossa vivência dos votos numa sociedade do ter, da liberdade sem limites e do prazer.

6. CHAMADOS AO SEGUIMENTO E ENVIADOS EM MISSÃO

Como Jesus foi enviado pelo Pai ao mundo, “assim aqueles que Deus chamou a seguir Cristo são consagrados e enviados ao mundo para imitar o seu exemplo e continuar sua missão” (nº 72a). Por conseguinte, existe uma profunda e íntima relação entre chamado ao seguimento e envio em missão.

A própria vida consagrada torna-se missão, como foi toda a vida de Jesus. “A

pessoa consagrada está em missão por força de sua própria consagração, testemunhada segundo o projeto do respectivo Instituto” (nº 72c).

A exemplo de Maria, a primeira discípula, que disse: “Eis a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra” (Lc 1,38), a prática dos conselhos evangélicos constitui “uma forma particularmente íntima e fecunda de tomar parte na *missão de Cristo*” (nº 18d).

No seguimento radical de Jesus e na dedicação total à missão de evangelizar, testemunhando o primado de Deus, dos valores evangélicos e dos bens futuros, a vida consagrada participa da função profética de Jesus. “A verdadeira profecia nasce de Deus, da amizade com ele, da escuta diligente de sua Palavra nas diversas circunstâncias históricas” (nº 84b).

7. SEGUIMENTO DE JESUS NA VIDA CONSAGRADA: SINAL DE COMUNHÃO ECLESIAL

Jesus chamou os discípulos para estar com ele, inaugurou assim “uma nova família da qual haveriam de fazer parte, ao longo dos séculos, quantos estivessem prontos a cumprir a vontade de Deus” (nº 41a).

O seguimento implica a incorporação à comunidade dos seguidores. A vida cristã é essencialmente comunitária. A história da Igreja e especialmente a história da vida religiosa são a expressão, em formas múltiplas e variadas, de que o seguimento de Jesus é um empenho comunitário. Os Atos dos Apóstolos relacionam a incorporação à comunidade do novo Israel com o dom da salvação. “E a cada dia o Senhor acrescentava à comunidade outras pessoas que aceitavam a salvação” (At 2,47).

8. SEGUIMENTO DE JESUS: SINAL ESCATOLÓGICO

O seguimento de Jesus na vida consagrada testemunha que a verdadeira meta do ser humano é Deus. Os deuses e senhores deste mundo não satisfazem, pois somente em Deus está a salvação.

O chamado de Jesus, “Segue-me”, e a nossa súplica, “Vem, Senhor Jesus”, são inseparáveis. Esta súplica é expressão de esperança, que “está bem longe de ser passiva”. Aponta para o “reino futuro e exprime-se em trabalho e missão, para que o reino se torne presente já, desde agora” (nº 27a).

No caminho do seguimento, a tensão escatológica transforma-se em missão e a súplica “vem Senhor Jesus” une-se a outras duas invocações: “venha o teu reino” (Mt 6,10) e “Maranatha, Vem, Senhor, Jesus” (Ap 22,20).

9. MARIA, MODELO DE SEGUIMENTO INCONDICIONAL

Escolhida pelo Senhor, que nela quis cumprir o mistério da Encarnação e dando o seu consentimento à Palavra divina, Maria é mestra de seguimento incondicional. Ela lembra aos consagrados o *primado da iniciativa de Deus* e é *modelo de acolhimento da graça divina* (nº 28b).

Em Maria, templo do Espírito Santo, “brilha todo o esplendor da nova criatura”. No caminho do seguimento, ela é “modelo sublime de consagração ao Pai, de união com o Filho e de docilidade ao Espírito” (nº 28c).

As palavras de Cristo “Eis a tua mãe” (Jo 19,27) assumem uma profundidade particular na vida das pessoas consagradas, chamadas a amá-la e a imitá-la com a radicalidade que caracteriza sua vocação, e experimentando sua ternura materna. “Por isso, a relação filial com Maria constitui o

caminho privilegiado para a fidelidade à vocação recebida e uma ajuda muito eficaz para nela progredir e vivê-la em plenitudes" (nº 28d).

CONCLUSÃO: SEGUIMENTO, REALIDADE TOTALIZANTE

Além dos acenos que fizemos no decorrer deste artigo, a exortação apostólica *A vida consagrada* apresenta outras referências ao seguimento de Jesus que podem ser facilmente percebidas numa leitura atenta do texto.

Podemos, portanto, concluir que a categoria cristológica do seguimento de Jesus atravessa todo o texto como realidade totalizante da vida consagrada e merece uma especial atenção.

A experiência do seguimento de Jesus abraça todas as potencialidades da vida

consagrada. Perpassa as etapas formativas: a pastoral vocacional, que deve apresentar "o fascínio da pessoa do Senhor Jesus e a beleza do dom total de si à causa do evangelho" e o "ideal de seguimento" (nº 64c); a formação, cujo objetivo é preparar a "pessoa à total consagração de si mesma no seguimento de Cristo, a serviço da missão" (nº 65a). Envolve as fases da vida num "itinerário de progressiva assimilação dos sentimentos de Cristo para com o Pai" (nº 65b), "avançando para a plena maturidade da fé em Cristo Jesus" (nº 68b).

Conseqüentemente, a exortação apostólica pós-sinodal *A vida consagrada* é, para todos os religiosos, um insistente convite a avançar no caminho do seguimento, "mantendo os olhos fixos em Jesus, autor e consumidor da fé" (Hb 12,2).

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. A exortação apostólica pós-sinodal *A vida consagrada* afirma que *A vida consagrada constitui memória viva da forma de existir e atuar de Jesus, como Verbo encarnado em face do Pai e dos irmãos*" (nº 22c). À luz do modo de ser e de agir de Jesus, refletir, pessoal e comunitariamente, sobre a qualidade da nossa resposta de seguimento, hoje.
2. A dimensão trinitária do seguimento de Jesus na vida consagrada perpassa todo o texto da exortação apostólica pós-sinodal *A vida consagrada*. Identificar os aspectos trinitários do seguimento de Jesus, relacionando-os com a vivência

da espiritualidade e do próprio carisma congregacional.

3. Identificar os aspectos conflitivos do seguimento de Jesus na vida consagrada, hoje, na América Latina, e os sinais de crescimento e de identificação com Jesus.
4. Somos chamados a seguir Jesus e, por ele, enviados a evangelizar os pobres. Como estamos respondendo aos desafios da missão de evangelizar, de acordo com as exigências do próprio carisma congregacional?

NOTAS

1. O teólogo Bruno Secondin, ao evidenciar algumas características da exortação apostólica pós-sinodal *A vida consagrada*, afirma que "se percebe uma vontade de não encerrar o assunto, mas, antes, de estimular a reflexão... O papa está convencido de que a apropriação do documento deve dar-se no contexto cultural próprio, à luz da história vivida ao longo destes anos e segundo os diferentes carismas fundacionais e as tradições". Bruno SECONDIN e teólogos da CLAR, *Reflexões sobre a "vita consecrata"*, p. 60.
2. A dimensão do seguimento de Cristo e da vivência radical do Evangelho se faz presente em muitos momentos, mas a marca dominante é a da consagração da criatura ao Criador, numa mútua troca de dons: o dom do chamado de Deus e o dom da resposta do religioso/a. Realidade que aparece mais claramente na vida contemplativa e na tradição oriental." Bruno SECONDIN e teólogos da CLAR, op. cit., p. 31.
3. Bruno SECONDIN e teólogos da CLAR, op. cit., p. 83.
4. O texto apresenta três grandes núcleos cristológicos: a centralidade do mistério pascal, a vida consagrada na Igreja intimamente conexas com o mistério de Cristo e o compromisso de santidade concebido como "existência transfigurada" (cf. Bruno SECONDIN e teólogos da CLAR, op. cit., pp. 83-84).
5. Pode suscitar surpresa o fato de que o papa não recorra aos textos tradicionais do seguimento e das vocações." Bruno SECONDIN e teólogos da CLAR, op. cit., p. 82.
6. *Lumen Gentium*, nº 39.
7. *Lumen Gentium*, nº 40.
8. *Lumen Gentium*, nºs 32 e 41.
9. *Lumen Gentium*, nº 7.
10. Cf. Johann Baptist METZ, *Las órdenes religiosas. Su misión en un futuro próximo como testimonio vivo del seguimiento de Cristo*, p. 45.
11. *Lumen Gentium*, nº 44.
12. Martín GELABERT, "Seguimiento de Cristo y vida religiosa", in: *Teología Espiritual*, 85, Valencia, janeiro-abril, 1985.

A ALTERIDADE CRÍSTICA

DESAFIOS DA MÍSTICA CRISTÃ À VIDA RELIGIOSA EM TEMPOS DE NOVOS PARADIGMAS *

Maria Clara Lucchetti Bingemer

A vida do místico é um êxodo em direção à alteridade de Deus, que o inspira e o enche de gozo e enlevo, e em direção à alteridade do próximo, a quem serve sempre mais sob a inspiração desse mesmo Deus.

Este artigo tem logo de início uma pretensão um tanto ousada. Trata-se de uma reflexão elaborada por uma leiga e dirigida a religiosos sobre um assunto em que — teoricamente pelo menos — eles seriam mais versados do que ela. Numa Igreja onde se tornou habitual ao longo de tantos séculos considerar os leigos como especialistas naquilo que é profano e secular e os religiosos como detentores dos caminhos e segredos da mística e da espiritualidade, não deixa de ser no mínimo inusual esta inversão de perspectivas e abordagens.

Ousamos fazê-lo porque cremos que o Espírito de Deus é livre em comunicar-se e suscitar experiências de profunda união mística em qualquer lugar, com quaisquer

homens e mulheres, sem estar regido por delimitações canônicas ou quaisquer outras. Fazemo-lo ainda porque, com o amor que caracteriza nossa inserção eclesial, percebemos a vida religiosa num momento de sérias encruzilhadas.

Acoçada por todos os lados pelas novas experiências que surgem de propostas como a Nova Era, seduzida pelo “novo” que parecem trazer certas alternativas religiosas e comunitárias, a vida religiosa cristã, e, mais especialmente, a católica, se vê mais do que nunca desafiada a reencontrar sempre de novo o caminho de sua identidade.

Este artigo, modesta e afetuosamente, pretende ser uma pequena contribuição de uma cristã leiga que recebeu na Igreja o ministério da teologia e procura exercê-lo com carinho e seriedade. Neste espírito, o artigo é oferecido aos irmãos e irmãs religiosos, a fim de auxiliar nesta reflexão tão importante sobre o que significa ser consagrado, hoje e que o recente documento *Vita consecrata*, do recente Sínodo sobre a vida religiosa, fez ainda mais instigante.

Para isto, este artigo propõe não soluções, mas alguns caminhos. Não saídas, mas algumas vias pelas quais parece possível caminhar criativamente.

* Este texto retoma algo da comunicação que fiz na Assembléia da Sociedade Brasileira de Teologia e Ciências da Religião (SOTER) em julho de 1996. Retomo aqui as idéias principais ali apresentadas, apenas organizando-as e procurando aplicá-las de forma adequada à vida religiosa.

O CAMINHO DA EXPERIÊNCIA E DA RELAÇÃO

Se algo se pode dizer da mística, certamente passa pelo caminho da experiência. Não se trata de uma teoria, nem muito menos de um discurso construído e rigoroso. Tudo que possa haver de discurso e teoria neste particular emerge e se faz inteligível a partir de uma experiência¹. E esta experiência é fundamentalmente experiência de relação. Neste sentido e somente à luz deste fato primeiro, é que se pode falar então de conhecer e conhecimento². A mística é, sim, um conhecimento. Porém, um conhecimento que advém da experiência e em que a inteligência e a reflexão entram apenas no sentido de compreender não a experiência abstratamente falando, mas o sujeito concreto que faz essa experiência³.

Mais do que da história e das escolas de espiritualidade, ou mesmo da ascética e da mística e seu estudo sistematizado, enquanto áreas e disciplinas da teologia ou da espiritualidade, queremos falar da busca e da sede pela experiência, pelo experimentar. Sede essa que sempre acompanhou o ser humano em seu caminhar histórico, mas cujo recrudescer atual teria sua raiz, a nosso ver, na assim chamada crise da modernidade ou no advento da fragmentada pós-modernidade, assim também como no movimento de ressacralização mais ou menos apressado e anárquico do mesmo mundo do qual a razão moderna equivocadamente açodou-se em proclamar o desencantamento e a secularidade sem remissão⁴.

No horizonte de nossa história contemporânea, a sede do sagrado, a fome do mistério sob distintas formas, aparecendo após o "banimento" ensaiado pela secularização e anunciado aos quatro ventos pelos mestres da suspeita, denota um apa-

rentemente novo emergir de valores como a gratuidade e a oração, trazendo à baila critérios de verificação tais como o desejo, o sentimento e a re-descoberta espiritual e em nova dimensão da natureza e da relação do homem com o planeta⁵.

A questão que nos fica após esta constatação é, no entanto, que não é nada claro que essa busca quase feroz de nossos contemporâneos por experiências místicas corresponda a uma real busca por um encontro em profundidade, por um dispor-se a ser afetado pela alteridade do outro. A busca por sensações mais ou menos religiosas ou "espirituais" não necessariamente implica desejo de abrir-se à experiência da alteridade, e pode não deixar brechas ou espaços para que a alteridade e a diferença do outro, epifanicamente, se manifestem em toda a sua liberdade, inventando a relação a cada suspiro e a cada passo.

Se muito facilmente chamarmos de experiência mística a toda e qualquer busca de sensação "espiritual" conseguida às vezes com recursos artificiais outros que não a relação que se instaura e se aprofunda unicamente na gratuidade, na escuta e no desejo, estaremos traindo a concepção mesma de mística que até hoje tem marcado toda a nossa tradição e que está no coração da identidade daquilo que por isto se tem entendido e se entende.

O fato de encontrarmos hoje inúmeros cristãos, inclusive religiosos e religiosas, que buscam seminários e clínicas de Nova Era, onde fazem experiências espirituais em combinação com exercícios de respiração holotrópica, massagem bioenergética e uma série de outras terapias alternativas é um sinal poderoso e instigante. Estariam todas essas pessoas em busca de um encontro com o Absoluto que não conseguem realizar através da vida comunitária e de oração que sua congregação supostamente lhes ofereceria?⁶ Seriam, pelo contrário, todas essas buscas vias que fariam estes religio-

604

cos reencontrar o Deus de Jesus Cristo que motivou sua consagração e a radicalidade de sua entrega por um caminho indireto mas nem por isso menos autêntico?

Parece-nos que para isto, seria útil ver que elementos são e têm sido considerados constitutivos da experiência mística cristã ao longo de vinte séculos da história da Igreja. Só então poderemos nos permitir constatar que contribuições podem as grandes correntes dessa experiência trazer à vida religiosa hoje.

UMA EXPERIÊNCIA DE ALTERIDADE

Ao contrário de outras grandes correntes de tradição mística, sobretudo orientais, o cristianismo nunca teve como central na experiência religiosa que o caracterizou o esvaziamento da mente, a diluição do ser na totalidade do universo, o mergulho do Absoluto numa totalidade difusa e indefinida, sem nome e sem rosto, ou o atingir de um estado de não ligação concreta total como o Nirvana.

No centro da experiência cristã, está não apenas o sujeito que conhece, ou seja, o eu, mas o outro, ou seja, o tu ou ainda o ele ou ela. Aquele ou aquela que, por sua alteridade e diferença, movem o eu em direção a uma jornada de conhecimento sem caminhos previamente traçados e sem seguranças outras do que a aventura da descoberta progressiva daquilo que algo ou alguém que *não sou eu* pode trazer. Esse ou essa que *não sou eu*, também não é *isso* (algo coisificado ou reificado)⁷ e sim alguém que a mim se dirige, que me fala e a quem respondo, um “outro” sujeito, cuja diferença de mim se impõe como uma epifania⁸, uma revelação.

No caso da mística, essa relacionalidade com a diferença do outro cobra dimensões insuspeitadas, na medida em que coloca

no processo e movimento da relação um parceiro de dimensões absolutas, com o qual o ser humano não pode sequer cogitar em fazer número, manter relações simétricas ou interagir em termos de necessidade. É apenas o desejo que vai reger a relação misteriosa (mística) que se trava entre o ser humano e seu Deus⁹. Trata-se de um Outro cujo perfil misterioso desenha-se sobretudo nas situações-limite da existência, fala no interior do coração, mas também nos acontecimentos, nos conflitos e turbulências, e transforma radicalmente a vida daquele ou daquela que se vê implicado/a nesta experiência¹⁰.

É bem verdade que a proposta da Nova Era e muitas religiões orientais também falam da transformação ou cura interior, significando uma metamorfose radical do ser em direção à expansão da consciência, à harmonia e à paz. Porém, trata-se de uma transformação onde o eu é diluído num todo ou num universal que termina por indiferenciá-lo. E a paz encontrada acontece quando o conflito trazido pelas alteridades é suprimido, ou pelo menos administrado de maneira harmônica, fazendo, no dizer dos estudiosos da Nova Era, o eu atingir o seu verdadeiro self¹¹.

O caminho da relação com o outro — e, no nosso caso, do Outro que é Deus — é constitutivo mesmo da experiência mística. E mesmo nas experiências de mais profunda e íntima união essa alteridade é mantida, esse outro continua sendo outro, não dilui o ser humano n’Ele, nem se dilui no universo ou em qualquer outra esfera da vida¹².

No caso da mística cristã, esse outro, essa alteridade, tem o componente antropológico no centro de sua identidade, uma vez que o Deus experimentado, que se comunicou como Palavra viva e eficaz, que soprou como Espírito, fonte de vida e plenitude, se fez carne e mostrou um rosto humano. Tudo que releva da experiência

mística, portanto, não pode desviar ou abstrair ou mesmo dis-trair daquilo que constitui a humanidade do ser humano. É paradoxalmente na similitude mais profunda com o humano que o Deus da revelação cristã vai mostrar sua diferença e sua alteridade absolutamente transcendentais.

A mística cristã nos tempos atuais, portanto, como em outros tempos, está mais do que nunca desafiada, para re-descobrir seu lugar e seus caminhos, a olhar para o humano como via necessária para o divino. E perguntar-se: que caminhos nos apontam as diferenças que hoje emergem com força interpelante quando se fala do humano? Mais: de que maneira podem conduzir à experiência plenificante da união com Deus ou ao conhecimento de Deus por experiência? A seguir, apontaremos alguns destes caminhos. Não pretendemos esgotar o tema nem afirmar que só existem estes. Destacamos alguns que se impõem por sua importância no centro do momento atual da reflexão teológica, tendo em vista sobretudo a interpelação que trazem à vida religiosa.

A ALTERIDADE ENCARNADA

De tudo que foi dito até agora, permanece uma convicção central: a experiência mística cristã é experiência de alteridade. Uma alteridade na qual antropologia e teologia estão unidas indissociavelmente.

Não se trata apenas de uma experiência do transcendente pura e simplesmente, ou de algo que desloque o ser humano do chão de sua realidade em direção a um plano supernatural ou a um nirvana situado alhures, num espaço que não se sabe bem qual é, aonde se vai em busca de sensações e esperando pelo cessar de todas as preocupações ligadas à realidade e à espessura da humanidade.

A experiência mística no cristianismo é a experiência de um Deus encarnado. Seu

movimento é, pois, descendente, como canta o hino do capítulo 2 da Epístola aos Filipenses: "Ele, que tinha a condição divina, não se aferrou... esvaziou-se a Si mesmo... achado como um de tantos... obediente até a morte, e morte de cruz".

Fora deste dado central e absolutamente necessário, não há cristianismo¹³. Não havendo encarnação, não há a possibilidade de Deus assumir todas as coisas por dentro e viver a história passo a passo, por assim dizer "na contramão" de sua eternidade. Não havendo encarnação, não há cruz, não há redenção, não há salvação. Não há, portanto, aliança entre a carne e o Espírito¹⁴.

Nada do que é humano é estranho à mística cristã e toda nova descoberta e toda nova ênfase em termos de humanidade vêm não ameaçar a mística cristã, mas pelo contrário alimentá-la, nutri-la, fazê-la mais de acordo ao sonho de Deus Pai, Filho, e Espírito Santo, que a tudo e a todos deseja cristificar e santificar por sua práxis vivificadora que preside a história e trabalha por dentro a carne do mundo.

Toda tentativa, pelo contrário, de escapar disto, é tentação que descaracteriza a mística cristã, em sua personalidade, em sua configuração trinitária, em sua dinâmica histórica e encarnatória.

Confessar com a boca e o coração que o Verbo se fez carne e o Espírito foi derramado sobre toda carne implica buscar a experiência e a união com o Deus que assim determinou comunicar-se com a humanidade através desta carne na qual é possível experimentá-Lo. E esta carne é a carne do "outro" e da "outra" — do homem e da mulher —, que mostram cada um uma maneira própria e diferente de ser humano; é a carne do outro que sente e nomeia Deus de "outro" modo em outra experiência de fé e outra religião; é a carne do "outro" que sofre opressão e injustiça e cujo rosto revela o Deus que se

constituiu desde sempre em seu defensor e advogado. Integrar a carne do outro na experiência mais inefável do amor divino é o grande desafio que, hoje como sempre, está posto à mística cristã.

A ALTERIDADE REDENTORA

A mística cristã foi, além disso, desde um primeiro momento, experimentada como uma mística apostólica e missionária. A união com Jesus Cristo, o Deus encarnado, leva não ao imobilismo de uma contemplação que exime da presença no mundo e protege de suas aflições e conflitos. Mas, pelo contrário, é uma mística que leva a uma ação concreta e eficaz em favor do outro, no serviço e na transformação da história. A alteridade experimentada na relação instaurada pela experiência mística é, portanto, uma alteridade redentora, como redentor é Jesus Cristo, pessoa central desta relação, seu fundamento, pedra angular e mola propulsora.

A mística cristã é, portanto, toda ela permeada desta dimensão salvífica ou redentora, que instala a práxis no meio da contemplação, que coloca em movimento permanente todo o confronto do ser humano com o Deus da Revelação cristã e que não permite outro ritmo e outra configuração senão o ritmo e a configuração que assumem as angústias, as aflições, as esperanças e as alegrias do homem e da mulher concretos, que vivem na história e onde Deus mesmo disse que poderia ser encontrado (cf. Mt 25,31-46 e outros textos bíblicos que dão abundante testemunho disto).

Começando pelo próprio Deus, que, na Revelação ao Povo de Israel, se mostra como Palavra atuante e eficaz, que faz o que diz e faz fazer, que age sobre o homem e a realidade, que “trabalha” incessantemente sobre a criação, com o único intento de trazê-la de volta a sua comu-

nhão de amor; continuando com o Verbo Encarnado, Jesus de Nazaré, que no Evangelho afirma: “Meu Pai trabalha sempre e eu também trabalho” (Jo 5,17); o Deus da fé cristã é Alguém que não cessa de trabalhar e agir. E sua práxis tem como destinatário o ser humano, o qual, por sua vez, recebe e coopera ativamente com essa práxis divina que “acontece” no meio do mundo.

Toda práxis humana é resultante e correspondente da práxis divina. E aí incluímos a prática pastoral, todas as formas da luta pela justiça, todo esforço de construção da paz a partir do crescimento da tolerância entre raças e religiões, todo combate por maior igualdade entre raças, etnias e gêneros, toda práxis política, enfim, tudo que tenha algum impacto na vida da *pólis*, da cidade, da humanidade.

Toda práxis humana pode ser, e efetivamente o é, muitas vezes, mistério de uma saída de si que não deixa de ser um êxtase, um habitar e ser habitado no e pelo outro. Se os êxtases dos místicos reconhecidos pela religião oficial são, com grande justiça, não ressaltados como os mais importantes critérios para o reconhecimento da autenticidade de suas experiências, por outro lado as obras concretas que acompanham e/ou se seguem a estes êxtases são, certamente, denotativas de sua maior ou menor autenticidade.

A vida do místico é, portanto, um êxodo permanente: em direção à alteridade de Deus que o inspira e o enche de gozo e enlevo; e em direção à alteridade do próximo, a quem serve sempre mais, sob a inspiração desse mesmo Deus. A experiência de Deus está longe, portanto, de ser um fruir impune das delícias e maravilhas da contemplação dos mistérios eternos. Longe, igualmente, de ser um mergulhar e diluir-se num universo onde, panteisticamente, Deus se confundiria com elementos ou fenômenos da natureza, ou com

uma harmonia corpórea e psíquica conseguida por um ou outro recurso.

Mas é, antes de mais nada e ao cabo de tudo, envio ao mundo; assumir da própria responsabilidade em relação àqueles e àquelas que, desde o seio da realidade desfigurada e injusta, clamam por justiça e compaixão. Se a palavra **mística** encontra sua raiz em **mistério**, e se a experiência mística significa, em suma, experiência de intimidade com o mistério, trata-se não apenas do mistério de alteridade que brilha desde o fundo da realidade ao mesmo tempo que a transcende, mas também de um mistério de responsabilidade no qual uns são responsáveis por outros, experimentam em sua carne as conseqüências e o peso de um mal que não praticaram e são gratuitamente feitos cooperadores da economia de uma redenção que não inventaram e à qual não presidem.

Se a mística é união com o mistério divino, para o cristianismo — e também para outras religiões que hoje nos mostram cada vez mais algo de sua riqueza — certamente esse divino não se encontra “fora” das coisas deste mundo. Pelo contrário, é mergulhando mais profundamente nas coisas, em todas as coisas, que poderemos encontrar o mistério de nossa criação, a transcendência que desejamos e da qual temos sede, que nos ultrapassa e ao mesmo tempo se faz próxima desde o seio mesmo da realidade.

É aí que mística e práxis mostram mais claramente sua possibilidade de interseção. Pois, se Deus, o sujeito maior da mística, se deixa encontrar em todas as coisas; se no mundo, neste mundo tal como ele é, é possível experimentar sua presença inefável, então o agir humano neste mundo está definitivamente “consagrado” e é parte integrante da esfera do sagrado e do divino. É isso dentro mesmo de sua condição de profano e secular, e não abdicando ou escapando dela.

O Deus que age e trabalha no mundo é condição de possibilidade e mola propulsora da práxis do homem e da mulher. Experimentado em seu mistério, esse Deus suscitará por parte desse homem e dessa mulher um agir que não será mais dele ou dela, mas indissolivelmente entrelaçado num só movimento com o agir de Deus. Encontrar Deus será, assim, encontrar ao mesmo tempo o mundo e os outros, e contemplar Deus será sinônimo de fazer acontecer no meio da realidade, com todas as suas ambigüidades e problemas, o Reino de Deus.

A VIDA RELIGIOSA: VIVÊNCIA RADICAL DA ALTERIDADE CRÍSTICA

A vida religiosa é na verdade a vida cristã vivida numa perspectiva de radicalidade. O Espírito de Deus, que suscita na Igreja a diversidade de carismas e dons, vai fazendo com que a experiência do mistério de Deus vá acontecendo de maneiras diferenciadas ao longo dos tempos em comunidades de homens e mulheres que deverão ser para os seus contemporâneos sinais dessa radicalidade. Nesse sentido, a vida religiosa, como toda vida cristã autenticamente vivida, é inquietação e subversão para um mundo ainda atravessado pelas potências e conflitos do anti-Reino.

Esta subversão, no entanto, é na verdade cristológica, crística. Pois o Espírito Santo, que a realiza, é por definição aquele que “não tem lugar” próprio, já que seu lugar é o Cristo, o Ungido, o Messias (Mt 3,16; Lc 1,35); é o ser humano, seu templo, sua habitação (Ef 2,22; 1Cor 3,16); é a comunidade, a Igreja, o Corpo de Cristo (1Cor 12,13). Habitando no mais profundo do humano, o Espírito altera a configuração antropológica, abrindo um novo espaço onde a antropologia pode ser subverti-

da e reconstruída por dentro e por fora pela cristologia.

Na vida religiosa, como em toda vida cristã, trata-se, portanto, de uma verdadeira transformação, metamorfose, que vai alterando vital e essencialmente a forma do ser humano e dando-lhe nova configuração. Configuração que nada mais é do que configuração a Cristo.

A transformação que o Espírito Santo realiza na pessoa é, portanto, na verdade, uma conformação. Transformado pela Palavra anunciada e pelo Espírito de vida e santidade, o religioso ou a religiosa vai sendo cada vez mais conformado a Jesus Cristo. De tal maneira alterado, não pode mais compreender-se senão a partir de Jesus Cristo; não pode falar, diante do mundo e dos tribunais, senão as palavras de Cristo; traz em seu corpo as marcas de Jesus Cristo (Gl 6,17); é, enfim, “uma carta

de Cristo... escrita não com tinta mas com o Espírito de Deus vivo, não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne que são os vossos corações” (2Cor 3,3).

A vida cristã e a vida religiosa são tanto mais místicas quanto mais crísticas; trazem tanto mais o selo de alteridade, que é a marca registrada da experiência de Deus no cristianismo, quanto mais dão testemunho de sua configuração com a pessoa de Cristo; quanto mais produzem no meio do mundo e da sociedade a comunidade que é Corpo de Cristo; e quanto mais prolongam, para o meio do mundo conflitivo e atravessado pelo pecado, a missão de Jesus Cristo, que consiste em dar a vida para que venha o Reino do Deus, cuja mais profunda identidade consiste na misteriosa alteridade paternal e maternal que cria e dá incessantemente a vida em plenitude.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Como a *sede do sagrado*, que vem se acentuando nos últimos anos, desafia a experiência mística dos cristãos e cristãs, particularmente de religiosos e religiosas?
2. A experiência mística no cristianismo — afirma o artigo — é a experiência de um Deus encarnado. Que conseqüências de ordem concreta se seguem dessa verdade básica da experiência cristã? Essas conseqüências são assumidas na sua comunidade? De que forma?
3. A autora fala de alguns caminhos que podem conduzir à experiência plenificante da união com Deus: a alteridade encarnada; a alteridade redentora; a vida religiosa: vivência radical da alteridade crística. Depois de uma leitura orante do texto, partilhe em comunidade o sentido das colocações da autora e os principais desafios que apresentam para a vida religiosa.

NOTAS

1. Entendemos por experiência, e concretamente por experiência religiosa, aquilo que se percebe de modo imediato e se vive antes de toda análise e de toda formulação conceitual. Trata-se da vivência concreta do homem que se encontra, graças a uma força que não controla ou manipula, ante um mistério ou poder misterioso. Cf. sobre isso *Diccionario de las Religiones*, Barcelona, Herder, 1987, verb. "experiencia cristiana e experiencia religiosa". Ver também J. MOLT-MANN, *The Trinity and the Kingdom of God*, London, SCM Press, 1981, p. 4; L. BOFF (org.) *Experimentar Deus hoje*, Petrópolis, Vozes, 1975, especialmente o capítulo escrito pelo Pe. H. L. VAZ.
2. Cf. o sentido de *conhecer* bíblico, que é inseparável de *amar*. Cf. J. MOLT-MANN, op. cit., p. 9.
3. Cf. sobre isso o que diz Santo Tomás de Aquino: "Non intellectus intelligit sed homo per intellectum". Ou seja, é o homem concreto na sua polivalência intencional que é o sujeito do ato de abrir-se ao seu objeto, movimento que caracteriza a experiência. Abrindo-se, esse homem torna-se capaz de acolher o ser na riqueza analógica de sua absoluta universalidade. *Summa Theologiae* Ia., q. 72 ad 1m, cit. por H. L. VAZ, "Mística e política. A experiência mística na tradição ocidental", in M. C. BINGEMER e R. S. BARTHOLO (org.) *Mística e Política*, Col. Seminários Especiais Centro João XXIII, São Paulo, Loyola, 1994, p. 10. Cf. também H. L. VAZ, *Antropologia Filosófica II*, Col. Filosofia, São Paulo, Loyola, 1992, p. 37, n. 8.
4. Cf. sobre isso a reflexão que faço na parte final do livro *Mística e política*, citado supra, n. 3, pp. 287-288.
5. Cf. M. C. BINGEMER, "Novos horizontes para a contemplação e a práxis", in *Mística e Política*, p. 288.
6. Cf. as últimas publicações de editoras católicas sobre a questão da Nova Era e sua interpelação ao cristianismo histórico, especialmente J. B. LIBANIO, *Ser cristão em tempos de Nova Era*, São Paulo, Paulus, 1996 e também M. CAMURÇA, "Nova Era e cristianismo, *Atualidade em debate* 43, Rio de Janeiro, Centro João XXIII, 1996. Ver também os textos do Seminário organizado pelo Centro João XXIII, "Novas Experiências Religiosas", com contribuições de M. AZEVEDO, L. AMARAL LUZ, O. VELHO, M. CAMURÇA, T. BARTOLOMEU e outros, Rio de Janeiro, mimeo, 1996.
7. Cf. M. BUBER, *Eu e Tu*, São Paulo, Moraes, 1977, 2ª ed., pp. XLV-LI.
8. Cf. E. LEVINAS e todo o seu discurso sobre a alteridade. Ver notadamente a obra *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*, Paris, Folio, 1996.
9. Ver o que sobre isso digo em meu livro *Alteridade e vulnerabilidade. Experiência de Deus e pluralismo religioso no moderno em crise*, São Paulo, Loyola, 1993, especialmente no capítulo IV: "Experiência de Deus. Possibilidade de um perfil?"
10. Cf. H. L. VAZ, op. cit., pp. 11-12.
11. Cf. as reflexões de L. AMARAL LUZ, op. cit., supra, n. 6.
12. Cf. as experiências dos místicos cristãos mais conhecidos, que no cume de sua escalada mística, usam imagens como o "matrimônio espiritual", ou o "serviço ao Rei celestial" para designar sua experiência. Imagens, portanto, onde a alteridade é sempre mantida. Não se deve esquecer, sem embargo, que mesmo entre místicos cristãos há escritos como os do controverso Master Eckhart, que identificam alma e Deus. Sobre isto, ver C. TRESMONTANT, *La mística cristiana y el porvenir del hombre*, Barcelona, Herder, 1976, e também M. C. BINGEMER e R. BARTHOLO (org.), *Mística e Política*, São Paulo, Loyola, Col. Seminários Especiais, 1994.
13. Cf. o que diz o *Diccionario de las Religiones*, verb. "Encarnación". O significado da palavra encarnação é "entrar dentro da carne".
14. Ver as advertências que sobre isso faz o documento "Instruções sobre a meditação cristã", da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, de 1989.

VIDA RELIGIOSA E MEDICINA HOLÍSTICA

Frei Tito Figueirôa de Medeiros, O.Carm.

O indivíduo todo, em sua totalidade biopsíquica e espiritual, precisa ser curado e prevenido contra as doenças. É o ser humano em sua integridade que se torna sujeito da cura ou da prevenção das doenças e não uma parte apenas do seu organismo.

O Documento de Puebla e de Santo Domingo citam pronunciamentos de Paulo VI da *Evangelii Nuntiandi* (nº 69), nos quais o papa exorta a vida consagrada a assumir “postos de vanguarda evangelizadora” (P 771), de “inserção mais comprometida” (SD 90e).

Animados já pelo espírito de Medellín, os religiosos e religiosas no Brasil, no esforço de inserção e de inculturação, têm procurado vivenciar experiências de presença fraterna e de serviço de animação educativa, solidária e pastoral em situações de *fronteira*, desafiadoras para a evangelização.

Dentre tais situações, vem ganhando terreno, ultimamente, o serviço fraterno de saúde preventiva e curativa, mais aquela que esta, dentro da perspectiva de um novo

paradigma: a *medicina natural, de tipo holístico*.

É justamente esta espécie de engajamento junto ao povo — sobretudo junto às comunidades pobres, urbanas e rurais — que vou analisar neste artigo. Grupos de religiosas — e alguns poucos religiosos, também — vêm assumindo para si mesmos, como filosofia de vida, e aplicando nos trabalhos junto ao povo, em Centros de Cura, Clínicas Holísticas ou outros, o mesmo tipo de orientação, trabalhando em parceria com leigos que comungam com as mesmas idéias. Vários destes espaços de saúde demonstram hoje um grande profissionalismo na sua organização, atendimento e resultados positivos. Outros se ressentem ainda de uma certa pobreza de meios. Mas em todos, ao lado da busca da eficácia, estão presentes uma idêntica vontade de servir e uma convicção e crença naquilo que fazem, embora a filosofia do trabalho esteja longe de ser reconhecida e plenamente legitimada, principalmente pela classe médica, *ainda* presa, em grande parte, à medicina localizada, alopática, e aos laboratórios nacionais e multinacionais, que a incentivam e dela retiram seus polpudos lucros. Deixo aqui registradas minhas homenagens à coragem e ao pioneirismo de tantas boas iniciativas neste campo.

A expressão “holística” deve sua origem ao adjetivo grego *holos*, que significa “todo”. Em termos de medicina, essa tendência defende que o indivíduo precisa ser

curado e prevenido contra as doenças em sua totalidade biopsíquica e espiritual. É o ser humano em sua integridade que se torna sujeito da cura ou da prevenção das doenças, e não uma parte apenas do organismo, como na medicina alopática. Ela é encarada enquanto *auto e heteromedicação*, dando especial ênfase ao incremento e manutenção de uma vida saudável, em vez de aguardar eventuais problemas no organismo que exijam tratamento.

Neste artigo me proponho, inicialmente, a contextualizar a atividade acima referida no quadro atual da discussão sobre os denominados *novos paradigmas*. Descreverei, em seguida, as experiências por mim visitadas e/ou referidas por irmãs com as quais conversei a respeito. Por fim, tentarei uma primeira análise sintética deste trabalho, do espírito, motivações, convicções etc., que o animam.

Falei “primeira”, porque esse estudo faz parte de uma pesquisa maior sobre a *Nova Era: holismo, individualismo e sincretismos em questão*, financiada pelo Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sediada na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e desenvolvida na área da Regional-Recife da CRB. Naturalmente, na apresentação do conceito de *holística*, deverão ser incluídas as possíveis relações entre esta postura teórico-prática e o movimento complexo e heterogêneo contemporâneo chamado Nova Era.

I. QUE NOVOS PARADIGMAS?

A discussão sobre este tema pode-se dizer que está na ordem do dia, nos domínios da física, da filosofia, da medicina, das ciências sociais e das ciências da religião.

No campo da física, o debate se acirrou com descobertas recentes no estudo das partículas subatômicas, realizadas por alguns “prêmios Nobel” do porte de F. Capra,

David Bohm, Ilya Prigogyne e outros, além de nos avanços das pesquisas da física e da mecânica quântica.

A sofisticação crescente dos aparelhos de investigação em laboratório pôs em estado de perplexidade aqueles físicos acima nomeados, ao estudar o comportamento dos menores elementos da matéria: as chamadas “partículas subatômicas”. Ora, eles constataram que, às vezes, elas se manifestam realmente como partículas; mas, às vezes, sem nenhuma modificação nos aparelhos, elas *se mostram sob a forma de ondas*; e isso acontece aleatoriamente, sem programação prévia! Os pesquisadores descobriram mais: o tamanho e a configuração dessas ondas dependem em parte das pessoas que estão acompanhando aquela experiência no laboratório!

Tem-se a impressão de um duplo capricho: às vezes, estes elementos se mostram como partículas, às vezes como ondas; e estas variam sua forma, dependendo de quem e de quantas pessoas estão assistindo ao fenômeno.

Após muitas discussões para tentar entender esta imprevisibilidade e esta ambigüidade de configuração e formas, os físicos adeptos da física quântica expuseram a hipótese de que, admitindo-se o fato de os menores elementos da matéria *serem ao mesmo tempo uma coisa e outra, partícula e onda*, a mecânica do Universo, até agora aceita, que devemos a Descartes e a Newton, *deveria ser revista*, bem como as teorias da composição da matéria.

O próprio princípio da identidade (algo não pode ser uma coisa e outra, ao mesmo tempo) é posto em xeque, uma vez que os elementos subatômicos *são ora partículas ora ondas*. O problema da relação sujeito-objeto, no mecanismo do nosso conhecimento, sofre alguma revisão por aqueles físicos, já que as variações de número e de grau de atenção dos assistentes às experiências de laboratório influem na configuração das partículas/ondas.

E aqui já entramos nos domínios da **filosofia**, em suas partes ontológica, epistemológica e da filosofia das ciências, também avaliadas criticamente em suas bases. A influência das idéias vivenciadas primeiramente no campo da filosofia passaram para as ciências sociais, já que estas devem àquela sua base epistemológica. Entre elas, aponto rapidamente algumas, só para contextualizar a opção das religiosas/os que aderiram às práticas holísticas.

Cito primeiramente a natureza do **conhecimento objetivo**, o qual sofre uma revisão em suas bases pelas experiências da física quântica. A relação sujeito-objeto, ensinada e praticada pela razão instrumental, é substituída pela necessidade da **fusão dos horizontes**. Esta proposta é apregoada não só pelos filósofos mas pelos antropólogos adeptos do **paradigma hermenêutico** na filosofia e na antropologia. Quer dizer: para conhecer algo, é preciso que o universo mental e espiritual da comunidade ou grupo que é estudado pelo cientista social se justaponha ao universo mental e espiritual do pesquisador. Esta fusão faz com que haja um diálogo, uma verdadeira relação de troca entre ambos os horizontes mentais e intelectuais. Neste caso, o conhecimento é o **fruto dessa relação de troca, desta fusão**. O pesquisador coloca-se, também, como objeto de conhecimento. Não se trata de uma relação de empatia ou outra qualidade psicológica — explicita o antropólogo Clifford Geertz —, mas de uma operação intelectual cheia, carregada de consideração humanista.

Outra preocupação teórica, tanto da filosofia hermenêutica como dos cientistas sociais que aderiram a esta postura, é com a crítica permanente ao **cientificismo** das escolas e paradigmas anteriores, nascidos do racionalismo inaugurado pelo filósofo francês do século XVII, Descartes. Nessa crítica, os cientistas deste novo paradigma dizem constatar hoje a crise da racionalidade instrumental, a crise do antigo

enaltecimento da **razão iluminista** — mentalidade típica do espírito da Modernidade — e a busca da exploração de outras **razões**, como a **razão comunicativa**. O filósofo alemão contemporâneo Gadamer e, sob a influência dele, antropólogos norte-americanos e brasileiros, sobretudo, insistem na paternidade **romântica** (mais ao modo do romantismo alemão) deste paradigma hermenêutico. Outras “escolas” ou orientações — por exemplo, o Instituto de Estudos do Imaginário, o Centro de Estudos do Cotidiano, ambos de Paris — acreditam que entramos num outro “tempo”: a **Pós-modernidade**. Um dos fundadores do Centro do Cotidiano, Michel Mafesoli estuda, entre outras coisas, a diminuição e diluição do sentido do **individualismo**, também uma das fortes características e reivindicações da modernidade, por uma crescente importância dada, hoje em dia, aos grupos ou comunidades **afetuais**, muito gregários, batizados com o nome sugestivo de **tribos** por Mafesoli e outros antropólogos e sociólogos.

Quanto à **medicina holística**, deita suas raízes nesse mesmo contexto acima referido. Acrescenta, porém, alguns enfoques: por exemplo, além da desconfiança contemporânea para com a dimensão do enaltecimento da força e poder do racional, que nos veio da Modernidade, os adeptos deste movimento estão fazendo uma crítica pertinaz e constante à hegemonia imperialista da tecnologia dos laboratórios farmacêuticos, e uma valorização significativa dos processos de cura “natural” pelas plantas, minerais etc., ao mesmo tempo que tentam fazer ressurgir antigos (mas ainda vivos e atuantes na cultura popular) métodos xamanísticos de curas.

Assim sendo, a mesma crítica dos seguidores deste paradigma contra a especialização — tida como **fragmentação** do conhecimento — a que a Modernidade induziu a cultura ocidental encontra ecos nos praticantes desta medicina.

II. TEORIA E PRÁTICA HOLÍSTICAS E AS/OS RELIGIOSAS/OS

Mas já é tempo de dar a voz às Irmãs com as quais conversei e troquei idéias, e cujos Centros de saúde visitei. Até agora, identifiquei apenas dois deles, no Estado de Pernambuco. Outros haverá, no Nordeste, ainda por ser conhecidos. Nesta região, as religiosas e religiosos interessados nessas práticas têm a assessoria qualificada de um médico residente no Recife, que dirige uma organização e consultório inspirado nesta medicina: trata-se do Dr. Celerino Carriconde. O qual, notem bem, não dispensa os exames médicos, aplicados pela medicina oficial, quando vê que são necessários. Além desse trabalho, muitas religiosas e religiosos passam informações e fazem circular experiências sobre as práticas de saúde holísticas, remédios, alimentação adequada, hábitos preventivos. Além disso, utilizam técnicas aprendidas de relaxação, meditação, concentração, exercícios físicos, aplicando-as em encontros, cursos, reuniões de grupos etc., com a finalidade de desenvolver hábitos de oração constante, meditativa e afetiva, e do exercício da presença de Deus; ensinam a trabalhar as tensões da vida diária, tornando as pessoas mais fortes emocionalmente e serenas. E sobretudo, a *holística*, pela sua configuração, ajuda a integrar fé e vida, corpo, mente e espírito, o particular, o universal e o transcendente.

Os/as religiosos/as se educam e educam os outros para esta visão de mundo e do ser humano, fornecendo, ao mesmo tempo, critérios para não se cair na índole em geral panteísta de grupos holísticos não-cristãos, que cultuam as correntes religiosas chamadas *ecológicas* e *gnósticas*, por exemplo. Tais critérios são fornecidos pela teologia e espiritualidade baseadas numa sadia teologia da criação. Se Deus está em toda parte, sua presença inefável é busca-

da e *encontrada* em cada planta curativa, em cada cristal e argila que possuem propriedades terapêuticas comprovadas. Não somente a mulher e o homem são vistos como prenes de vida e força criadora nesta concepção, mas também a Terra como um todo: dentro dela, os elementos dos reinos animal, vegetal e mineral participam do poder criador, paterno e materno, de Deus; são mediações, também, do poder gerador de vida e de saúde do Senhor do Universo.

Assim, a capela do Instituto Holístico Madre Paulina, em Petrolina, Pernambuco, contém símbolos religiosos católicos: imagens da Virgem, quadros da Santíssima Trindade, do Cristo, pois as irmãs e a instituição que elas dirigem são católicas. Mas a orientação dos encontros de oração e meditação é ecumênica, pois aquele centro de saúde é aberto a todos os clientes, independentemente de suas opções religiosas. É a pessoa que é vista em sua realidade humano-divina, e não a religião, explicaram os terapeutas entrevistados. Assim, as pessoas sabem que a direção daquele Centro é católica, mas todos são bem-vindos, seja qual for sua filosofia de vida ou opção religiosa. O importante é que o cliente esteja disposto a vivenciar a filosofia do Instituto e se dispor a encarar a cura como um trabalho totalizante com o seu organismo, em suas diversas dimensões: física, mental, espiritual. Isto será alcançado pelos cinco pilares do tratamento: a *alimentação; os membros do corpo, a serem atingidos pelos exercícios físicos; a pele, considerada parte muito importante do corpo; a mente, a cabeça; e a dimensão espiritual, trabalhada nos momentos de oração.*

Neste sentido, se existem, de fato, pontos de contato ideológico e de filosofia de vida entre as posturas holísticas dos/das religiosos/as e as dos grupos ecológicos, gnósticos etc., que convergem para a orientação, mentalidade e movimentos conhecidos como Nova Era, Conspiração Aqua-

riana, Consciência Una e outros, as diferenças de orientação teológica cristã-católica, embora aberta para o diálogo inter-religioso e a aceitação conseqüente do macroecumenismo, são nítidas e claras. É importante se ter em mente que a holística é anterior àqueles movimentos contemporâneos. Inclusive, a medicina homeopática e a natural — sobretudo esta última — deitam suas raízes nos primórdios da grande aventura da interação do ser humano pré-histórico com o seu meio ambiente. A descoberta das propriedades medicinais das plantas e minerais foi um processo lento, que se deu passo a passo com a descoberta da utilização dos materiais — encontrados na natureza — para caça, pesca, defesa, proteção contra as ameaças à vida do *homo sapiens*.

A medicina alopática é posterior, portanto, à medicina natural. Na Antiguidade ocidental, as duas se confundiam, muitas vezes. Por isso, pode-se invocar os motivos de anterioridade e precedência como legitimadores das práticas naturais, holísticas ou não. Depois, veja-se o exemplo de países orientais altamente engajados no progresso tecnológico-industrial, como o Japão e a China, cujas sociedades não abrem mão de modo nenhum de suas práticas terapêuticas milenares. E por que nós, brasileiros, iríamos deitar fora toda a grande tradição da medicina popular, que nos vem da tríplice herança indígena, africana e européia? Se tais conhecimentos já vêm sendo pesquisados, catalogados e editados em monografias e enciclopédias, há mais de um século, pelo menos, em nosso país, como se pode lançar a acusação de “ilegal” às práticas que vêm aconselhadas em tais publicações? Reprimam-se estas, então!

É deplorável que religiosos/as e leigos se dediquem a receitar e tratar de doenças sem o necessário conhecimento das técnicas de medicina *alternativa*, o que às vezes vem acontecendo, infelizmente. Mas é

igualmente — ou mais até — deplorável o despreparo de médicos/as às vezes recém-saídos das escolas de medicina, ou que nunca mais fizeram esforço de se reciclar em sua área específica, que estão prejudicando a saúde da população brasileira, quase sempre — o que é pior — amparados pelo corporativismo de associações de classe. Por que então a vida religiosa deveria se curvar, sem mais nem menos, às pretensas alegações do “exercício ilegal” da medicina? Quem está sendo mais “ilegal”? Médicos despreparados por deficiências de cursos ou por terem sido maus estudantes, ou as religiosas que, por amor ao povo, e em seguimento de Jesus-Médico, buscam se apropriar, com o devido critério e com assessoria profissional, de nossa herança terapêutica, acima referida?

III. APROFUNDANDO MOTIVAÇÕES E CONVICÇÕES

Nossos entrevistados falaram que o método pretende pôr em prática a perspectiva de Jesus, ao curar: “tua fé te salvou”. Quer dizer, a cura está dentro da pessoa, vem de dentro para fora. A capacidade de ter saúde está dentro de cada um, acreditam eles. Tal perspectiva leva a uma integração vital, existencial, a uma nova ordenação dos valores. Assim, o corpo precisa ir sendo conduzido cada vez mais pela mente e pelo espírito. A postura religiosa deve ir assumindo a totalidade do ser e do agir, sem no entanto, desprezar ou marginalizar nenhuma dimensão do corpo, dos sentimentos, afetividades, mas, ao contrário, buscando integrá-los numa harmonia dinâmica, processual, com carinho e amor.

No quadro da dimensão religiosa, algumas irmãs e terapeutas leigos traçaram uma relação vivencial forte com o referencial bíblico, vivido e passado através da

lectio divina, dos círculos bíblicos, e da participação no CEBI. A ligação com Jesus-Médico é patente e eloqüente, nos depoimentos. A centralidade de Jesus taumaturgo, inclinado para as debilidades físicas, psíquicas, sociais e morais do povo, fornece um referencial importante para a espiritualidade dos agentes, religiosos e leigos, bem como alimenta a mística do trabalho terapêutico. A concepção de São Paulo, que vê no corpo o “templo de Deus” e diz que devemos “glorificar a Deus em nosso corpo”, recebe uma leitura legitimadora destas atividades, como fonte, igualmente, de inspiração e orientação para o trabalho integrado *corpo-mente-espírito*.

Segundo esta postura, os entrevistados responderam a uma opinião muito corrente nos meios eclesiásticos e religiosos: “*as freiras fazem medicina holística e/ou natural, porque estão na inserção junto às populações pobres, para as quais a medicina alopática é quase completamente inacessível*”. Não se trata disso, explicaram. Claro que esta medicina é barata. Mas, supondo que num futuro próximo ou remoto a indústria farmacêutica laboratorial se aproprie da medicina natural, tornando-a também cara, o problema continuará persistindo. A razão principal pela qual se sentem envolvidos é a paixão pela vida, a paixão pelo bem das pessoas, afirmaram. O ruim do sistema convencional de saúde não é só o custo e o preço; é também a série de repercussões negativas para o organismo, através dos “efeitos colaterais dos remédios”. À medida que as pessoas mudam seu relacionamento com a natureza e realizam em si mesmas esta mudança de valores, no sentido de uma maior integração com todas as dimensões do seu próprio ser, mudam também sua concepção de saúde e conseqüente opção de cura. Cada um vai se tornando um agente de sua própria saúde, em vez de viver em permanente dependência dos médicos.

Outra dificuldade que se apresenta, inclusive entre religiosos/as que não se dedicam a esta missão, é a pretensa acusação de *exercício ilegal da medicina*, que laboratórios e associações de medicina, estaduais ou locais, às vezes costumam dirigir contra essas atividades. Claro que não negamos a importância de se ter um preparo sério e um acompanhamento de um profissional competente — de que dispõem, aliás, as/os religiosas/os e leigos que se dedicam a este serviço em Pernambuco, na pessoa do Dr. Celerino. No entanto, essa busca de práticas alternativas de cura não se encontra apenas entre pessoas pobres e nem entre grupos que trabalham com a faixa dos excluídos sociais. Um psicólogo aluno/ouvinte meu do curso de Antropologia Urbana, que trabalha no atendimento psicoterapêutico individual e de grupo a pessoas de classe média e alta, confessou-me que *precisou estudar coisas tais como os florais de Bach e os cristais*, pois os pacientes lhe trazem expectativas positivas em relação a experiências curativas com estes e outros elementos alternativos. Os alunos assistentes da pesquisa que estou desenvolvendo na Universidade vêm participando de cursos, sessões e *workshops* que ensinam e praticam diversas técnicas alternativas de prevenção e cura, em grupos gnósticos, ecológicos etc. São encontros que demandam um razoável poder aquisitivo dos participantes. Portanto, a oferta dessas práticas e a busca do recurso a elas estão na ordem do dia, mesmo entre famílias de classe média alta, que podem custear fins-de-semana em centros holísticos, naturistas etc., de cura. Não são patrimônio das religiosas/os.

Além disso, sabemos muito bem, inclusive por pesquisas em hospitais governamentais e postos de saúde, como os doentes pobres são desrespeitados, tratados como objeto, até por vezes pressionados a não se queixar do seu sofrimento, a não expressar suas dores, a fim de não

S
I
C
P
E
B
R
E
P
O
O

demonstrar a ineficácia do tratamento ou do remédio receitado. Então, os organismos profissionais médicos deveriam antes preocupar-se com a melhoria da qualidade dos serviços dos seus filiados; principalmente, melhorar o nível de relação humana com os doentes pobres.

Deste modo, religiosas/os, associados aos leigos, estão unindo seu compromisso de inserção em meios populares com mais este serviço de fronteira. Trata-se de uma pastoral da saúde às vezes profissionalizada

— porque dirigida ou acompanhada por profissionais do ramo — de linha holística, vivenciada dentro da perspectiva de um macroecumenismo dialogante com as correntes contemporâneas militantes do novo paradigma acima descrito. Ao mesmo tempo porém, é uma pastoral assumida nos referenciais bíblicos de uma teologia do corpo e da saúde, no seguimento de Jesus, médico do ser humano inteiro: carne-mente-espírito.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Para alguns religiosos e religiosas as questões tratadas neste artigo são novas. Para outros e outras são polêmicas. Para muitos e muitas constituem uma experiência de vida e missão. Como você e sua comunidade se situam diante delas? Qual a experiência que vocês têm nesse campo?

2. Depois de uma leitura atenta do artigo, procure discutir em comunidade as prin-

cipais “teses” defendidas pelo autor, as perspectivas que o texto abriu para vocês e as interrogações que suscitou.

3. Que ajudas a medicina natural pode oferecer à vida religiosa no desempenho de sua missão, particularmente nos meios populares?

VIDA CONSAGRADA E A SUA DIMENSÃO CELEBRATIVA

Desse jeito Deus é! Uma permanente ação em favor da vida do povo é a liturgia. A ação amorosa de Deus em favor da humanidade.

INTRODUÇÃO

Um pouco de história

Diante das solicitações e das necessidades das comunidades religiosas no campo da liturgia, em 1994 e 1995, após diversas reuniões conjuntas entre a CRB e equipe da Linha 4/CNBB, decidiu-se pela elaboração do projeto: "Vida Consagrada e sua Dimensão Celebrativa", com os seguintes objetivos:

— Refletir à luz da vida e da prática celebrativa a relação entre vida religiosa e liturgia.

— Motivar a inserção da vida religiosa na ação litúrgica da Igreja local.

— Fortalecer a dimensão celebrativa da vida religiosa a partir da realidade pluri-cultural do povo brasileiro.

Optou-se pela elaboração e envio de um questionário que foi distribuído pelas regionais da CRB. Foram 1.740 questionários respondidos e devolvidos. Aproxima-

damente, 11.543 religiosos(as) participaram das respostas, que foram dadas, não individualmente, mas por comunidades.

A tabulação dos questionários foi realizada pela equipe do Instituto Alfonsianum de Teologia Moral, em São Paulo, sob a coordenação do padre Márcio Fabri dos Anjos. Cada item do questionário foi tabulado considerando-se, em primeiro lugar, o total do Brasil e as cinco grandes regiões: Sul, Leste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte; em segundo lugar o tipo de comunidades que responderam ao questionário: urbana, centro, periferia, rural e formativa.

Concluída a tabulação das respostas, uma equipe procedeu a leitura dos dados na perspectiva litúrgica e concluiu por apresentar sua reflexão no presente subsídio*. Frei José Arioaldo da Silva, ofm, nos introduz no sentido da ação litúrgica. Segue a análise, realizada por uma equipe de liturgistas, em cinco itens: perspectivas, pontos relevantes da pesquisa, algumas lacunas, desafios e propostas. A leitura e o debate do subsídio tem a intenção de estimular ulteriores aprofundamentos através de cursos, encontros e seminários regionais com a assessoria de teólogos, liturgistas e pastoralistas. Os dados estão à disposição de quantos desejarem contribuir com novas reflexões no processo de formação e vivência da dimensão celebrativa da vida consagrada.

Muito Obrigado!

* Posteriormente, queremos retomar os dados, a partir do enfoque teológico.

A equipe coordenadora do projeto conjunto "Vida Consagrada e sua Dimensão Celebrativa" da CRB e Linha 4/CNBB aproveita o momento para agradecer a todos quantos, de alguma forma, possibilitaram a realização, a tabulação e a análise da pesquisa e dos subsídios. Um "muito obrigado" aos membros da equipe das Regionais e da equipe de formação da CRB, coordenada pelas Ir. Silvana Silva e Ir. Maria de Fátima Kapp, ao Pe. Márcio Fabri dos Anjos e sua equipe, ao Pe. Edênio e Ir. Nery, aos liturgistas, nomeadamente Ir. Angela Soldera, Fr. Odolir Dal Mago, Fr. José Ariovaldo da Silva, Pe. José Luiz Majela e Ir. Silde Coldebella.

*O Pai é amor, o Filho é graça,
o Espírito Santo é comum união;
Ó Trindade Feliz!*

I. TENTANDO "DEFINIR" A NATUREZA DA LITURGIA

Partamos da própria palavra "liturgia". É uma palavra de origem grega (*leitourgía*; verbo: *leitourgein*; substantivo pessoal *leitourgós*), incorporada em nossa língua portuguesa. Ela provém da composição de *laós* (jônico; *leós*: ático) (=povo) e de *érgon* (=obra/serviço/ação). Traduzido literalmente, *leitourgía* significa "serviço feito para o povo", ou "serviço diretamente prestado para o bem comum". Por exemplo, alguém participa de um mutirão... Os gregos diriam: Está fazendo uma *liturgia*. Alguém, ou um grupo, põe-se a construir uma ponte ou a organizar uma festa... Os gregos diriam: Está(ão) fazendo *liturgia*. Um sacerdote põe-se a prestar um serviço no templo... Está fazendo *liturgia*¹. Por quê? Porque são *obras, serviços, ações* em favor do povo, em favor das pessoas, em favor da comunidade humana, em favor da vida humana.

Ora, nesta linha de pensamento, me vem a esta altura uma pergunta pertinente

que, a meu ver, nos conduz a reflexões posteriores muito interessantes. A pergunta é esta: quem realizou e continua a realizar as maiores *ações em favor da comunidade humana*? Ou, para sermos fiéis à terminologia grega, quem realiza as melhores liturgias? A experiência religiosa nos mostra que é Deus. Todo o Antigo Testamento é um grande canto e uma imensa narrativa das *ações do Senhor em favor do povo eleito*. A grande experiência religiosa do povo eleito foi a de ter pouco a pouco descoberto — foi-lhe sendo revelado! — Deus como Aquele que, por meio de fatos, acontecimentos, pessoas, profetas, sábios etc., *age na História em favor do seu povo* (faz liturgia!) e o salva. A experiência do êxodo é típica e paradigmática. Deus foi sendo descoberto sempre mais intensamente, sobretudo pelos sábios e profetas, como Aquele que, fielmente e com eterna misericórdia (Sl 135), opera a salvação do povo. Um Deus libertador, solidário, misericordioso, fiel, um Deus perdão, um Deus que ama a vida do seu povo, um Deus que tudo faz para que o povo tenha salvação, isto é, vida plena.

Desse jeito Deus é! Permanente *ação (serviço) em favor da vida do seu povo: liturgia!* A palavra "liturgia" me faz lembrar que Deus é desse jeito. Então, por que não dizer que *liturgia* é o próprio jeito de Deus como *ação amorosa em favor da humanidade*? E daí, por que não dizer que o específico jeito de ser de Deus é a *liturgia*? Por que não dizer que Deus é a perfeição da *liturgia*, a própria fonte de toda *liturgia*?² Esta *Liturgia* — com maiúscula! — a gente celebra.

Interessante que esta aproximação teológica de liturgia "bate" perfeitamente com a visão profética de culto. Se Deus é assim, então nossa melhor "homenagem" a Deus é fazer o que ele faz, realizar as suas obras. E as festas, ritos e sacrifícios? São exatamente para manter acesa a memória do operar de Deus e nosso conseqüente

compromisso com a *liturgia* divina, para sermos felizes. Caso contrário, festas, sacrifícios, uso da arca, existência do templo, tornam-se vazios. Deixam de ser um lugar onde o Deus vivo da história se encontra com seu povo.

O jeito de Deus como perfeição da liturgia tornou-se bem claro para nós na plenitude dos tempos, isto é, com Jesus Cristo e o seu mistério pascal. Deus Pai nos prestou este grande serviço: Ele nos deu o Filho. Aí está: a *liturgia* do Pai nos oferece o Filho! E o Filho vive a *liturgia* do Pai entre nós, porque, como sabemos, “o Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a própria vida para a salvação de muita gente” (Mc 10,45). O gesto de Jesus de lavar os pés dos discípulos é um exemplo e um sinal do modo do ser *litúrgico* de Jesus a ser imitado por todos nós (cf. Jo 13,1-17).

Mas é sobretudo na paixão, morte e ressurreição de Jesus que surge de maneira acabada a *liturgia* divina. Feito radicalmente *servo* de todos e exaltado como Senhor (Fl 2,5-11), Jesus triunfou sobre o pecado e a morte, ressuscitando-nos para a vida eterna (cf 1Cor 15,12-28). Imagine que *obra* ele realizou! A saber, libertou-nos da escravidão do pecado e da morte, fazendo-nos passar para a liberdade de filhos e filhas reconciliados. É a máxima obra (*liturgia*) em favor da vida da humanidade. No mistério pascal, sempre atual porque Cristo está vivo, vislumbramos a maior e mais inigualável *liturgia*! Pois resolveu-se definitivamente para nós o angustiante problema da morte. Instaurou-se uma nova ordem no mundo e no cosmo, que chamamos Reino de Deus: Que obra pública grandiosa! Que *liturgia*! A maior de todas!... Esta *liturgia* a gente celebra.

Então, por que não dizer que a *liturgia* é a própria vida de Jesus, vivida no amor até as últimas conseqüências *em favor do*

Reino da vida? Presença do jeito *litúrgico* de Deus entre nós. E daí por que não dizer que em Jesus vemos a perfeição da *liturgia divina*? Por que não dizer que em seu mistério pascal se nos dá a fonte da *liturgia*? Por isso, com a Epístola aos Hebreus, podemos proclamar que *Jesus Cristo é o liturgo* por excelência (Hb 8,2.6.10,11-12). Esta *liturgia* a gente celebra.

De tudo o que vimos até aqui, você já deve estar deduzindo o que pode significar *celebrar liturgia*, qual o sentido de uma *celebração litúrgica* cristã. A palavra “celebrar” vem do adjetivo “célebre”. Você sabe o que é “célebre”? Quer dizer “importante, inesquecível, irrenunciável, famoso, conhecido”. Transformando o adjetivo “célebre” em verbo ativo, temos então “celebrar”. Celebrar, portanto, significa “tomar célebre, fazer memória de algo muito importante”. E como fazemos isso? Por intermédio de todos os nossos sentidos, usando palavras, símbolos, expressões corporais, gestos e ações simbólicas, música etc.

E celebrar a *liturgia*? Celebrar a *liturgia*, portanto, significa: tomar célebre, fazer solene memória da *liturgia divina* sempre viva e atual no meio de nós (cf. supra). Convém lembrar que o próprio Cristo, na última ceia, nos deu esta ordem: “Façam isto em memória de mim”. Quer dizer: “Por esta *ação eucarística*, vocês vão tornar célebre (*sempre atual*) a *liturgia eternamente viva* que vocês estão percebendo em mim e em vocês mesmos, reunidos em meu nome”. Este memorial se dá também nos outros sacramentos, nos sacramentais, no ofício divino, nas celebrações da Palavra e em tantas outras celebrações em nome do Senhor. E como o fazemos? De maneira sensível, a saber, em comunhão com todos os nossos sentidos e valorizando as expressões simbólicas e culturais da comunidade humana que celebra.

Daí segue que *celebrar a liturgia* hoje significa: no Espírito que nos foi dado fazer

a
i
c
é
n
s
o
r
e
v
n
o
c

experiência comunitária da presença viva da *liturgia divina* (mistério pascal) na celebração³. Na ação celebrativa que realizamos em nome do Senhor, fazemos a experiência da presença da *liturgia divina* como núcleo do evangelho fermentando a nossa história, e que nos convoca a um renovado compromisso com o Reino.

Por isso, chamo a liturgia celebrada de “a melhor evangelização”, pois ali o próprio Senhor vivo e ressuscitado — a liturgia viva! — fala e ensina. Explicitar na celebração, da melhor maneira possível, esta *presença viva da liturgia divina*, eis um grande desafio.

II. A OBRA DE DEUS NA VIDA CONSAGRADA

1. A reação à pesquisa

A boa receptividade que a pesquisa sobre a “Dimensão Litúrgica na Vida Consagrada” teve, por parte das comunidades religiosas e na qual foram envolvidos(as) aproximadamente 12 mil consagrados(as), sobre os 50 mil que há no Brasil, reflete a sede, entre eles e elas, de celebrações significativas capazes de alimentar a aliança com o Senhor, a missão, o serviço solidário. A riqueza de dados recolhidos sublinha, também, a convicção de que a comunidade religiosa se edifica a partir da liturgia (cf. *Vida Fraterna em Comunidade* 14)⁴.

Um dos avanços mais significativos destes últimos anos foi a redescoberta da ação litúrgica como elemento constitutivo da vida religiosa. Nela a pessoa consagrada, que vive em comunidade, renova e alimenta sua consagração. Em sintonia com a renovação litúrgica da Igreja, os(as) consagrados(as) procuram valorizar as mais diferentes formas de participação na Eucaristia, nas celebrações da Palavra de Deus, na liturgia das horas e nos sacramentos. As celebrações de profissão religiosa, por exemplo, são, hoje,

preparadas e realizadas com carinho e viva participação e tentando levar em conta elementos mais inculturados.

“Uma das conquistas mais preciosas destes decênios, reconhecida e louvada por todos, foi a redescoberta da oração litúrgica por parte das famílias religiosas” (VFC, 14).

Em nosso país é significativa a presença e atuação de consagrados(as) nas equipes de liturgia das comunidades eclesiais favorecidos pela qualificação da vida litúrgica nas comunidades religiosas. Muitos religiosos, especialmente religiosos, moram em comunidades inseridas nas periferias das cidades ou em comunidades rurais, nos mais distantes recantos de nosso país, trabalhando com os mais excluídos. Nestes lugares, assumem junto com o povo toda a dimensão celebrativa da fé.

A inserção desses(dessas) religiosos(as) em meios populares, além de favorecer momentos celebrativos mais familiares, acolhedores e participativos, contribui, aos poucos, para promover um estilo de liturgia mais conforme a sensibilidade e à cultura daquelas comunidades celebrantes.

Um sério processo de renovação e inculturação litúrgica, hoje, não pode deixar de considerar o grande contributo dos consagrados(as). Daí a necessidade e a importância de terem uma preparação teológica e pastoral do sentido da liturgia e da cultura do povo que ilumine sua ação evangelizadora e pastoral, particularmente no que diz respeito à animação da vida celebrativa.

2. Pontos relevantes da pesquisa

Os dados da pesquisa sobre “Dimensão Litúrgica da Vida Consagrada” revelaram alguns pontos significativos que queremos sublinhar para, juntos, chegar a uma avaliação de como a liturgia é fonte de espiritualidade para a vida religiosa.

2.1 — A busca de um novo estilo celebrativo

A boa receptividade que a pesquisa encontrou revela ser a liturgia um assunto de grande interesse, especialmente se consideramos a atual realidade, na qual se constata a busca de um novo estilo celebrativo, marcadamente orante, afetivo e simbólico. Ninguém mais se satisfaz com a simples recitação de fórmulas. Entre as comunidades religiosas emerge a aspiração por momentos celebrativos fortes, entendidos como expressão de aliança com o Senhor, a partir do carisma da própria família religiosa, em sintonia com o espírito litúrgico da Igreja. Isto pressupõe, além do conhecimento do sentido da liturgia, que a família religiosa resgate, à luz da atual realidade, as intuições litúrgicas que estiveram presentes na origem de sua congregação, na vivência do mistério pascal de Cristo pelos fundadores e primeiras comunidades cristãs, bem como na evolução posterior.

Enfim, a adesão à pesquisa expressa consciência de ser a liturgia um dos meios fundamentais que alimentam a relação de aliança com o Senhor, a comunhão fraterna da comunidade (cf. *Vita Consecrata*, 14)⁵ o ardor missionário e o testemunho profético. Confirma ainda que uma das conquistas mais preciosas dos últimos decênios, reconhecida e louvada por todos, é a redescoberta da oração litúrgica (cf. *VFC*, 14).

2.2 — A liturgia como experiência de vida

Os dados da pesquisa revelaram que a dimensão celebrativo-litúrgica nas comunidades religiosas responde a uma experiência de vida e não a uma simples obrigação. Este quase consenso é um dos aspectos mais significativos levantados pela pesquisa. Vejamos os dados que seguem: a liturgia ilumina muito todas as ativida-

des (61,12%); está em nossa vida de trabalho (48,83%); em primeiro plano (44,79%); responde mais a uma experiência de vida (90,74%). Observemos que estas porcentagens referem-se a todo o Brasil, sendo que em algumas regiões são mais altas. De outra parte, consideremos os resultados nas alternativas: a liturgia ilumina mais ou menos as atividades (36,53%); pouco (2,35%); em plano secundário (6,38%); responde a uma obrigação (9,26%).

Este “quase consenso” sobre a importância da dimensão celebrativo-litúrgica na vida religiosa revela também a necessidade de se ter uma atenção particular à preparação e ao bom desempenho dos momentos celebrativos. A liturgia como “experiência de vida” depende, sim, de muitos fatores e dificilmente acontecerá sem a ação de pessoas ou equipes que a planejem, preparem e executem com carinho. A improvisação não leva à experiência de comunhão com o Senhor e com os irmãos. A liturgia “ilumina mais ou menos, pouco, ou fica em segundo plano” quando se transforma numa ação rotineira, sem criatividade, desencarnada do processo da vida comunitária, social e eclesial. Ela deixa de ser “uma expressão de vida” quando se reduz à recitação fria de fórmulas alheias ao vigor do “espírito” que renova todas as coisas (cf. Ap 21,5).

A importância da dimensão celebrativa revelada pelos dados é expressão de uma realidade, que já está acontecendo, ou desejo que as celebrações realmente sejam a expressão da vida, da missão, da inserção e da aliança com o Senhor, ou é antes um grito das comunidades no sentido de que, sem celebrações litúrgicas, não é possível se viver a consagração religiosa?

2.3 — Nova sensibilidade litúrgica

A atual realidade das mudanças no mundo apresenta-se como um dos grandes desafios à vida litúrgica. As respostas da-

das à pesquisa manifestam, de modo geral, uma grande sensibilidade para os desafios provenientes do mundo moderno e das conseqüentes mudanças que estamos sofrendo. Neste sentido, é possível admitir uma proximidade entre os itens “realidade de mudanças — adaptação e inculturação — mundo urbano”. Esses itens somados (da questão 5) representam, nos resultados globais, mais de 45% das preocupações.

Essa mesma realidade que desafia a vida litúrgica já está se tornando bem presente nos momentos celebrativos. Exemplo disto constata-se na questão “como se dá a relação entre a dimensão celebrativa e a vida” (questão 8), cujas respostas evidenciam que é “na partilha de motivos, intenções e orações” (33,78%); que é “partilhando e rezando as atividades e dificuldades encontradas no dia-a-dia” (33,12%). Se, de um lado, a realidade pede um novo estilo celebrativo, mais participativo, coerente e comprometido, de outro, bom índice das respostas apontam para a relação entre vida (realidade) e liturgia. Nas regiões onde as pessoas vivem uma realidade mais pobre percebe-se mais a relação entre vida concreta e celebração. O sofrimento e a carência de elementos básicos para a vida tornam as pessoas mais sensíveis e abertas à realidade de Deus. Nas regiões marcadas por maior sofrimento e pobreza, percebe-se que as comunidades conseguem fazer melhor a ligação entre realidade e liturgia ou “páscoa do povo e Páscoa de Cristo”. Exemplificando: “partilhando e rezando as atividades e dificuldades encontradas” (região Centro-Oeste 35,00%, Sudeste 34,72%, Norte 33,72%).

A celebração do mistério pascal — morte e ressurreição de Jesus Cristo — integrando a realidade cotidiana e as necessidades, sofrimento, morte e ressurreição na vida dos cristãos é, hoje, uma reconhecida conquista entre os religiosos. Muitos deles tomaram consciência de que

“celebrar insensíveis às necessidades dos(das) irmãos(as), é um contratestemunho e um celebrar indigno” (cf. *Diretrizes Gerais Ação Evangelizadora*, 197)⁶. Neste particular há ainda muito por se fazer. A “integração entre o mistério de Cristo e a vida das pessoas” emerge na pesquisa com um percentual global de 20,36%.

A consciência de uma relação mais explícita entre a vida e os momentos celebrativos torna-se evidente na questão 6, ao se perguntar pelo “ideal da celebração litúrgica na vida religiosa”. As preferências apontaram predominantemente para o desejo de celebrações litúrgicas que estejam envolvidas na experiência da vida do povo (25,61%).

2.4 — Liturgia e a vida da comunidade

A constatação de uma nova sensibilidade litúrgica, nas comunidades religiosas, e o desejo de integrar melhor a realidade e a experiência celebrativa do povo levam-nos a considerar uma segunda realidade: a inter-relação entre vida comunitária dos religiosos e liturgia.

Vimos que os momentos celebrativos são muito significativos da vida religiosa como tal. As comunidades já partilham motivos, intenções e orações (33,78% — questão 8). A necessidade de uma maior “integração entre vida consagrada e liturgia” aparece nos resultados globais com uma porcentagem de 28,95%. Na perspectiva do “ideal” (questão 6), do como deveria ser a dimensão celebrativa, os dados obtidos revelaram ampla preferência: que a dimensão celebrativa seja “expressão da vida e ação da comunidade” (38,61%), “mais integrada no conjunto da vida e das atividades da comunidade religiosa” (14,18%), “mais ligada ao carisma da vida consagrada” (12,08%).

O desejo de uma relação mais explícita entre liturgia e vida consagrada se con-

cretiza ainda na questão 9, quando se pede: "cite alguns exemplos de celebrações que mais marcam a vida da comunidade religiosa". A este item 29,27% responderam que as celebrações que mais marcam são as "celebrações internas": *jubileus, bodas, votos religiosos, festa de padroeiro, aniversários, mortes e semelhantes*. A redescoberta da riqueza da liturgia por parte das comunidades religiosas passa, sem dúvida, em grande parte, por estas celebrações. Elas marcam porque nelas se trabalha criativamente a relação entre vida e liturgia, criando-se todo um processo que culmina em celebrações cotidianas mais vivenciadas.

Este dado significativo "das celebrações internas" revela a necessidade de se dar atenção particular às celebrações ligadas aos acontecimentos que dizem respeito às pessoas, à comunidade e à congregação religiosa. Os resultados estão aí para dizer que, através destas celebrações, se renovam e solidificam-se a consagração a Deus, o sentido de pertença à família religiosa, a comunhão fraterna e a solicitude evangelizadora e pastoral. As comunidades religiosas mais inseridas e mais evangelicamente vivas são aquelas que têm uma rica experiência celebrativa (cf. *VFC* 19 e 20).

O fato de as celebrações mais vinculadas à vida da família religiosa marcarem tanto a vida das pessoas evidencia a necessidade de se integrar, de forma harmônica, a natureza própria da liturgia e o carisma (o patrimônio espiritual) de cada família religiosa. "Precisamente nessa fidelidade à inspiração dos fundadores(as), dom do Espírito Santo, se descobrem mais facilmente e se revivem com maior fervor os elementos essenciais da vida consagrada" (*VC*, 36).

2.5 — Alguns elementos e expressões litúrgicas

Tomemos contato, agora, com elementos e expressões litúrgicas que mais envol-

vem e dão sentido à vida da comunidade. As respostas à segunda questão do questionário revelam que as comunidades religiosas são mais sensíveis aos seguintes elementos litúrgicos: "partilha da Palavra de Deus" (26,46%), "canto e a música" (19,83%), "meditação e silêncio" (19,08%) e "oração espontânea" (16,36%).

A "partilha da Palavra de Deus" despenha acima da média geral entre os elementos mais significativos e iluminadores. Num índice ainda maior, a questão 8 revela que a relação entre a dimensão celebrativa e a vida acontece "pela leitura e partilha da Palavra de Deus" (31,42%). Sem sombra de dúvida, estes dados refletem, a exemplo das comunidades eclesiais, o apreço que as comunidades religiosas têm pela Palavra de Deus. O projeto "Tua Palavra é Vida" está colaborando para isso. Das comunidades que responderam 60% seguem o projeto. Dentre elas 76,79% dizem que este "ajuda muito" e 20,94% "mais ou menos". O contato com a Palavra de Deus favorece a sensibilidade e qualidade celebrativa dos atos litúrgicos. Para muitas comunidades religiosas, a *Lectio* divina, a reflexão sobre a Palavra de Deus, a comunicação das próprias experiências de fé e as preocupações pastorais têm sido muito frutuosas.

"A Palavra de Deus é a primeira fonte de toda a vida espiritual cristã. Ela sustenta um relacionamento pessoal com o Deus vivo e com a sua vontade salvífica e santificadora. ... Por isso, será de grande proveito para as pessoas consagradas fazer objeto de assídua meditação os textos evangélicos e os outros escritos neotestamentários ... De grande valor é a meditação comunitária da Bíblia. Realizada na medida das possibilidades e circunstâncias da vida de comunidade, ela leva à partilha feliz das riquezas encontradas na Palavra de Deus, mercê das quais irmãos e irmãs crescem juntos e ajudam a progredir na vida espiritual" (*VC*, 94).

Momento significativo para a vida comunitária "é a partilha da Palavra de Deus" (26,46%). Quando praticada com espontaneidade, alimenta a fé e a esperança, a estima e a confiança mútua, favorece a reconciliação e alimenta a solidariedade fraterna.

A oração pessoal, o canto e a música, o silêncio (contemplação), além de imprimir nobreza e interioridade, fazem com que os momentos celebrativos alcancem sua eficácia, isto é, se transformem numa relação filial com o Pai e num diálogo íntimo e amoroso com Cristo (cf. *VFC*, 13-15). O significativo índice de opções por estes elementos sublinha a importância do cultivo da oração pessoal, do canto e da música, do silêncio como uma atitude interior e exterior, expressão forte da relação com Deus. O descuido destas expressões favorece uma liturgia rotineira e superficial. O canto e a música expressam a dimensão alegre e festiva da ação litúrgica.

2.6 — A celebração eucarística

No que diz respeito às "formas celebrativas" (questão 1), os resultados da pesquisa revelam o importante lugar que a celebração da Eucaristia (37,09%) e a Liturgia das Horas (35,26%) ocupam na vida religiosa. São as formas mais frequentes de celebração litúrgica das comunidades de vida consagrada. Ao mesmo tempo, parece importante considerar que o lugar da Eucaristia na vida consagrada é bastante diversificada entre as comunidades religiosas.

As celebrações da Palavra de Deus (16,76%) e o Ofício Divino das Comunidades despontam com um significativo número de opções. Nota-se também que nas comunidades do Centro-Oeste (22,0%), Nordeste (17,2%) e do Norte (21,1%) o número de celebrações da Palavra é maior do que em outras regiões, sendo menor a frequência de celebrações eucarísticas.

Além disto, são duas expressões celebrativas novas e sem grande tradição entre as comunidades religiosas. Por isso, o índice de respostas, no global, revela-se altamente significativo.

É bom levar em conta que em alguns lugares do Brasil a prática das celebrações da Palavra se torna maior não por opção das comunidades religiosas, mas por falta de padres. A Eucaristia, por sua natureza, está no centro da vida consagrada, pessoal e comunitária. É alimento diário e fonte de espiritualidade das famílias religiosas. Nela, cada consagrado é chamado a viver o mistério pascal de Cristo, unindo-se a Ele na oferta da própria vida ao Pai, por meio do Espírito Santo (cf. *VC*, 95). A eucaristia, cume e fonte da vida e da ação evangelizadora da Igreja, consolida e incrementa a vida fraterna e a prática da caridade daqueles que consagram a Deus a sua existência. O mesmo Cristo que chamou ao seu seguimento, agora, a cada dia, convoca seus(suas) irmãos(ãs) para falar-lhes e para uni-los a Ele e unir-se entre si na Eucaristia, para torná-los sempre mais seu Corpo vivo e visível, animados pelo Espírito, a caminho do Pai (cf. *VFC*, 12).

A importância conferida à celebração eucarística abre espaço à reflexão sobre a qualidade e as motivações que levam as comunidades religiosas a optar, com frequência, por esta forma celebrativa. A eucaristia, ceia memorial da Páscoa de Cristo e dos batizados, coração da vida eclesial e da vida consagrada, supõe atenção particular quanto à sua preparação, celebração e vivência. Recorrer à celebração eucarística por uma simples prescrição ou por comodismo não condiz com o sentido teológico que lhe é próprio.

Para que a celebração eucarística se torne o centro da comunidade religiosa é preciso que seja bem preparada. Isto supõe certa criatividade da parte das equipes litúrgicas. Se a liturgia eucarística não for

criativa, não será capaz de trazer para o altar a vida da comunidade e a vida do povo, nem ser fonte de vida.

2.7 — A celebração do mistério de Deus nas Horas do dia

A pessoa consagrada que vive em comunidade alimenta sua consagração, entre outras formas, com o constante colóquio pessoal com Deus (oração e contemplação), com o louvor e a intercessão comunitária. A Liturgia das Horas, tida igualmente como uma das formas celebrativas mais freqüentes, celebrada comunitária ou individualmente segundo a índole de cada família religiosa, em comunhão com a oração da Igreja, expressa a vocação ao louvor e à intercessão, própria das pessoas consagradas (cf. VC, 95).

A Oração comum do povo de Deus, como foi denominada a Liturgia das Horas por Paulo VI (IGLH 1), tem sido enriquecida nestes últimos anos por diversas formas de expressão e de participação nos seus hinos, salmos e orações. Uma maior relação com os acontecimentos da vida comunitária e social, a partilha, o canto e algumas expressões simbólicas estão reforçando a sua dimensão celebrativa e orante. Para isto tem ajudado muito a edição do Ofício Divino das Comunidades.

Esta oração revitalizou a experiência de Deus de muitas comunidades, que foram motivadas a uma relação mais viva com a Palavra de Deus e com a experiência orante da Igreja. Ela foi sempre considerada a base de toda a vida comunitária, parte da contemplação do mistério de Deus, da admiração de sua presença e atuação tanto nos momentos mais significativos de nossas comunidades como na sua mais humilde e cotidiana realidade.

Todavia, a celebração das Horas e uma boa qualidade de vida pessoal e comunitária requerem seu tempo. Por vezes os consagrados queixam-se de “não ter tempo” e seu dia arrisca ser atribulado e angustiante

e, portanto, acabam por esgotados. Não podemos negar que a Oração comum requer, entre outras coisas, fidelidade a um horário e perseverança. Fidelidade e perseverança que ajudarão a comunidade a superar criativamente e com sabedoria algumas dificuldades típicas, tais como a diversidade de atividades e de horário, a sobrecarga envolvente e as diversas fadigas.

A Liturgia das Horas deve ser entendida pelos consagrados como tempo de “relação íntima com o Senhor” (*estar-com-o-Senhor*), a fim de que ele possa agir neles e invadir sua vida, sua convivência, lazer e trabalhos, para animá-los, confortá-los e guiá-los e para que possam, afinal, realmente Lhe pertencer (cf. VFC, 13).

3. LACUNAS

Os dados da pesquisa revelaram algumas lacunas no que diz respeito à dimensão celebrativa da vida consagrada, como:

— A falta de clareza na compreensão do sentido (natureza) da ação litúrgica e de suas formas celebrativas.

— A expressão simbólica e gestual da liturgia é quase uma ausência (questão 2). Entre os elementos e expressões litúrgicas que mais envolvem e dão sentido, os símbolos aparecem com uma porcentagem de 7,57% e os gestos com 1,67%. Nas questões 8 e 9 fica muito clara a insignificante importância que se dá às expressões simbólicas (1,66%) para serem portadoras da relação entre a celebração e a realidade. As celebrações litúrgicas, ricas em símbolos, não marcam a vida da comunidade religiosa (1,06%).

— A dimensão orante é amplamente suplantada pela mentalidade racional. Nos momentos celebrativos há o predomínio das explicações e dos comentários sobre a súplica, a invocação e o diálogo orante.

— A piedade popular é inexpressiva no conjunto das respostas (3,53%). Esta

perspectiva da espiritualidade e dinâmica do Ano Litúrgico.

— Que nas Casas de Formação se possibilite aos formandos “uma sólida iniciação litúrgica”, a partir de momentos celebrativos que integrem a experiência orante de suas famílias e comunidades de origem, bem como da família religiosa, com momentos fortes de avaliação e de aprofundamento.

— Que, onde houver condições, o quanto possível, se favoreça a presença e a participação de leigos(as) em algumas das celebrações da comunidade religiosa.

— Que nas Regionais da CRB e na Nacional se organizem equipes de reflexão sobre a dimensão celebrativa, envolvendo religiosos(as) que já passaram pelos cursos de formação litúrgica.

— Que a CRB tenha assessorias especializadas em liturgia para acompanhar as celebrações e as iniciativas referentes ao

processo de formação inicial e permanente de seus membros.

— Que nas assembleias, encontros e retiros das congregações e províncias se dê especial atenção às celebrações que sejam criativas, orantes, ricas em símbolos e na interação fé e vida.

Frei Faustino Paludo OFMcap p/ equipe da Linha 4-CNBB
SE/Sul Q. 801 Conjunto B
Caixa postal 02067 - CEP 70259-970 - Brasília - DF

Irmã Maria de Fátima Kapp, MSSPS p/ GRF Nacional - CRB
Rua Alcindo Guanabara, 24, 4º andar - CEP. 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ

Frei José Ariovaldo da Silva, OFM
Rua Montecaseros, 95 - CEP. 25685-000 - Petrópolis - RJ

NOTAS

1. Interessante que o próprio apóstolo Paulo e a Epístola aos Hebreus usam o termo “liturgia” neste sentido de serviço em favor dos outros. Epafrodito presta serviços aos cristãos de Jerusalém, recolhendo esmolas para eles (2Cor 9,12). Os anjos servem a Deus em favor dos homens (Hb 1,7.14).
2. cf. J. CORBON, *Liturgia de Fonte*, Ed. Paulinas, São Paulo, 1991.
3. O grande teólogo liturgista S. Marsili chama a liturgia celebrada de “momento histórico da salvação” (cf. *Anánnesis I — Liturgia, momento histórico da salvação*, Ed. Paulinas, São Paulo,

pp. 37s.), e de “primária experiência espiritual cristã”, título do “seu artigo”, in T. GOFFI — B. SECONDIN (Orgs.), *Problemi e prospettive di Spiritualità*, Queriniana, Brescia 1983, pp. 249-276.

4. *Vida Fraterna em Comunidade (VFC)*, da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica.
5. Exortação apostólica pós-sinodal *Vita Consecrata (VC)*, do Santo Padre João Paulo II sobre a vida consagrada e a sua missão na Igreja e no mundo.
6. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE)*, da Igreja no Brasil 1995-1998, CNBB, Doc. 54.

VATICANO II E OPÇÃO PELOS POBRES

Fr. Márcio A. Couto, OP
Escola Dominicana de Teologia

O Concílio Vaticano II, escorando-se em numerosos textos bíblicos, nos fornece o fundamento da opção preferencial pelos pobres como sendo o seguimento de Jesus pobre, apresentado como modelo que deve ser seguido.

O Concílio Vaticano II (1962-1965) foi o grande acontecimento para a Igreja no século XX. O Concílio recebeu a marca do papa João XXIII, que propôs uma adaptação (*aggiornamento*) da Igreja e do apostolado num mundo em plena transformação, assim como a unidade dos cristãos. Mais do que novas definições ou condenações — substituindo o anátema pelo diálogo —, quis o papa que houvesse uma preparação remota para tudo o que essa assembléia do episcopado universal acabaria por decidir e consagrar através de seus 16 documentos.

OPÇÃO PASTORAL NO LIMIAR DO CONCÍLIO

A tônica pastoral do Concílio acabou se impondo, como se depreende da linguagem dos diversos textos e da firme decisão do papa Paulo VI em dar continuidade à intuição de João XXIII, após a morte deste último ocorrida em 1963. Diversos problemas, como a renovação litúrgica e a questão social, preocuparam os papas neste século. No que se refere à questão social, constatamos

que desde a *Rerum novarum* de Leão XIII o problema dos pobres ocupa um lugar especial no discurso do magistério. Não é nosso objetivo examinar a evolução desse tema nos documentos pontifícios e na vida da Igreja¹, mas apenas salientar que João XXIII, na *Mater et magistra* (1961) e na *Pacem in terris* (1963), não enfoca mais a questão social de um ponto de vista somente da Europa, mas do mundo inteiro, com uma atenção especial às categorias menos protegidas como os camponeses ou os países pobres, denunciando o desenvolvimento desigual dos povos².

Essa preocupação com os pobres estará presente nos diversos documentos de Vaticano II. Na mensagem que João XXIII dirigiu ao mundo, um mês antes da abertura do concílio, o papa afirma que “a Igreja apresenta-se tal qual é e quer ser — como a Igreja de todos e particularmente a Igreja dos pobres”³. O cardeal Lercaro⁴ será o grande defensor dessa idéia no Concílio, mas, como sabemos, Vaticano II não teve como eixo a Igreja dos Pobres mas o diálogo com o mundo moderno. Apesar disso a opção pelos pobres está latente nos diversos documentos conciliares⁵.

Os textos que citaremos em seguida aparecem esparsos nos diversos documentos conciliares sem que tenha havido qualquer acordo ou plano preestabelecido. Eles surgem quase que espontaneamente. Aparecem em textos que não tiveram um grande impacto no Concílio.

CONSTITUIÇÕES DOGMÁTICAS

A constituição *Sacrosanctum concilium* sobre a Liturgia, logo no capítulo I ao tra-

tar da natureza da liturgia e sua importância para a vida da Igreja, invoca o texto de Lucas 4,18 para lembrar que Deus enviou o seu Filho para anunciar a boa nova aos pobres.

Na constituição dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja, a referência ao pobre é mais abundante. No final do capítulo I (nº 8), quando se fala da Igreja visível e espiritual, se faz apelo ao texto de Lucas 4,18 para explicar por que a Igreja procede do mesmo modo, ou seja, “envolve com seu amor todos os que são afligidos, muito mais os pobres e sofredores, pois reconhece neles a imagem de seu fundador pobre e sofredor e por isso se esforça para aliviar seu sofrimento, e neles é ao Cristo que ela quer servir” (nº 8). “Como foi na pobreza e na perseguição que o Cristo operou a redenção, a Igreja também é chamada a entrar nessa mesma via para comunicar aos homens os frutos da salvação” (nº 8). Mais adiante, no capítulo III⁶, quando se trata das relações no interior do colégio episcopal, se diz no nº 23 que cabe aos bispos promover a unidade da fé, formar os fiéis, “sobretudo seus membros pobres”, sofredores e os que sofrem perseguição por causa da justiça (Mt 5,10). No nº 26 sobre a função de santificação dos bispos no mesmo capítulo III, se lembra que o Cristo está presente nas comunidades, por mais pequenas ou pobres que possam ser. No breve nº 38 que conclui o capítulo IV dedicado aos bispos, se diz que todos devem nutrir o mundo com frutos espirituais (Gl 5,22) e espalhar sobre ele “esse espírito que anima os pobres, os mansos, os pacíficos que o Senhor no Evangelho proclama bem-aventurados” (Mt 5,3-9). Ainda na *Lumen gentium*, no nº 41 do capítulo V⁷, sobre as múltiplas formas de santidade, há uma referência ao seguimento de Cristo pobre, humilde... para merecer participar de sua glória. Todos os que trabalham e sobre os quais pesam a pobreza, a doença, prova-

ções diversas... saibam que estão unidos ao Cristo que sofreu para a salvação do mundo e os declara bem-aventurados. No número seguinte (42) sobre vias e meios da santidade, o Concílio louva os que se prontificam em assumir livremente a pobreza renunciando à própria vontade e exorta os fiéis para que saibam usar com sabedoria os bens desse mundo num verdadeiro espírito de pobreza evangélica. No capítulo VI, dedicado aos religiosos, no nº 43, que trata da profissão dos conselhos evangélicos se diz que os conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência se fundam nas palavras e exemplos do Senhor e são um dom que a Igreja recebeu de seu Senhor e por sua graça o conserva. No nº 50⁸ do capítulo VII⁹, se diz que os que imitaram mais de perto a virgindade e a pobreza do Cristo se acham mais unidos no Cristo conosco assim como os apóstolos, os mártires e a Virgem Maria. No nº 55¹⁰ do capítulo VIII, se diz que Maria “ocupa o primeiro lugar entre os humildes e pobres do Senhor, que com confiança esperam e recebem dele a salvação”. Mais adiante, no nº 57 do mesmo capítulo, se recorda “que no Templo, depois de fazer a oferenda dos pobres, e apresentar seu Filho ao Senhor, Maria ouviu Simeão profetizar que o Filho seria um sinal de contradição”.

NOS DECRETOS E DECLARAÇÕES

No decreto *Christus Dominus*¹¹ há três referências ao pobre. No capítulo II¹², na primeira parte, que trata dos bispos diocesanos, nº 12¹³, se afirma que cabe aos bispos apontar segundo a doutrina da Igreja em quanta estima deve ter a pessoa humana... a pobreza e a afluência de bens. No número seguinte (13), quando se refere ao método de propor a doutrina cristã, se exorta que “com especial cuidado se interessem pelos pobres e humildes para cuja

evangelização os mandou o Senhor". A terceira referência se encontra no capítulo III¹⁴, nº 30¹⁵, depois de exortar os párocos a conhecer o seu rebanho, se recomenda que "procurem com paterna caridade os pobres e enfermos".

O decreto *Perfectae caritatis*¹⁶, logo no nº 1, ao abordar a variedade de dons dados por Deus, salienta-se que a prática dos conselhos evangélicos (castidade, pobreza e obediência) se fundamenta no seguimento do Cristo virgem e pobre (Mt 8,20; Lc 9,59). No nº 13, dedicado à pobreza voluntária motivada pelo seguimento de Cristo, se afirma que por meio dela se comunica a "pobreza de Cristo que de rico se fez pobre por nós, a fim de nos enriquecer por sua pobreza" (2Cor 8,9; Mt 8,20) e se esclarece que "para a prática da pobreza religiosa não basta, porém, submeter-se no uso dos bens aos superiores, faz-se ainda mister que os membros sejam pobres de fato e de espírito, possuindo tesouros no céu" (Mt 6,20). E isso deve transparecer numa espécie de "testemunho coletivo de pobreza" e contribuir com seus próprios bens para as necessidades da Igreja e "o sustento dos pobres, a quem os religiosos todos hão de amar nas entranhas de Cristo" (Mt 19,21; 25,34-46; Tt 2,15-16; 1Jo 3,17), até mesmo no hábito religioso que deve ser pobre e decente (nº 17). Finalmente, o sacro sínodo tem grande apreço pelo gênero de vida "virginal, pobre e obediente — de que o próprio Cristo Senhor se fez exemplo" (nº 25).

O decreto *Optatam totius*¹⁷ traz duas referências no capítulo IV¹⁸. O sacerdote deve procurar a Cristo na meditação fiel da Palavra de Deus, nos sacramentos, no bispo que os envia e "nos homens a quem são enviados, particularmente nos pobres..." (nº 8), e ser formado "na vida de pobreza e no espírito de abnegação" (nº 9).

A declaração *Gravissimum educationis*¹⁹, ao referir-se aos diversos tipos de

escolas católicas, "exorta os Pastores da Igreja, bem como a todos os fiéis, a que não meçam nenhum sacrifício para ajudar as escolas católicas... cuidando sobretudo das necessidades daqueles que são desprovidos de bens temporais (*pauperes*) ou se sentem privados do auxílio e do afeto da família, ou ainda se mantêm alheios ao dom da fé" (nº 9).

O decreto *Apostolicam actuositatem*²⁰ traz apenas no capítulo I, sobre a vocação dos leigos para o apostolado, no nº 4, dedicado à espiritualidade, uma apresentação de Jesus pobre como modelo de seguimento.

Já no decreto *Ad gentes*²¹ encontramos diversas referências ao pobre. No capítulo I²², nº 3²³, Cristo "assumiu toda a natureza humana tal que se encontra em nós, míseros e pobres, exceto o pecado" (Hb 4,15; 9,28). Cristo, santificado pelo Pai e por Ele enviado ao mundo (Jo 10,36), disse de Si mesmo: "O Espírito do Senhor está sobre mim, eis por que me ungiu, enviou-me a evangelizar os pobres..." (Lc 4,18). No nº 5, sobre a Igreja enviada por Cristo, se estabelece uma analogia, em que o "Cristo enviado a evangelizar os pobres" exige que a mesma Igreja continue e desdobre a sua missão, trilhando a mesma senda, ou seja, o caminho da pobreza. No capítulo II, sobre a obra missionária como tal, nº 12, ao abordar a presença da caridade, se afirma que ela se dá imitando o Cristo pois "a Igreja por seus filhos se liga aos homens de qualquer condição e particularmente aos pobres e aflitos, dedicando-se a eles prazerosamente" (2Cor 12,15). No capítulo III sobre as Igrejas particulares, nº 19, ao tratar do progresso das jovens igrejas, dado que muitas igrejas jovens se situam nas regiões mais pobres do mundo, e sofrem de falta de sacerdotes, elas precisam de uma forte ação missionária da Igreja inteira. No número seguinte (20), sobre a atividade missionária dessas igrejas particulares, se exorta aos religiosos e leigos

a
-
o
n
o
c
o
n
o
c

que cultivem um grande “zelo para com os seus concidadãos, especialmente (...) os mais pobres”. No nº 24²⁴ do capítulo IV, ao tratar dos missionários, se insiste no seguimento de Jesus tendo a certeza que “Deus lhe dará a virtude e a fortaleza para conhecer que a abundância do gozo consiste na intensa experiência da tribulação e da altíssima pobreza” (2Cor 8,2).

No decreto *Presbyterorum ordinis*²⁵ encontramos o seguinte: no capítulo II²⁶, na primeira parte²⁷, no nº 6²⁸, se diz que “embora sejam devedores a todos, os presbíteros todavia aceitam como confiados a si de modo particular os pobres e os mais humildes, aos quais o próprio Senhor se associou (Lc 4, 18) e cuja evangelização é dada como sinal da obra messiânica”. No capítulo III²⁹, na parte 2³⁰, nº 15³¹, se diz que o presbítero deve se dedicar à ação comunitária e aceitar com espírito de fé qualquer ofício, “mesmo o mais humilde e pobre que lhes é confiado”. No nº 17³², os parágrafos finais são dedicados ao convite a abraçar a pobreza: “São até convidados a abraçar a pobreza voluntária, que tornará mais evidente sua semelhança com Cristo e os fará mais disponíveis para o sagrado ministério. Pois Cristo, por nossa causa, se fez pobre, sendo rico, a fim de nos enriquecer por Sua pobreza (2Cor 8,9). Também os Apóstolos atestaram pelo seu exemplo que o dom gratuito de Deus deve ser dado de graça (At 8,18-25), sabendo viver na abundância e na penúria (Fl 4,12). Mesmo assim, algum uso comunitário das coisas, à imitação da comunhão de bens que mereceu destaque na história da Igreja primitiva (At 2,42-47), abriria do melhor modo o caminho para a caridade pastoral. Por tal forma de vida, os presbíteros poderiam levar honrosamente à prática o espírito de pobreza recomendado por Cristo. Guiados pois pelo Espírito do Senhor, que ungiu o Salvador e O enviou a evangelizar os pobres (Lc 4,18), os presbíteros — como também os bispos — tudo evitem que de

qualquer modo possa afastar os pobres, excluindo de seus pertences, mais do que os outros discípulos de Cristo, toda a aparência de vaidade”. No cap. III³³, nº 20³⁴, falando sobre a justa remuneração dos presbíteros, lembra o Concílio que eles devem “socorrer de alguma forma por si mesmos aos indigentes, pois que o serviço aos pobres, a Igreja o teve sempre em grande estima, desde os seus primeiros primórdios”. No nº 21 se diz também que “as dioceses de maiores recursos poderão vir em socorro às mais necessitadas, para que a abundância daquelas possa suprir a pobreza destas” (2 Cor 8,14). Mais: incentiva a que os padres se constituam de um instrumento para a previdência e assistência sanitária, pois participando de sua construção com espírito de solidariedade praticam a pobreza com um sentido evangélico.

A CONSTITUIÇÃO PASTORAL “GAUDIUM ET SPES”

A constituição *Gaudium et Spes*³⁵ traz diversas referências ao pobre. No proêmio que trata da solidariedade da igreja com a Família Humana Universal fala que “a alegria e a esperança, o luto e a angústia dos homens de hoje, principalmente dos pobres e de quaisquer aflitos, são a alegria e a esperança, o luto e a angústia também dos discípulos de Cristo”. Na primeira parte³⁶, capítulo I³⁷, nº 15³⁸, se ensina que “a inteligência humana se aperfeiçoa pela sabedoria e isso fundamenta a solidariedade entre as nações, pois uma nação pobre em bens econômicos pode ser mais rica em sabedoria”. No capítulo II³⁹, nº 27⁴⁰, o Concílio quis descer às conseqüências práticas mais urgentes no que diz respeito à dignidade da pessoa humana, e o próximo visto como “outro eu”, “sem se excetuar nenhum, levando em consideração antes de tudo a sua vida e os meios necessários para mantê-la dignamente (Tg 2,15-16), a fim de não imitarem aquele rico que não teve

nenhum cuidado com o pobre Lázaro” (Lc 16,18-31). No capítulo III⁴¹, n° 37⁴², se diz que o homem deve usufruir as coisas criadas na pobreza e liberdade de espírito “como se nada tivesse mas possuindo tudo” (2Cor 6,10). Na segunda parte, dedicada a alguns problemas mais urgentes, no capítulo II⁴³, 2ª seção⁴⁴, n° 57⁴⁵, se fala sobre a pobreza da cultura que pode ser superada pela solidariedade, estudo das ciências, trabalho em equipe. No capítulo III⁴⁶, n° 63⁴⁷, se diz que o desenvolvimento econômico poderia vencer as desigualdades mas estas, infelizmente, vêm se agravando no mundo moderno, provocando o desprezo dos pobres.

Na 2ª seção⁴⁸, n° 69⁴⁹ se lembra que os Doutores e Padres da Igreja ensinaram “que os homens estão obrigados a socorrer os pobres, e na verdade não somente com o que lhes é supérfluo”. Mais adiante lembram também da sentença dos Padres: “Alimenta a quem está morrendo de fome, porque, se não o nutriste (*pavisti*), mataste-o”⁵⁰. No n° 72⁵¹ se exorta a todos os que lutam pela justiça para que se deixem impregnar do “espírito das Bem-aventuranças, destacando-se sempre a pobreza”. No capítulo IV⁵², 1ª seção⁵³, n° 81⁵⁴, se insiste em denunciar que a “corrida armamentista é a praga mais grave da humanidade, que lesa intoleravelmente os pobres”. Na 2ª seção⁵⁵, n° 86⁵⁶, se alerta os povos desenvolvidos para ajudar os que estão em desenvolvimento e “assim, ao negociar com as nações mais fracas e pobres, procurem cuidadosamente o bem delas, pois estas carecem para o próprio sustento dos lucros da venda de seus produtos”. No n° 88⁵⁷, se diz que os cristãos devem cooperar na construção de uma ordem internacional justa, isto com mais razão “porque a maior parte do mundo ainda se debate em tão grande penúria que o próprio Cristo, nos pobres, como que em alta voz, clama pela caridade de seus discípulos. Que não sirva de escândalo aos homens o fato de algu-

mas nações, cujos cidadãos na maioria se gloriam com o nome de cristãos, nadarem na abundância de bens, enquanto outras se vêem despojadas das coisas necessárias para a vida e são torturadas pela fome, por doenças e completa miséria. Pois o espírito de pobreza e de caridade são a glória e o testemunho da Igreja de Cristo”. E finalmente, no n° 90⁵⁸, para vencer os sofrimentos da maior parte das pessoas do mundo de hoje fomentando a justiça e o amor de Cristo para com os pobres, o Concílio julga oportuna a criação de um organismo universal da Igreja, com o fim de despertar a comunidade dos católicos para que se promovam o progresso das regiões indigentes e a justiça social entre as nações.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Que conclusões podemos tirar do ensinamento conciliar que contribui para iluminar a opinião pelos pobres?

Em primeiro lugar o Concílio, escorando-se nos textos bíblicos, nos fornece o fundamento da opção pelos pobres como sendo o seguimento de Jesus pobre, apresentado como um modelo. Em segundo lugar, esse modelo deve ser seguido, como uma opção preferencial, pelos pastores — religiosos, padres e bispos —, responsáveis primeiros do anúncio da Boa Nova. Terceiro, a preferência não concerne apenas aos pobres enquanto destinatários do Evangelho, mas a pobreza, como um valor positivo, deve impregnar a própria vida do evangelizador, pois na medida em que essa pobreza é assumida voluntariamente se dá o processo de aproximação com o próprio Cristo. Quarto, assumindo a pobreza como meio de anunciar a Boa Nova, os evangelizadores denunciam a pobreza como um contra-sinal do Reino e propõem a solidariedade — entre as pessoas e os povos — como nova forma racional e cristã, derivando do anúncio do Reino de Deus. Quin-

to, os padres conciliares, na senda do Evangelho, denunciam os flagelos de nosso tempo (guerra, corrida armamentista, relação comercial e econômica entre as nações que geram desigualdades) e chamam à responsabilidade e à conversão — relembrando princípios morais fundamentais como a destinação universal dos bens a todos os homens — aqueles que na sociedade receberam o encargo de governá-la ou que possuem riquezas. Todos devem contribuir para uma nova ordem internacional baseada na justiça, na dignidade humana e na equidade entre povos e culturas.

A originalidade da presença destas referências ao pobre no Concílio Vaticano II

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. A questão dos pobres e sua prioridade na missão da Igreja ocupou um lugar significativo nos documentos emanados do Concílio Ecumênico Vaticano II, como demonstra a análise feita no artigo. Procure ler alguns dos documentos conciliares a partir dessa chave de leitura e partilhe com outros irmãos (irmãs) de comunidade as suas reflexões.

2. O Vaticano II teve na América Latina e no Brasil uma recepção ao mesmo

é que são um testemunho de uma inspiração profunda, que encontra sua fonte no próprio Evangelho. Ademais, a inspiração não deu uma unidade à mensagem conciliar, mas é como que a alma que tomará corpo em atos eclesiais posteriores como Medellín, o Sínodo dos Bispos de 71, Puebla etc. Essa inspiração aparecerá de modo bem concreto em certos documentos da Igreja e será um marco importante para o desenvolvimento da Teologia da Libertação. Podemos afirmar que esta teologia nasce e se alimenta dessa mesma inspiração que animou o Concílio.

tempo fiel e criativa. A opção pelos pobres foi, sem dúvida, um dos grandes eixos dessa recepção. Como você e sua comunidade avaliam o itinerário das nossas Igrejas na perspectiva da opção pelos pobres aberta pelo Concílio?

3. Como os textos conciliares sobre os pobres na missão da Igreja podem iluminar e revigorar as práticas da vida religiosa e sua dimensão profética, na atual situação da sociedade e da Igreja?

NOTAS

1. Ver a esse respeito os dois volumes de Paul CHRISTOPHE, *Les pauvres et la pauvreté* (Ière partie: des origines au XV^e siècle; II^{ème} partie: du XVI^e siècle à nos jours), Paris, Desclée, 1985(I), 1987(II), col. Bibliothèque d'Histoire du Christianisme, v. 7 e 12.
2. Nota J. Régner em *Cent ans d'enseignement social de l'Eglise* (Paris, Desclée, 1991, p. 33) que tudo isto é visto sob o ângulo do personalismo, critério essencial da *Mater et Magistra*, que põe em valor o sindicalismo (nº 100-101), enquanto que *Pacem in Terris* está centrada nos direitos humanos e na democracia com um incentivo às Nações Unidas (ONU), pensando sempre que a ótica da justiça é capaz de assegurar uma "solicitude para com os membros mais fracos do corpo social" (nº 56).
3. Cf. radiomensagem de João XXIII para o II Concílio do Vaticano (11-9-62), intitulada *Ecclesia Christi, lumen gentium*, REB, 22(3), 724-728, set., 1962, p. 726.
4. Cf. G. C. LERCARO, "A Pobreza na Igreja", de 22-12-1962, REB, 23(2), 492-494, jun. 1963.
5. Ver o artigo de Gustavo GUTIERREZ intitulado "Le rapport entre l'Eglise et les Pauvres vu d'Amérique Latine" (pp. 229-257), in C. ALBERIGO, et J. P. JOSSUA (orgs.), *La réception de Vatican II*, Paris, Cerf, 1985, col. Cogitatio Fidei, 134.
6. Sobre a Constituição hierárquica da Igreja, especialmente do Episcopado.
7. Sobre a vocação universal à santidade na Igreja.
8. As relações da Igreja da terra com a Igreja do céu.
9. Sobre o caráter escatológico da Igreja que caminha e sua união com a Igreja do céu.
10. Sobre o papel da Virgem Maria na economia da salvação.
11. Sobre o múnus pastoral dos bispos na Igreja.
12. Os bispos e as igrejas particulares ou dioceses.
13. O magistério dos bispos.
14. Cooperadores dos bispos diocesanos no múnus episcopal.
15. Sobre os párocos.
16. Sobre a atualização dos religiosos.
17. Sobre a formação sacerdotal.
18. Sobre os meios de aperfeiçoamento da formação espiritual.
19. Sobre a educação cristã.
20. Sobre o apostolado dos leigos.
21. Sobre a atividade missionária da Igreja.
22. Princípios doutrinários.
23. Missão do Filho.
24. Sobre a espiritualidade.
25. Sobre o ministério e a vida dos presbíteros.
26. Sobre o ministério dos presbíteros.
27. As tarefas dos presbíteros.
28. O governo do povo de Deus.
29. A vida dos presbíteros.
30. Exigências peculiares da espiritualidade na vida do presbítero.
31. Humildade e obediência.
32. Bens materiais e pobreza.
33. Subsídios para a vida dos presbíteros.
34. Sobre a vida material.
35. Sobre a Igreja no mundo de hoje.
36. A Igreja e a vocação do homem.
37. A dignidade da pessoa humana.
38. A dignidade da inteligência, a verdade e a sabedoria.
39. A comunidade humana.
40. O respeito para com a pessoa humana.
41. Sentido da atividade humana no mundo.
42. A atividade humana corrompida pelo pecado.
43. A conveniente promoção do progresso cultural.
44. Alguns princípios para a conveniente promoção da cultura.
45. A fé e a cultura.
46. Vida socioeconômica.
47. Alguns aspectos da vida econômica.
48. Alguns princípios que regem o conjunto da vida socioeconômica.
49. Destinação dos bens terrenos a todos os homens.
50. Gratian. Decretum, C. 21, dist. 86 - ed. Friedberg, I, 302 - PL, 54, 591 A.
51. A atividade socioeconômica e o Reino de Cristo.
52. A construção da paz e a promoção da comunidade dos povos.
53. Eliminação da guerra.
54. A corrida armamentista.
55. Construção da comunidade internacional.
56. Algumas normas oportunas.
57. O dever dos cristãos na prestação de auxílios.
58. Participação dos cristãos nas instituições internacionais.

ELEMENTOS PARA ANÁLISE DE CONJUNTURA

A FINANCEIRIZAÇÃO DO MUNDO — ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Pe. Inácio Neutzling, SJ

As finanças internacionais não obedecem a nenhuma lei. Quando uma atividade está fora do alcance da lei, o que predomina é a força — e o estado de coisas em que a força predomina é chamado de barbárie.

George Soros

Ao longo dos anos 80, a economia mundial capitalista mudou rápida e radicalmente. Configura-se uma etapa nova, mais avançada, de progresso tecnológico e de acumulação financeira de capitais, caracterizando um estágio mais profundo e intenso de internacionalização da vida econômica, social, cultural e política. Este processo tem sido denominado globalização¹.

GLOBALIZAÇÃO. O CONCEITO

O termo “global” surgiu, no começo dos anos 80, nas grandes escolas norte-americanas de *Business Management*, an-

tes de ser popularizado pelas obras e artigos dos mais hábeis consultores em estratégia e *marketing* oriundos destas escolas. Numa perspectiva de administração de empresas, o termo foi então utilizado para mandar aos grandes grupos o seguinte recado: “os obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades em qualquer lugar onde exista a possibilidade de realizar lucros estão sendo derrubados graças à libertação e à desregulamentação; a teleinformática e os satélites de comunicações colocam à sua disposição ferramentas fantásticas de comunicação e de controle; vocês devem reorganizar-se e reformular suas estratégias, conseqüentemente”².

O conceito se vulgarizou. Alguns acadêmicos apressados imaginaram, equivocadamente, que um mundo econômico sem fronteiras resultaria de uma suposta queda generalizada das barreiras comerciais e não-comerciais no intercâmbio internacional. Para outros, “a globalização é um fato mas também é uma ideologia. O termo dissimula a complexidade da nova ordem internacional”³. Para François Chesnais, economista francês, “são raros os termos econômicos tão impregnados de ideologia quanto a palavra ‘globalização’”. “Trata-se de uma palavra-chave que constitui hoje

em dia verdadeiro *slogan* das organizações econômicas internacionais. No alvorecer do século XXI, a globalização constituiria a própria expressão da 'modernidade', notadamente por ser o resultado das 'forças do mercado', finalmente liberadas, pelo menos parcialmente, das correntes nocivas com que o Estado lhes manietou durante meio século⁴. Para Alain Touraine, "falamos de mundialização ou de globalização como se ambos os termos tivessem o mesmo sentido; ora, eles são tão diferentes quanto o são uma descrição e uma ideologia"⁵.

No discurso dominante a globalização é apresentada como o pensamento único⁶, o caminho inevitável imposto pelo jogo livre das leis do mercado. Não há, para este discurso, outra opção a não ser se *adaptar*, banindo qualquer tentativa de orientar ou de domar o processo. "Os cantos do conformismo recitam a mesma ladainha: é '*preciso se adaptar à evolução*', '*seguir seu tempo*', '*ser da nossa época*'. Mas quem decide o que é a nossa época?"⁷

Para os que defendem o conceito, ele descreve a globalização da concorrência que abre as fronteiras fazendo crescer o intercâmbio de bens e serviços e realçando as virtudes crescentes dos fluxos internacionais de capital de curto prazo. Os "mercados" são apresentados de modo bastante abstrato. Presume-se que os agentes econômicos colocados em contato podem concorrer, com igualdade de armas, com todos os outros concorrentes. O grande vencedor deste processo seria o "consumidor, finalmente 'livre' para adquirir os produtos que quiser, com os mais baixos preços, graças à abertura das fronteiras, ao dismantelamento das regulamentações públicas e à atuação das empresas, numa concorrência total, mesmo que as forças e a capacidade concorrencial destas sejam dramaticamente desiguais"⁸.

Neste artigo, continuando a reflexão sobre a grande transformação socioeconô-

mica⁹ do capitalismo no final do século XX, vamos refletir sobre uma das características mais importantes deste processo que é a mundialização do capital.

A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

No final do século XX testemunhamos a emergência de uma economia transnacional dominante que se define não tanto pela transação de bens e serviços, mas pelos altos fluxos monetários, diante dos quais as economias nacionais, inclusive as dos países mais poderosos, aparecem secundárias. O poder econômico real cada vez mais se transfere das autoridades públicas e democráticas para os mercados financeiros anônimos e incontrolados. Ou seja, a grande transformação socioeconômica que vivemos no final deste século se caracteriza por "um novo regime mundial de acumulação, cujo funcionamento depende das prioridades do capital privado altamente concentrado — do capital aplicado na produção de bens e serviços, mas também, de forma crescente, do capital financeiro centralizado, mantendo-se sob a forma de dinheiro e obtendo rendimento como tal"¹⁰.

Cada vez, com mais propriedade, podemos denominar este processo de "mundialização do capital". Pois, em vez de nos referir de modo vago e impreciso à economia, como faz o conceito de "globalização", é preferível falar em "globalização do capital" e, dando mais um passo, "falar de 'mundialização' em vez de 'globalização'"¹¹.

A mundialização do capital carrega cada vez mais nítida a marca "de um capitalismo predominantemente rentista¹² e parasitário, cujo funcionamento parece estar subordinado, de modo crescente, às necessidades próprias das novas formas de centralização do capital-dinheiro, em particular os fundos mútuos de investimento

e os fundos de pensão”¹³. James Tobin, Prêmio Nobel de Economia em 1981, calcula que o volume de operações cambiais em todo o mundo alcançou, em 1995, US\$ 1,3 trilhão por dia, US\$ 312 trilhões por ano, contando 240 dias úteis¹⁴.

O poder e a própria existência deste capital-dinheiro é sustentado, a qualquer custo, pelas instituições financeiras internacionais e pelos Estados mais poderosos do planeta. Este fato foi, claro e incisivamente, ilustrado pelos 55 bilhões de dólares adiantados no começo de 1995 pelas instituições que desempenhavam o papel de “credores de última instância” para evitar que a bancarrota do Estado mexicano desencadeasse um processo de desvalorização dos títulos financeiros em âmbito mundial.

A repartição e destinação social da riqueza no mundo, hoje, é comandada pela esfera financeira. Ela cresceu nos últimos quinze anos em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento ou do PIB, inclusive nos países da OCDE, ou do comércio exterior. Dado o volume que o capital monetário representa, as suas prioridades (altas taxas de juros, “inflação zero”) e o seu horizonte temporal (de curto ou curtíssimo prazo) ditam o comportamento das empresas e dos centros de decisão capitalistas como um todo. Suas prioridades refletem-se também no nível e na orientação setorial do investimento produtivo (telecomunicações, mídia, serviços financeiros, setor de saúde privado).

Um exemplo claro da hipertrofia que a função financeira e rentista está assumindo no seio da economia é a constatação do presidente do Bundesbank (o Banco Central da Alemanha), recentemente, em Davos, na Suíça: “Os homens políticos estão sob o controle dos mercados financeiros”. Ou seja, “o mercado governa. O governo administra”¹⁵. Fernando Henrique Cardoso, analisando a nova ordem internacional, caracterizada pela hegemonia dos mercados de capi-

tais, afirma que estes “passaram a atuar como verdadeiros vigilantes das gestões nacionais”. Para ele, este mercado atua como um “tribunal imaterial” influente, cuja ortodoxia ou conservadorismo traz limitações à capacidade de operar dos governantes¹⁶.

Uma característica do mercado financeiro é que ele não existe sem a especulação e, mais ainda, para o seu desenvolvimento é necessária a exacerbação da especulação¹⁷. A esfera financeira não gera nada por si própria. Ela representa o tipo de arena onde se joga um jogo de soma zero: o que é ganho por alguém dentro do espaço fechado do sistema financeiro é perdido por outro. Um banqueiro belga, falando a respeito de suas próprias atividades, explicou numa entrevista ao *Le Monde* em 11 de abril de 1995: “O fundo do problema é que não se gera riqueza a partir do nada. Por isso é muito agradável quando surge uma bolha especulativa, pois é riqueza gerada a partir de zero”¹⁸.

Numa recente entrevista, o superespeculador George Soros, cuja fortuna pessoal é calculada em 1 bilhão de dólares, constatava que “atualmente as finanças internacionais não obedecem a nenhuma lei. Quando uma atividade está fora do alcance da lei, o que predomina é a força — e o estado de coisas em que a força predomina é chamado de barbárie”¹⁹.

Vivemos a época da economia global financeirizada e rentista. Constituiu-se um espaço financeiro verdadeiramente mundial. Cada vez mais unificado, ele domina, hierarquizado e estruturado: os Estados Unidos são seu coração e principal beneficiário. Os mercados financeiros mundializados apresentam-se como uma arena organizada de modo que massas concentradas de capital-dinheiro possam valorizar-se sem deixar de ter *um grau de liquidez muito elevado*. Esses volumes de capital-dinheiro conseguem seu objetivo mediante um conjunto de operações de aplicações e empréstimos de curtíssimo

prazo e por meio da apropriação de lucros financeiros “puros”, que decorrem de operações efetuadas dentro e apenas dentro da esfera financeira.

Vivemos uma fase de acumulação predominantemente rentista²⁰. Isto significa que o capital-dinheiro assume um *status* que parece totalmente desligado da produção e da troca e passa a dominar a vida econômica e social mundial. Temos aqui a manifestação do último grau de fetichização das relações de propriedade capitalistas. Ou, se preferimos, a globalização financeira é, ao mesmo tempo, o ápice — visível neste tempo histórico — do desenvolvimento capitalista e da sua irracionalidade²¹. Ela esconde ou, pelo menos, embaça a fisionomia dos operadores mais relevantes e seu grau de concentração e de poder. O papel desempenhado pelos próprios Estados na gênese da “tirania dos mercados” fica ocultado. Os mecanismos pelos quais a esfera financeira se alimenta da transferência de riquezas concretas são escamoteados.

Enfim, a atividade financeira ignora as fronteiras geográficas e se desenvolve num universo quase totalmente desregulado. O capital assume, cada vez mais, além da onipotência, a característica da onipresença. O tempo futuro introduziu-se de maneira estarecedora no tempo presente. “A atividade bancária está se tornando, rapidamente, indiferente às restrições de tempo, de espaço e de moeda.”²² Assim, cada vez mais, o mundo das finanças vai reunindo os atributos divinos de imaterialidade, imediatez, permanência e onipresença. Atributos que, logicamente, dão lugar a um novo culto, a uma nova religião. A religião do mercado²³.

CENTRALIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL

A fase da mundialização do capital inclui uma progressão quantitativa do

movimento de centralização e concentração do capital industrial. O grande número de fusões e aquisições, nos anos 80, contribui para a emergência, em escala mundial, de um significativo número de setores oligopolizados. Os oligopólios globais se caracterizam pela “existência de poucos protagonistas poderosos (isto é, entre dez e doze ‘atores globais’) perseguindo estratégias de investimento em todos os mercados relevantes (isto é, invadindo os mercados dos rivais em todos os pólos dos três pólos do poder econômico). A inter-reação às estratégias dos rivais, em escala mundial, caracteriza uma situação de mútuo reconhecimento e interdependência de mercados — condição essencial aos oligopólios”²⁴. Ou seja, trata-se de “grupos que são realmente capazes de sustentar uma concorrência ‘global’, simultaneamente nos seus próprios mercados, naqueles de seus rivais e em mercados terceiros”²⁵.

O caso mais conspícuo, no entanto, de oligopólio mundial é o da indústria automobilística, em que não mais que dez produtores internacionalizados dominam e competem por fatias de mercado em escala global. Outros exemplos desta oligopolização mundial são a indústria farmacêutica, alguns setores de material elétrico pesado, informática, eletrônica de consumo, química, metais não-ferrosos²⁶. Recentemente, entre outros exemplos, assistimos no Brasil à compra da Refrigeração Paraná S.A. (Refripar), detentora da marca Prosdócimo, segunda maior fabricante brasileira de eletrodomésticos, pelo grupo sueco Electrolux, segundo maior fabricante mundial. Na mesma oportunidade a Electrolux também adquiriu o controle da Oberdorfer do Brasil, fabricante de aspiradores de pó e equipamentos de limpeza de alta pressão da marca Wap.

Hoje, o mercado brasileiro da linha branca é dominado basicamente pelo grupo Brasmotor, que tem como acionista a norte-americana Whirlpool. Ela é dona das mar-

cas Brastemp, Consul e Semer. A alemã Bosch-Siemens adquiriu a Continental 2001 (ex-fabricante nacional de fogões) e passou a fabricar lavadoras para concorrer com a Brastemp. A Electrolux, sueca, que depois de 78 anos no Brasil, amplia a sua participação no mercado, com a compra da Refripar e da Oberdorfer. A General Electric (GE), norte-americana, está decidindo onde instalará a sua nova fábrica no Mercosul. A coreana Samsung busca entrar neste mercado, pretendendo fazer do Brasil seu centro de negócios na América Latina²⁷. Ou seja, o setor de eletrodomésticos, no Brasil, está concentrado, basicamente, em cinco grandes empresas multinacionais.

Outro exemplo, ainda no Brasil, é o caso da indústria alimentícia. O domínio das multinacionais é crescente e rápido. A Fleischmann Royal/Nabisco, grupo norte-americano, está repetindo a estratégia da italiana Parmalat. Ela vem incorporando uma série de pequenas empresas de capital nacional. Quando seu nome aparecer no rótulo das embalagens dos produtos das indústrias compradas, seu tamanho virá à tona. A mesma estratégia está seguindo a francesa Danone. Ela acaba de adquirir a fábrica de biscoitos Triunfo e Aymoré. A suíça Nestlé, percebendo a investida dos seus concorrentes internacionais, está gastando US\$ 30 milhões em publicidade e contratou Roberto Carlos como garoto-propaganda. O Grupo Bunge, argentino, estima aplicar US\$ 1 bilhão nos próximos três anos no Brasil. Pretende ampliar as suas fábricas e, possivelmente, comprar outras empresas já em operação²⁸. Isso sem mencionar a presença da norte-americana Cargill, que no Brasil está associada a 60 produtos e ao processamento, comercialização e transporte de mais de 30 milhões de toneladas de produtos agrícolas para o mercado externo e interno. Ela pesquisa, produz e comercializa sementes híbridas de milho e sorgo, processa soja para gerar óleos refinados (Liza, Claris e Veleiro), gorduras, vegetais e hidrogenadas e farelo de soja; laranja para suco concentra-

do e congelado; milho por via úmida para gerar glucose, amidos, glúten e farelo; cacau, produzindo torta e manteiga. Além disso, comercializa defensivos agrícolas e fertilizantes²⁹.

O conceito de oligopólio no final do século XX, como acentua F. Chesnais, "remete à *interdependência* entre firmas, que inclui as firmas não reagindo mais a forças impessoais oriundas do mercado, e sim pessoalmente e diretamente a seus rivais"³⁰. O oligopólio constitui um espaço de concorrência feroz mas também de colaboração entre grupos. Por isso pode ser definido como um *espaço de rivalidade*. Este espaço é delimitado pelas relações de dependência mútua de mercado que ligam o pequeno número de grandes grupos que, em determinado setor industrial ou num complexo de indústrias de tecnologia genérica comum, conseguem adquirir e conservar seu estatuto de concorrente efetivo em escala mundial.

No decorrer dos anos 80, aproximadamente 80% dos investimentos diretos estrangeiros ocorreram entre países capitalistas avançados, sendo que mais ou menos três quartos das operações tinham por objeto a aquisição e a fusão de empresas já existentes, ou seja, tratava-se de *uma mudança de propriedade do capital* e não de uma criação de novos meios de produção. Assim, é importante perceber que o capital produtivo não escapa da característica geral do capitalismo na fase de mundialização com toque rentista. Enfim, hoje se estima que metade do comércio internacional são transações intra-empresas, entre as sociedades dessas empresas, o que se chama comércio administrado³¹.

A FLEXIBILIZAÇÃO DO PAPEL DO ESTADO

A globalização financeira restringe enormemente a ação econômica do Estado. O

papel empresarial do Estado é reduzido. A desburocratização, a desregulamentação do sistema econômico e a descentralização administrativa e política do Estado são medidas exigidas pela grande transformação socioeconômica. A flexibilização do papel do Estado significa um maior grau de liberdade aos atores econômicos, especialmente aos privados. O Estado torna-se impotente diante do poder de veto que a nova finança e a sua lógica são capazes de impor às políticas macroeconômicas. Mais ainda, o Estado fica à mercê das tensões geradas nos mercados financeiros, que submetem a seus caprichos as políticas monetária, fiscal e cambial³².

Esta fraqueza do Estado se manifesta de maneira mais incisiva nos países de "moeda fraca". Estes passam a atrelar as suas moedas ao curso de uma divisa estrangeira, renunciando ao mesmo tempo a qualquer pretensão de determinar o rumo das políticas fiscal e monetária. Qualquer busca de executar políticas novas fica inibida pela disciplina imposta pelos mercados financeiros.

A estas forças negativas o Estado e a sociedade não podem responder com ações compensatórias de outros tempos porque, nos mercados globalizados, cresce a resistência à utilização de transferências fiscais e previdenciárias, aumentando ao mesmo tempo as restrições à capacidade impositiva e de endividamento do setor público. Isto porque a globalização, ao tornar mais livre o espaço de circulação da riqueza e da renda dos grupos integrados, desarticulou a velha base tributária das políticas keynesianas³³ e submeteu a capacidade de endividamento do Estado ao poder de veto dos mercados financeiros.

Além disso, a ação do Estado, particularmente sua prerrogativa fiscal, vem sendo contestada pelo intenso processo de homogeneização ideológica de celebração do individualismo, que se opõe a qualquer interferência no processo de diferenciação

da riqueza, da renda e do consumo efetuado pelo mercado capitalista. A ética da solidariedade é substituída pela ética da eficiência e, desta forma, os programas de redistribuição de renda, reparação de desequilíbrios regionais e assistência a grupos marginalizados têm encontrado forte resistência nas sociedades. Não há dúvida de que este novo individualismo tem sua base social originária na grande classe média produzida pela longa prosperidade e pelos processos mais igualitários que predominaram na era keynesiana. Hoje o novo individualismo encontra reforço e sustentação no aparecimento de milhões de empresários terceirizados e autonomizados, criaturas das mudanças nos métodos de trabalho e na organização da grande empresa. Assim, a ação do Estado é vista como contraproducente pelos bem-sucedidos e integrados e como insuficiente pelos desmobilizados e desprotegidos. Estas duas percepções convergem na direção da "deslegitimação" do poder administrativo e na desvalorização da política³⁴.

NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO PODER

A mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a exigência dos Estados nacionais. Esses processos, no entanto, acentuam os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo que redesenham a sua configuração. O abismo que separa os países participantes, mesmo que marginalmente, da dominação econômica e política do capital monetário rentista daqueles que sofrem essa dominação alargou-se ainda mais. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no relatório publicado em julho último, constata que nos últimos trinta anos os 20% mais ricos do planeta passaram a deter 85% da renda mundial. Há trinta anos eles detinham 70%. Enfim, "os mecanismos deste prodigioso enri-

quecimento tem três efeitos: eles cavam um fosso cada vez maior entre o Norte e o Sul, enriquecem os ricos do Norte e do Sul e favorecem no Norte a extensão do desemprego, da precariedade e da miséria”³⁵.

Há uma evidente tripolarização do mundo. Os pólos visíveis no momento são os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão. Eles compõem o que se conveniou chamar de Tríade³⁶. Cada pólo “não é somente um foco de desenvolvimento econômico; é necessariamente também um poder político de escopo internacional e o centro de uma cultura”³⁷.

Na nova ordem internacional socializa-se o fato de que a verdade está do lado do mais forte nos planos tecnológico, financeiro, industrial e comercial. Conferindo uma primazia absoluta à excelência, ela legitima a manutenção das desigualdades estruturais entre indivíduos, grupos sociais, regiões e países. A idéia de que o abismo entre os países do Norte (e algumas ilhas do Norte que existem no Sul) e o resto do mundo é inevitável é, assim, justificada. Mais ainda, reforça-se a primazia da lógica da guerra nas relações entre empresas, operadores econômicos, cidades, Estados³⁸. É cada vez mais evidente que, ao contrário da previsão dos economistas, o progresso e o desenvolvimento dos países industrializados não “contagia” necessariamente os demais países. “A globalização parece trabalhar como fator de consolidação ou até de aumento das desigualdades, bem como de ameaça a culturas e tradições.”³⁹

O termo “global” oculta uma característica peculiar da mundialização: o duplo movimento de polarização. A polarização é, primeiramente, interna a cada país. Por exemplo, é inegável, nos Estados Unidos, a concentração da riqueza nos níveis mais elevados e na perda progressiva, mas real, das rendas dos setores mais pobres da população. Na base da pirâmide social nos Estados Unidos, 60% da população detém

33% da renda nacional. No cume da pirâmide, uma camada três vezes menor, isto é, 20% da população, detém 43,85%⁴⁰.

Esta tendência ao aumento da desigualdade também nos países desenvolvidos se expressa na deterioração da qualidade de vida dos setores mais pobres dos países industrializados, que se apresenta como um fenômeno novo e regressivo. Um artigo do *The Economist*⁴¹ examina essa realidade no caso concreto da saúde na Grã Bretanha. O artigo afirma que “os britânicos ricos estão mais saudáveis que nunca e viverão mais tempo. Isso era de esperar. O que ninguém suspeitava era que a expectativa de vida dos britânicos pobres é agora pior do que há 40 anos, como o indica um recente estudo do Northern Health Authority publicado pelo British Medical Journal. Entre um conjunto de alarmantes estatísticas, o estudo encontrou que, em 10% dos mais pobres, a taxa de mortalidade masculina, entre os 45 e 54 anos, crescera até alcançar os níveis do princípio dos anos 50 e que essa taxa era quatro vezes mais alta que a registrada nas zonas ricas”.

Uma das hipóteses que a revista analisa é que a crescente brecha entre a renda dos pobres e ricos se reflete na deterioração da saúde dos pobres, já que “é inegável que as diferenças de renda se ampliaram na década passada na Grã-Bretanha. Pois, de acordo com as estatísticas oficiais, o ingresso dos 10% mais pobres da população caiu efetivamente em termos reais, enquanto que o ingresso médio da população cresceu em 25% e o dos 10% mais ricos cresceu 50% desde 1979, tendência confirmada em 2 de junho de 1994 pelo Institute for Fiscal Studies”.

ATORES INTERMEDIÁRIOS E ZONAS MARGINAIS

Além dos países que fazem parte da Tríade, podem-se diferenciar atores inter-

mediários e zonas marginais⁴². Atores intermediários podem ser, por exemplo, os países do Mercosul. Zonas marginais são formadas, basicamente, pelos países africanos. Enfim, como constatou recentemente Robert McNamara, ex-secretário de Defesa dos EUA e ex-presidente do Banco Mundial, a globalização da economia tende a aumentar as diferenças entre países, podendo criar novos focos de tensão pelo mundo. Ele cita o exemplo da África, informando que neste continente a renda *per capita* caiu em torno de 1% ao ano nos últimos quinze anos⁴³.

Ou seja, a polarização é, também, internacional e cava um fosso brutal entre os países localizados no coração do oligopólio mundial e aqueles que ficam na sua periferia. Hoje, “quando combinados com a distribuição dos mercados no plano internacional, o estado da tecnologia assim como o regime jurídico do comércio internacional e dos movimentos de capital esboçam uma configuração de forças, afetando as taxas relativas de rentabilidade e as escolhas de localização dos investimentos, que explica não só a marginalização de um grande número de países em desenvolvimento, como também a existência de processos de integração ‘profunda’ nos pólos da Tríade, desenhados de modo sempre mais nítido através das necessidades e das decisões dos grandes grupos”⁴⁴.

A mesma polarização pode ser observada nos nossos países, como por exemplo, no Brasil. Analisando os novos investimentos, em grande parte motivados pelo Mercosul⁴⁵, percebe-se um fortalecimento da tendência da centralização industrial, econômica e populacional no Sudeste e no Sul do Brasil. Basicamente, em termos populacionais e industriais, o Brasil se concentra num quadrilátero que tem como vértices, aproximadamente, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Presidente Prudente e Santos, além da estreita faixa litorânea. A vinda da Renault para o Paraná não altera

basicamente esta tendência. Pode até reforçar a tendência do desequilíbrio socioeconômico inter-regional. Observando os incentivos fiscais, confirma-se a tendência: 45% dos incentivos fiscais, 54% dos gastos do governo e das estatais federais e 41% dos empréstimos oficiais em bancos ficam com o Sudeste do país. Enquanto isso, o Nordeste, onde estão 55% das famílias mais pobres do Brasil, recebe somente 8,5% dos gastos federais, 8,8% dos financiamentos do Banco do Brasil e 9,5% dos subsídios federais⁴⁶. Assim, por exemplo, “o Mercosul tem representado muito mais um processo de integração entre as áreas ricas dos países-membros do que uma união comercial equilibrada entre eles, capaz de envolver cada país como um todo”. Enfim, o Mercosul se resume “a trocas comerciais entre o Sudeste/Sul do Brasil e Buenos Aires, estimulando, quase tão somente, o potencial de desenvolvimento das áreas localizadas ao longo do corredor que liga São Paulo àquela capital”⁴⁷.

Em todo caso, o certo é que os países que não fazem parte da Tríade “já não são mais, como na época ‘clássica’ do imperialismo, países subordinados, reservatórios de matérias-primas ou de mão-de-obra barata e vítimas dos efeitos combinados da dominação política e da troca desigual. Eles já não oferecem *praticamente nenhum interesse*, nem do ponto de vista econômico nem do ponto de vista estratégico (fim da guerra fria) para os países ou para as firmas localizadas no seio do oligopólio. São meramente pesos mortos. Não são mais países que ‘um dia alcançarão o desenvolvimento’ e sim zonas de ‘pobreza’ cujos emigrantes ameaçam os ‘países democráticos’”⁴⁸.

QUAL A SAÍDA?

Analisando algumas das principais características da grande transformação socioeconômica do capitalismo no final deste século, emerge a questão: temos saída? Qual?

Uma das saídas hoje apontadas para evitar os estragos que os fluxos de capital de curto prazo podem trazer é a "taxa Tobin". James Tobin, economista norte-americano, Prêmio Nobel de Economia em 1981, propõe taxar todas as operações cambiais realizadas no mercado internacional, não importa em que moeda, a uma alíquota única e universal. Tobin defende uma alíquota máxima de 0,25%. Se fosse aplicada, hoje, uma taxa de 0,1% sobre o volume de operações cambiais realizadas diariamente, isto geraria uma receita de US\$ 312 bilhões por ano, segundo os cálculos de Tobin. Onde seria aplicado o dinheiro? Alguns economistas defendem que o dinheiro deveria ficar com o país da moeda que está sendo taxada e parte deveria ser recolhida a uma organização internacional, para reforçar o capital, por exemplo, do Fundo Monetário Internacional ou do Banco Mundial. Outros acham que no FMI o dinheiro deveria constituir um fundo de reserva para apoiar problemas que eventualmente surgissem no mercado internacional. Mas há também economistas que propõe que o dinheiro seja usado para melhorar as condições de vida das populações mais pobres da África e da América Latina⁴⁹.

O sociólogo e economista Ignacy Sachs, diretor do Centro de Pesquisa sobre o Brasil Contemporâneo da Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais de Paris e consultor da ONU, propõe, por sua vez, a criação de um fundo mundial que financiase bolsas de estudo, nos moldes do programa Bolsa-Escola criado pelo governo do Distrito Federal⁵⁰. Nesse programa o governo paga um salário-mínimo por mês às famílias carentes que mantenham as crianças na escola. "Esses recursos", segundo I. Sachs, "dariam às crianças maior chance de não ficar marginalizadas." Isto seria muito mais eficiente do que a proposta da inclusão da cláusula social na Organização Mundial do Comércio, defen-

dida ardentemente pelo governo dos Estados Unidos e pela França e rejeitada, entre outros, pelo governo brasileiro. Por ela, os países membros podem boicotar produtos de países que não tenham uma legislação ou situação trabalhista considerada adequada. O principal argumento a favor da cláusula social é que não se pode permitir que crianças sejam exploradas no trabalho. Essas mesmas crianças, entretanto, são jogadas na rua se for promovido um boicote aos produtos que fabricam⁵¹.

A discussão sobre a viabilidade da taxa Tobin é importante porque desafia a pensar saídas concretas para o que muitas vezes é apresentado como o pensamento único e, portanto, todos os que se atrevem a apresentar algo de alternativo, como por exemplo propugnar a prioridade ao social, são condenados como atrasados, retrógrados ou, na expressão cunhada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, "vanguardas do atraso e do retrocesso" e, mais recentemente, de "pobres de espírito".

Um relatório preparado pelo grupo de Lisboa, intitulado Limites à Concorrência, aponta três cenários para a grande transformação socioeconômica do final do século XX. O primeiro cenário é o do "cada um por si". O Segundo é o da transição para a "paz triádica". O terceiro seria o da *apartheid* global⁵².

O primeiro cenário, segundo o referido relatório, é o que já está em ação, e será provavelmente o cenário dominante dos próximos vinte anos. Nesse cenário, vê-se cada companhia, cidade, região, país e grupo social atrelar-se à defesa e à promoção de suas próprias vantagens comparativas e posição já adquirida. A competitividade e a produtividade são erigidas em dogma absoluto, nos países onde o podem ser. Nos outros lugares, é luta pela sobrevivência em estado bruto. O canibalismo é erigido em instituição em que o homem, para se defender, torna-se selvagem entre

selvagens⁵³. Ou seja, “pode-se comparar a globalização ao processo de seleção darwiniano, no qual os mais ágeis e adaptativos sairão vencedores”⁵⁴.

Alain Touraine, recentemente, recordou, pertinentemente, que “o que hoje chamamos de globalização, há cerca de um século era chamado de imperialismo. Este conduziu a rupturas sociais e políticas que disseminaram regimes despóticos e, mais cedo ou mais tarde, paralisaram as economias submetidas ao poder totalitário”⁵⁵. É importante recordar que “o fascismo teve muitas máscaras, mas é inegável que em sua essência ele representou o drama da vingança do político contra as pretensões de autonomia do econômico. Era preciso subtrair a produção e a troca de mercadorias ao império das normas emanadas do *diktat* do ganho monetário e submetê-las à vontade do Führer e às necessidades do povo. O regime econômico fascista foi um monstruoso movimento ‘populista’, uma rebelião contra a ‘objetividade’ das leis econômicas e suas conseqüências funestas sobre as condições de vida dos indivíduos”⁵⁶.

O segundo cenário reforça a exclusão de todos os países e continentes, como é o caso da África, que não fazem parte da Tríade. O terceiro cenário já o conhecemos, suficientemente, em toda a sua extensão e dramaticidade, no nosso País. O conceito de “brasilianização”, que identifi-

ca este terceiro cenário, foi cunhado a partir da experiência brasileira da exclusão social⁵⁷.

Assim esta nova forma dinâmico-estrutural do capitalismo deixa, entre outras, as seguintes questões: será que o processo de mobilidade, libertação e multiplicação ilusória do valor-capital, mercadoria-fetiche, já se aprofundou tanto que sua função como ordenador de uma economia com chances de sociabilidade — convivência democrática e civilizada, acesso ao emprego e à renda, expansão vital e cultural — já esteja, histórica e socialmente, nos seus limites? Assim, a regulamentação da financeirização do mundo não será apenas uma tímida aproximação à “ponta do iceberg” sem, contudo, “resolver” o desafio? Qual reforma, muito mais que regulamentação, é necessária? Qual forma de reorganização socioeconômica e democrática é almejável? Pragmaticamente, enfim, a pergunta que emerge é a seguinte: é possível regulamentar o capital globalizado sem intervir na própria lógica da concorrência e do afã de acumular por acumular, que é contemporaneamente dominante pela riqueza abstrata, monetário-financeira?⁵⁸ Enfim, no final do século XX, constatamos a culminância e o paroxismo do fetiche da mercadoria plena. Seu movimento é centro da globalização financeira que caracteriza a dinâmica estrutural do capitalismo no final deste século.

NOTAS

1. Cf. Vários, “Debate: Imperialismo e Globalização”, *Crítica marxista*, vol. 1, nº 3, pp. 130-155; L. COUTINHO, “Nota sobre a Natureza da Globalização”, *Economia e Sociedade*, revista do Instituto de Economia da UNICAMP, 4 (junho de 1995), pp. 21-26; G. BENKO, *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*, Editora Hucitec, São Paulo, 1996, especificamente os capítulos 1 e 3. Especialmente cf. o importante livro de F. CHESNAIS, *A mundialização do*

capital, Xamã, São Paulo, 1996 — uma versão sintética deste livro encontra-se em F. CHESNAIS, “A Globalização e o Curso do Capitalismo de Fim-de-Século”, *Economia e sociedade*, revista do Instituto de Economia da UNICAMP, 5 (dezembro de 1995), pp. 1-30; J. C. S. BRAGA, “O Espectro que ronda o capitalismo”, *Folha de S. Paulo*, 1-10-96, 5-3.

2. F. CHESNAIS, “A Globalização e o Curso do Capitalismo de Fim-de-Século”, *Economia e sociedade*, revista do Instituto de Economia da UNICAMP, 5 (dezembro de 1995), p. 5; cf. tam-

- bém S. SORGE, "Comment la pensée devint unique", *Le Monde Diplomatique*, agosto 1996, pp. 16-17.
3. A. MATTELART, "Les Nouveaux Scénarios de la Communication Mondiale", *Le Monde Diplomatique*, agosto 1995.
 4. F. CHESNAIS, art. cit., p. 3.
 5. A. TOURAINÉ, "O Canto de Sereia da Globalização", *Folha de S. Paulo* 14-07-96, 5-6.
 6. O conceito "pensamento único" para designar a globalização foi cunhado por Ignacio RAMONET, diretor do *Le Monde Diplomatique*.
 7. F. BRUNE, "De l'idéologie aujourd'hui", *Le Monde Diplomatique*, agosto 1996, p. 16. Paira sobre nós, como alerta Robert Kurz, a ameaça de um biologismo "universalista" que considera todas as pessoas ineptas à sociedade monetária como "indivíduos inferiores". Ou seja, aqui temos uma naturalização da economia, um regresso ao darwinismo social que acarreta como consequência lógica a bestialização das relações sociais. Cf. R. KURZ, "A biologização do social", *Folha de S. Paulo* 7-07-96, 5-7.
 8. Cf. F. CHESNAIS, art. cit., p. 3.
 9. Cf. I. NEUTZLING, "A Grande Transformação Sócio-Econômica do Capitalismo no Final do Século XX — Algumas Características", *Convergência* 293/1996, pp. 322-329.
 10. F. CHESNAIS, "A Globalização...", art. cit., p. 1; cf. também F. CHESNAIS, François, *A mundialização do capital*, op. cit., especialmente o capítulo 10.
 11. F. CHESNAIS, art. cit.
 12. O termo rentista vem da língua francesa, *rentier*, sendo muito utilizado na linguagem financeira internacional para designar quem vive de rendimentos provenientes dos juros de títulos governamentais. Por extensão, *rentier* é também qualquer pessoa cuja renda, juros, dividendo, etc. advenha exclusivamente da posse de capital — Cf. P. SANDRONI, *Dicionário de economia*, Nova Cultural, São Paulo, 1985.
 13. F. CHESNAIS, art. cit., p. 2.
 14. Os dados foram apresentados no seminário realizado em Londres, no mês de setembro, sobre a proposta da taxa de Tobin. Sobre esta proposta voltaremos mais adiante. *Gazeta Mercantil*, 10-09-96 A-1; B-5. Estes dados são maiores, portanto, que os números citados no documento da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz. Cf. A. de SALINS, F. VILLEROY de GALHAUM, *Il Moderno Sviluppo delle Attività Finanziarie alla Luce delle Esigenze Etiche del Cristianesimo*, Pontificio Consiglio della Giustizia e della Pace, Libreria Editrice Vaticana, 1994.
 15. *Le Monde Diplomatique*, março 1996, p. 1.
 16. Discurso de Fernando Henrique Cardoso no Colégio do México, *Folha de S. Paulo*, 21-02-96, 1-6.
 17. A. de SALINS, F. VILLEROY de GALHAUM, *Il Moderno Sviluppo...*, op. cit., p. 28.
 18. Citado por F. CHESNAIS, F., art. cit., p. 27.
 19. Revista Veja, nº 1442, 1-05-96, p. 10.
 20. Cf. A. de SALINS, op. cit., p. 29; F. CHESNAIS, *A Mundialização...*, op. cit.
 21. Cf. J. C. S. BRAGA, "O espectro que ronda o capitalismo", *Folha de S. Paulo*, 1-09-96, 5-3.
 22. D. HARVEY, *A condição pós-moderna*, Ed. Loyola, São Paulo, 1992.
 23. Cf. *Le Monde Diplomatique*, maio 1995, p. 19. Celso Furtado afirma que se trata de "uma forma de religião moderna". Entrevista de Celso Furtado a Carlos Mallorquín — *Novos Estudos Cebrap*, 41, 1995, p. 109. Claude Julien, articulista do *Le Monde Diplomatique*, afirma que se trata "religião do lucro a todo preço, 'religião profana' que os governos não ousam denunciar por aquilo que ela é: o mais assassino de todos os integristas, mais temível que o terrorismo que eles combatem" — C. JULIEN, "Vers le choc social. Les théories économiques à l'épreuve des faits", *Le Monde Diplomatique*, setembro 1996, pp. 16-17.
 24. L. COUTINHO, "Nota sobre a Natureza da Globalização", *Economia e sociedade*, revista do Instituto de Economia da UNICAMP, 4 (junho 1995), p. 22.
 25. F. CHESNAIS, art. cit., p. 10.
 26. L. COUTINHO, "Nota sobre...", art. cit. p. 22.
 27. Cf. *Cepat Informa* nº 16/1996.
 28. Idem.
 29. R. QUEIROZ, "Cargill: se fosse cobra, teria mordido", *Revista Interação*, Publicação do TIE — Transnationals Information Exchange, nº 19/1996, p. 21. A presença da Cargill na vida das pessoas é constante e imperceptível: "Você já comeu seu BigCargill, aliás, BigMac hoje? Então provou do pão com farinha de trigo moída e comercializada pela Cargill, saboreou batata frita em óleo da Cargill e bebeu Coca-cola feita com HPCS da mesma Cargill". Ou seja, "você convive com a Cargill e não percebe. É isso mesmo o que ela quer". Cf. também a brochura "Coisas da Globalização — Trabalhadores da Cargill no Brasil e na Holanda contam suas histórias", publicado pelo TIE. Ela traz entrevista com dois trabalhadores no processamento de cacau da empresa — um da fábrica de Zaanstat, na Holanda, e outro de Ilhéus, Bahia.
 30. F. CHESNAIS, art. cit., p. 10.
 31. O. SUNKEL, "La Cuestión Fundamental de la Economía hoy en América Latina: Neoliberalismo e neoestruturalismo", *Persona y Sociedad*, vol. VIII, nºs 1-2, 1994, p. 33.
 32. Para esta questão ver o pertinente artigo de L. G. M. BELLUZZO, "O Declínio de Bretton Woods e as Emergências dos mercados 'globalizados'", *Economia e Sociedade*, revista do Instituto de Economia da UNICAMP, 4 (junho 1995), p. 18.

33. Keynesianismo é uma "modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, sem atingir totalmente a autonomia da empresa privada". As políticas keynesianas, baseadas, no todo ou em parte, na principal obra de John Maynard Keynes, propõem-se "a solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas produtivas, por meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos". Cf. P. SANDRONI, *Dicionário de economia*, op. cit., pp. 223-225.
34. L. G. de M. BELLUZZO, "O Declínio de Bretton Woods...", art. cit., p. 19; I. NEUTZLING, "A Grande Transformação Ético-Cultural. O Império das Mercadorias", *Boletim Informativo, AEC-PR*, nº 63/1996, pp. 15-20; Idem, "A Solidão e a Construção da Solidariedade. Algumas Anotações", *Boletim Informativo, AEC-PR*, nº 65/1996, pp. 2-7.
35. C. JULIEN, "Vers le choc social...", art. cit.; Os dados do PNUD são do mesmo artigo.
36. Warren Christopher, secretário de Estado dos EUA, expressou bem o significado da nova divisão internacional do poder: "O nosso coração está na Europa Central e a nossa saúde (econômica) no Japão" — *Estado de S. Paulo*, 6-10-96.
37. A. TOURAINÉ, "O Canto de Sereia...", art. cit.
38. R. PETRELLA, "L'évangile de la Compétitivité", *Le Monde Diplomatique*, setembro 1991, p. 32.
39. R. A. BARBOSA, "O Brasil e o Mercosul em face da nova geografia econômica internacional", *São Paulo em Perspectiva*, vol. 9, nº 1, 1995, pp. 3-14.
40. C. JULIEN, "Vers...", art. cit.
41. *The Economist*, junho 4, 1994.
42. A diferenciação é feita por Alain Touraine, "O canto de...", art. cit.
43. *CEPAT Informa*, nº 19/1996.
44. F. CHESNAIS, art. cit., p. 16.
45. O presidente da Volks, Ferdinand Piech, diz que já não pensa no Brasil e na Argentina como países separados. "Planejamos tudo em função do Mercosul" — *Folha de S. Paulo*, 3-10-96, 2-2.
46. *CEPAT Informa*, nº 15/1996.
47. G. HANASHIRO, "Mercosul, Segregação ou Integração?", *Gazeta Mercantil*, 16-09-96, A-3.
48. F. CHESNAIS, *A mundialização do capital*, op. cit., p. 16. Basta lembrar a deportação de trabalhadores estrangeiros empreendida pela França. Já são 23 "vôos da vergonha" realizados pelo governo francês.
49. Sobre toda esta discussão veja a reportagem sobre o seminário realizado em Londres, no mês de setembro deste ano, sobre a Taxa Tobin — *Gazeta Mercantil*, 10-09-96 A-1; B-5.
50. Sobre o programa Bolsa-Escola, cf. I. NEUTZLING, "Poder Local e Construção da Cidadania. A Importância das Eleições Municipais", *Convergência*, 1996
51. Cf. *CEPAT Informa*, nº 21/1996.
52. Grupo de Lisboa, *Limites à la Concurrence*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1993.
53. A comparação é de Herbert Spencer, "Essais sur le progrès", 1886, citado em Julien, C., "Vers...", art. cit.
54. A. ZINIU Jr., "Intercâmbio generalizado é a marca da globalização", *Carta Internacional*, nº 42/1996, p. 5.
55. A. TOURAINÉ, "Riscos do Pensamento Único", *Folha de S. Paulo*, Caderno MAIS, 18-02-96, 5-7.
56. L. G. de M. BELLUZZO, "O Declínio de Bretton Woods...", p. 11.
57. Cf. I. NEUTZLING, "Características", art. cit., p. 328.
58. J. C. de S. BRAGA, "O Espectro que ronda o capitalismo", *Folha de S. Paulo*, 1-09-96, 5-3.

INDICE ALFABETICO POR AUTOR CONVERGÊNCIA, ANO DE 1996

Este índice foi feito seguindo este critério: AUTOR. E abrange apenas o ano de 1996. O primeiro algarismo representa o número da revista. O segundo indica a página.

ALMEIDA, Luciano Mendes de — Missão da VR: Epifania do Amor de Deus no Mundo ... 295/405

ANJOS, Pe. Márcio Fabri dos, cssr — Estudos Especializados na VR 290/85

ANTONCICH, Ricardo, sj — Servir aos Pobres é um ato de Evangelização 295/431

BALEN, Frei Cláudio Van — Espiritualidade na VR Hoje 296/473

BASSEGIO, Pe. Luiz, cs — Elementos para Análise de Conjuntura: O quadro Migratório atual no Brasil 297/582

BOFF, Fr. Clodovis, osm — Nova fase da VR Inserida na Atual Situação Histórica 295/419

BOFF, Lina, smr — Aspectos que Marcam a VR 290/91

BUCKER, Ir. Bárbara Pataro, mc — Pode a Mulher Consagrada Evangelizar o Mundo Moderno? 296/500

BRUNELLI, Ir. Delir, cf — Mulheres Consagradas e Questão de Gênero 289/53

CALIMAN, Pe. C. sdb — "Rumo ao Novo Milênio" Interpela a VR 294/343

CODINA, Victor, sj — Questões Acerca do Profetismo da VR 293/294

COMBLIN, Pe. José — O Espírito Santo e a Refundação da VR 296/478

CRB (Informe)

— O Cardeal e o Presidente: Igreja e Poder Político 291/145

— Comentários à Nota: clamor por Justiça e Paz 292/208

— Exigências Cristãs para a Paz Social 293/274

— Carta do Presidente da CNBB, D. Lucas Moreira Neves 294/336

— Brasil em Oração 296/463

— Cartas Sobre Estatutos da CRB 296/463

— Desafios do Mercosul à VR 297/528

CUNHA, Rogério J. de Almeida — Fraternidade e Política CF/96 — Uma Política mais Além das Eleições 291/151

FASSINI, Pe. Ático, ms — O "Fato da Sa-lette" ... 295/435

FELLER, Pe. Vitor Galdino — Teologia Trinitária e Política. Aproximações e Diferenças 294/357

FERREIRA, Vicente de Paula, cssr — Cruz e Redenção na Teologia e Espiritualidade de Santo Afonso 291/161

FREITAS, Maria Carmelita de, fj — Testemunhas do Ressuscitado no Coração do Mundo 291/139

— Fazer Memória de Maria é Celebrar a Fé no Deus de Jesus (Editorial) 292/203

— A VC Dom à Igreja: testemunho, Comunhão e Serviço (Editorial) 293/267

— Mutirão Evangelizador da Igreja no Brasil (Editorial) 294/331

— Arrraigados na Palavra para a Vida do Mundo (Editorial) 295/395

— Escutar o Espírito nos Caminhos da História 296/459

GIALDI, Fr. Silvestre — Capítulo Local: um espaço para a Partilha de Vida e para Decisões Participativas 290/114

— A VC e o Mandato Missionário 294/388

GIRARDI, Pe. Agenor, msc — Espiritualidade: A Vida em Comunidade 290/111

GRUEN, Pe. Wolfgang, sdb — Educação Religiosa — Premissas 291/182

— Preâmbulo a uma História da Catequese 293/314

GUERRERO, Pe. José Maria, sj — Comunhão Eclesial: Dom e Tarefa. A VR numa Igreja de Comunhão 289/24

— Inculturação 293-280

JOÃO PAULO II — A Constituição *Dei Verbum* 289/3

— Dai-lhes vós mesmos de comer” (Mt 14, 16) 290/77

— Salvar o Princípio da Igualdade contra Qualquer forma de Discriminação ... 291/142

— A Igreja que está em Cuba aspira, com todo o direito, a uma Plena Liberdade na sua Ação Evangelizadora 292/205

— O Princípio da Solidariedade como Critério das Opções de Política Econômica 293/269

— Resplandece o Sol da Santidade 294/333

— Acolher e Encarnar na Própria Vida a Herança Deixada por Jesus 295/397

— Aquela que Acreditou 296/461

— Mensagem para a Celebração do XII Dia Mundial da Juventude 297/524

JUNGES, Pe. José Roque, ss — Corpo como Epifania 297/568

KEARNS, Pe. Lourenço, cssr — Formação Permanente nas Congregações Clericais 290/125

KONINGS, Johan — Deus é Amor 297/550

LEERS, Fr. Bernardino — Religiosidade Popular em Caminho para Deus 292/238

LIBANIO, J. B. — Os Religiosos se Preocupam com os Jovens 292/250

LISBÔA, Pe. Paulo — O Processo de Discernimento no Processo de Formação Inicial 296/486

LORSCHIEDER, D. Aloísio, Card. — A VR e a sua Prática no Brasil dentro da Igreja Particular à luz do Documento *Vita consecrata* 296/494

MASI, Pe. Nicola — A Autobiografia de Je-sus 290/136

MESTERS, Fr. Carlos, o.cam — A VR Inserida no Meio dos Pobres, à Luz da Palavra de Deus 294/368

MOSER, Fr. Antônio, ofm — A VR no Serviço à Vida 297/533

MURAD, Ir. Afonso — Abordagem Existencial-Teológica 292/213

NEEFJES, Fr. Félix, ofm — Compromisso dos Religiosos e Religiosas com a Causa Ecumênica e o Diálogo Inter-religioso 293/304

NERY, Fr. Prudente, ofm cap — A VC à Luz do Ministério 294/351

NEUTZLING, Pe. Inácio, sj — A Crise da Modernidade Brasileira 290/97

— O Trauma do Desemprego. Causas e Desafios 292/259

— Elementos para Análise de Conjuntura 293/322

— Elementos para Análise de Conjuntura 295/449

— Poder Local e Construção da Cidadania. A Importância das Eleições Municipais 296/511

OLIVEROS, Roberto, si — A Pobreza Hoje e a Opção Preferencial 297/540

PAULO, Filhas de São, Irs. Paulinas — Viver e Comunicar Cristo Mestre (Documento Final) .. 290/131

PEIXOTO, Fr. Luiz Fernando, ofm — Debaixo Deste Anjo tem Carne 297/555

PEREIRA, Fr. Cristovão — Dimensão Política da Mensagem Cristã 295/442

PINTO, Ir. M^a Conceição Corrêa — A Participação Política da Mulher como Questão Teológica 292/230

RIBEIRO, Ir. Elza, Gap. — Reflexão sobre a Carta Pastoral de J. Paulo II para os Religiosos da América Latina 289/69

— À Escuta do Espírito 291/193

ROHR, Pe. João Roque, sj — Comunhão Eclesial (Editorial) 289/1

— Justiça e paz se Abraçarão 290/75

SCHALUCK, Hermann, Sup. Geral ofm — Herança Perene, Novos Desafios 291/170

TABORDA, Pe. Francisco, sj — Comunhão Eclesial e VR 289/5

VALLE, Pe. Edênio, svd — VR e Comunhão Eclesial 289/40

VAZ, Fr. Florêncio Almeida — A Experiência dos Religiosos Indígenas Hoje 290/79

C O N T E U D O

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1º de dezembro de 1991

A consciência de historicidade da pessoa, mulher e homem, sinaliza para um contexto novo que sublima a teologia, **o conceito bíblico de história da salvação**. Deus, através de milênios, vai intervindo na história para revelar sua salvação. Por etapas sucessivas, a partir da promessa a nossos primeiros pais, lá no Éden, passando por Abraão, Moisés, Êxodo, Aliança, Sinai, Realeza, Profetismo, Exílio Babilônico... e tudo mais, são intervenções de Deus no tempo em ordem à salvação.

O ápice desta história é a vinda do próprio Deus, entre nós, por obra do Espírito Santo na pessoa de Jesus de Nazaré. **JESUS era o centro, o objetivo e a plenitude** da revelação que Deus vinha fazendo de si mesmo desde a criação. E como tal permanece centro, objetivo e plenitude. Ele o é para a eternidade. Da criação se desprende um dinamismo, vindo do próprio Criador, que tudo criou por Cristo. Nele e por ele, Deus realiza as promessas e os dons feitos a Israel. **Ele é o SIM de Deus a todas as promessas**. Ele é a verdadeira realidade de Deus. Nele a salvação de Deus encontra o ponto culminante de sua revelação.

Palavra substancial do Pai, encarnada e manifestada na história, **JESUS é o maior acontecimento divino no tempo**, definitivo e irrepitível. Na história de JESUS de Nazaré, a salvação, enquanto realidade histórica, atua, o seu termo, de uma vez por todas. Nada se repete mais. Tudo é, de novo, narrado, celebrado, atualizado, como memorial, base e raiz do passado que se torna presente hoje e agora, pela fé e pelos sacramentos. **A história salvífica prossegue na própria história**, que recebe uma impregnação sempre mais profunda pelo mistério de Cristo de cujo vigor cada qual vive, progride, toma consciência e avança para seu futuro.

É NATAL. NATAL DE JESUS. BOAS FESTAS!

JESUS é o sacramento eficaz do amor salvador de Deus. Seu nome significa Deus-Salva. Ao mesmo tempo: identidade (Deus) e missão (Salvador). Este nome não perdeu o seu valor e a sua eficácia original. Não se reduz a um sinal superficial e extrínseco à pessoa designada. Continua tendo extraordinário e infinito poder sobrenatural. Numa linguagem meramente figurada: **JESUS, palavra indomável como a força de um trovão**. Ele é o NOVO que transforma e faz explodir a atração caduca das novidades que se desenvolvem e transformam logo na monotonia insatisfeita que caracteriza a existência aborrecida de uma civilização apenas horizontal. Ele, sim, é o ponto focal de todos os desejos da história.

É NATAL. NATAL DE JESUS. BOAS FESTAS!

No recanto mais recôndito de suas nostalgias inconscientes, no inexprimível mundo do subconsciente, fazem brotar indefinidas vezes, ao ritmo da própria respiração, como prática e valor espiritual insuspeitável, aquele grito dos primeiros cristãos, no qual ecoa a voz de nossas raízes: **MARANA-THA! Vem, Senhor Jesus**. Como ressonância sutil, quase imperceptível, haverá de sintonizar, dentro de si, a voz do Espírito que realça e une, de forma profunda e saborosa, o seu grito ao grito da esposa, sua Igreja: Amém! Vem! Vem! Amém! A realização da plena comunhão de vida no amor. É o mesmo diálogo dos Cânticos na atração mútua: "sou do amado. Seu desejo o traz a mim" (Ct 7,11). O que será já é, tocado e possuído pelo divino, embora ainda não perceptível em plenitude revelada.

A alegria que se canta, a alegria da glória de Deus, que é paz entre os homens que ele ama, supõe e exige **a acolhida da proposta de JESUS**. Obras como fé operante além de palavras como fé eloquente. O gesto dá densidade e materializa a palavra. Não há paz sem justiça. Não há justiça e paz sem libertação do pecado. A alegria do Natal aponta para a libertação integral da pessoa toda e de todas as pessoas daquilo que está na origem de todas as opressões. É o próprio sentido do nome de JESUS. **É a razão de ser de sua vida e sua vinda**. Foi e permanece o objetivo de sua morte.

Deus esteja PRESENTE em você. O que ele é. E Deus é tudo. Presente e AGINDO. Fazendo o que pode. E Deus pode tudo. **Presença e ação de Deus em nós, através de nós, apesar de nós**. É a bênção que lhe envio, neste NATAL e sempre, como ardente desejo da fé. **MARIA**, Mãe de Deus e nossa também, interceda por nós. Amém. Com afeto e estima fraterna, subscrevo-me, ao seu inteiro dispor,

atenciosamente